



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E  
DINÂMICAS REGIONAIS – PPGDIRE

ANTONIO DOS SANTOS SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE LUTA/CONQUISTA DA TERRA  
NO ASSENTAMENTO PALMARES, REGIÃO DO BICO DO  
PAPAGAIO/TOCANTINS**

ARAGUAÍNA, TO  
2024

ANTONIO DOS SANTOS SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE LUTA/CONQUISTA DA TERRA  
NO ASSENTAMENTO PALMARES, REGIÃO DO BICO DO  
PAPAGAIO/TOCANTINS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito a obtenção do título de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes

ARAGUAÍNA, TO  
2024

## DADOS CATALOGRÁFICOS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

**Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

D722p DOS SANTOS SOUSA, ANTONIO .  
POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE  
LUTA/CONQUISTA DA TERRA NO ASSENTAMENTO  
PALMARES, REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO/TOCANTINS /  
ANTONIO DOS SANTOS SOUSA. - Centro de Ciências Integradas -  
CCI, TO, 2024.  
135 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação - Programa de  
Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais -  
PPGDire) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes.

1. Luta pela terra. 2. Reforma Agrária. 3. Agricultura camponesa..

**CDD 300**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

ANTONIO DOS SANTOS SOUSA


**POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE LUTA/CONQUISTA DA TERRA  
NO ASSENTAMENTO PALMARES, REGIÃO DO BICO DO  
PAPAGAIO/TOCANTINS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito a obtenção do título de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes


Data de aprovação: 04/04/2024.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 **MAURICIO FERREIRA MENDES**  
Data: 18/05/2024 08:45:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes (Orientador UFNT/PPGDire)

Documento assinado digitalmente  
 **EDGAR APARECIDO DA COSTA**  
Data: 18/05/2024 08:55:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa (Avaliador externo UFMS/PPGEF)

Documento assinado digitalmente  
 **MIGUEL PACIFICO FILHO**  
Data: 20/05/2024 15:34:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho (Avaliador interno UFNT/PPGDire)

Documento assinado digitalmente  
 **REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA**  
Data: 22/05/2024 08:40:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rejane Cleide Medeiros de Almeida, (Avaliadora interna UFNT/PPGCult)

## **DEDICATÓRIA**

A todos os sem-terra camponeses do Estado Tocantins, e ao assentamento Palmares que de forma direta e indireta contribuíram para realização desta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes, pela orientação, confiança no meu trabalho, respeito e paciência, por prontamente atender as minhas demandas sempre que o procurei.

Ao MST-TO que prontamente contribuiu grandemente com este trabalho.

À Universidade Federal do Norte do Tocantins, instituição que disponibilizou a infraestrutura física necessária para a execução desta pesquisa.

Ao professor Dr. João de Deus Leite, que com muita delicadeza e prontidão, se dispôs a esclarecer todas as dúvidas e angústias que surgiram durante o mestrado. Conviver com você foi extremamente agradável, gratidão!

A todos os camponeses acampados do Tocantins, principalmente aos do Bico do Papagaio, que neste momento estão resistindo a luta em busca de uma reforma agrária popular.

Aos assentados do assentamento Palmares, que com muita luta e resistência vem materializando o sonho da terra própria, agradecimento especial ao Manoel, Seu Luizinho, Roberto, José Carlos e seu José Luiz que com muito carinho contribuirão grandemente para a conclusão dessa pesquisa.

Aos companheiros João Hitálo, Lianny Arrais, Ana Maris e Tiago Costa pela grandiosa contribuição nas pesquisas de campo.

Aos companheiros e companheiras de trabalho da Escola Estadual Sampaio pelo apoio e incentivo nessa jornada.

A todos os professores do programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, pelo conhecimento compartilhado, em especial ao Dr. Miguel Pacifico Filho e a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rejane Cleide Medeiros de Almeida pelas contribuições no processo de construção da dissertação.

Agradeço ao Prof. Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa, avaliador externo pelo interesse e disponibilidade de participar desse momento importante para a minha trajetória acadêmica.

Agradeço os meus pais e meus irmãos que me deram apoio, bem como os demais familiares que admiram a minha dedicação e luta.

Agradeço especialmente a minha esposa Vanderléia Santos Sena e aos nossos filhos: Cecília Sena Sousa e Enzo Sena Sousa pela força, compreensão e apoio nesta luta.

## EPÍGRAFE

Reforma Agrária  
É palavra  
Que dói na alma  
Que grita na calma  
De quem  
Não se levanta  
Reforma Agrária  
É bandeira  
Que clama  
Revolta  
E apenas reclama  
“na lei ou na marra”  
Com uma palavra: Terra!

*(Carlos Pronzato)*

## RESUMO

A presente pesquisa descreve e analisa a importância das políticas públicas no processo de luta e conquista da terra, por meio da formação inicial de acampamentos por parte dos trabalhadores rurais sem-terra, e posteriormente, a consolidação em assentamentos rurais, com recorte espacial no estado do Tocantins, principalmente, com foco no Bico do Papagaio, região ao extremo norte do Estado, formado por 25 municípios e banhados pelos rios Araguaia e Tocantins. Ressalta-se que no processo de conquista da terra, os camponeses do Bico do Papagaio/TO atuam em diversas estratégias de luta, sendo que as principais são o envolvimento e a participação efetiva em lutas contra a estrutura capitalista opressora. Diante do contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar o processo de luta e conquista do território na região do Bico do Papagaio, Tocantins, destacando o processo da formação dos acampamentos até a consolidação/implementação dos assentamentos rurais, além de identificar os atores sociais e as instituições envolvidas, bem como as políticas públicas direcionadas a reforma agrária. Neste interim, os seguintes procedimentos metodológicos foram adotados: pesquisa bibliográfica e documental; coleta de dados primários, por meio de entrevistas com lideranças dos camponeses e secundários em órgãos públicos, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além das etapas de aplicação do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) junto as famílias e lideranças camponesas do assentamento Palmares, Bico do Papagaio/TO. Os resultados evidenciam que a falta de acesso as políticas públicas dificultam a resistência dos camponeses nos acampamentos e, conseqüentemente, dos assentamentos rurais, e isso vem causando diversos problemas, como o enfraquecimento da luta pela terra, saída do agricultor do campo, violência no campo e vivenciando formas precárias de subsistência. Essa necessidade de acesso as políticas públicas foi observada, in loco, no assentamento Palmares, quando os assentados relataram a má condições das estradas vicinais, a dificuldade de acesso a água potável, a deficiência nas oportunidades de comercialização seus produtos, assim como o alcance a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ainda há um distanciamento entre assistência técnica e as das famílias assentadas. O Estado precisar inserir os camponeses no acesso as políticas públicas, visto que muitos assentamentos da região vêm produzindo alimentos, a exemplo do Palmares, garantindo assim sua manutenção e resistindo à pressão por parte da agricultura capitalista. Faz-se necessário e urgente que a luta pela terra através dos acampamentos organizados por meio dos movimentos sociais, em específico o MST, como uma estratégia de mobilização popular que mesmo enfrentando aparato do estado contra a reforma agrária seja vista como um espaço de reconquista do território.

**Palavras-chave:** Luta pela terra; Reforma Agrária; Acampamento; Palmares; Agricultura camponesa.



## ABSTRAC

This research describes and analyzes the importance of public policies in the process of struggle and conquest of land, through the initial formation of camps by landless rural workers, and later, the consolidation in rural settlements, with a spatial focus in the state of Tocantins, mainly, focusing on Bico do Papagaio, a region in the extreme north of the State, formed by 25 municipalities and bathed by the Araguaia and Tocantins rivers. It is noteworthy that in the process of conquering land, the peasants of Bico do Papagaio/TO act in different fighting strategies, the main ones being involvement and effective participation in struggles against the oppressive capitalist structure. Given the context, the objective of this research was to analyze the process of struggle and conquest of territory in the Bico do Papagaio region, Tocantins, highlighting the process from the formation of camps to the consolidation/implementation of rural settlements, in addition to identifying social actors and the institutions involved, as well as public policies aimed at agrarian reform. In the meantime, the following methodological procedures were adopted: bibliographic and documentary research; collection of primary data, through interviews with peasant leaders and secondary data in public bodies, such as the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), in addition to the stages of application of the Participatory Rural Diagnosis (DRP) with families and peasant leaders from the Palmares settlement, Bico do Papagaio/TO. The results show that the lack of access to public policies hinders the resistance of peasants in the camps and, consequently, of rural settlements, and this has been causing several problems, such as the weakening of the struggle for land, farmers leaving the countryside, violence in the countryside and experiencing precarious forms of subsistence. This need for access to public policies was observed, in situ, in the Palmares settlement, when the settlers reported the poor condition of the local roads, the difficulty in accessing drinking water, the lack of opportunities to sell their products, as well as the reach of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) there is still a gap between technical assistance and that of settled families. The State needs to include peasants in access to public policies, since many settlements in the region have been producing food, such as Palmares, thus guaranteeing its maintenance and resisting pressure from capitalist agriculture. It is necessary and urgent that the fight for land through camps organized through social movements, specifically the MST, as a popular mobilization strategy that, even facing the state apparatus against agrarian reform, is seen as a space for reconquering the territory.

**Keywords:** Fight for land; Land reform; Camping; Palmares; Peasant agriculture.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 –Localização geográfica do Bico do papagaio/TO.....	19
Figura 02 – Assembleia geral do acampamento Paulo Freire, município de Sampaio – TO.....	54
Figura 03 – Acampamento Carlos Marighella, município de Araguatins – TO.....	55
Figura 04 - Acampamento Carlos Marighella, município de Araguatins – TO.....	55
Figura 05 – Plantio de arroz no acampamento Padre Josimo, município de Carrasco Bonito – TO.....	70
Figura 06– Mutirão para colheita de arroz no acampamento Marielle Franco, município de Augustinópolis – TO.....	70
Figura 07– Mapa dos assentamentos da reforma agraria no brasil 1985 – 2017.....	73
Figura 08 – Gráfico de números de assentamentos no Brasil 1985 – 2017 .....	74
Figura 09 – Gráfico de assentamentos criados por regiões brasileiras entre 1979 a 2017 .....	75
Figura 10 – Gráfico de famílias assentadas por regiões entre 1979 a 2017.....	75
Figura 11 – Mapa assentamentos da reforma agrária no Tocantins entre 1985 a 2017..	77
Figura 12 – Gráfico dos assentamentos criados no estado do Tocantins entre 1985 a 2017.....	78
Figura 13 – Gráfico do número de família assentadas no estado do Tocantins entre 1987 – 2017.....	79
Figura 14 – Mapa dos assentamentos da reforma agrária no Tocantins – região do Bico do Papagaio, 1985 – 2017 .....	80
Figura 15 – Casa da sede da fazenda Guanabara.....	90
Figura 16 – Parte 01 da linha do tempo do assentamento Palmares, 2023.....	92
Figura 17 – Localização geográfica do município de Araguatins – TO, 2023.....	96
Figura 18- Localização geográfica do assentamento Palmares, 2023.....	98
Figura 19 – Mapa do assentamento Palmares construído pelos assentados, 2023.....	99
Figura 20 – Linha do tempo 02 do assentamento Palmares, 2023.....	101
Figura 21 – Estradas vicinais com pavimentação e sem pavimentação do assentamento Palmares, 2023.....	102
Figura 22 – Casa dentro do lote, assentamento Palmares, 2023.....	103

Figura 23 – Linha do tempo 03 do assentamento Palmares, 2023.....	104
Figura 24 – Poços semiartesiano e poços artesanal (cisterna) assentamento Palmares, 2023.....	105
Figura 25 – Igreja católica, assentamento Palmares.....	107
Figura 26 – Linha do tempo 04 do assentamento Palmares, 2023.....	108
Figura 27 – Árvore de problemas do assentamento Palmares, 2023.....	109
Figura 28 – Plantio de milho, mandioca e banana, assentamento Palmares, 2023.....	111
Figura 29 – Roça de arroz em terra aradada, assentamento Palmares, 2023.....	112
Figura 30 – Calendário agrícola, assentamento Palmares, 2023.....	113
Figura 31 – Criação de bovinos no assentamento Palmares, 2023.....	114
Figura 32 – Análise das 13 propriedades pesquisadas, assentamento Palmares, 2023 .....	116
Figura 33 – Represas/açudes, assentamento Palmares, 2023.....	117
Figura 34 – Criação de suínos e aves, assentamento Palmares, 2023.....	118
Figura 35 – Fluxograma comercial dos produtos do assentamento Palmares 2023.....	119
Figura 36 – Relações sociais do assentamento Palmares, 2023.....	121

## LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Processos, descrição e participantes de uma política pública.....	27
Quadro 02 – Modalidades de assentamentos da reforma agrária.....	59
Quadro 03 – Outras modalidades de área destinadas a reforma agrária pelo INCRA....	60
Quadro 04 - Acampamentos no Tocantins, sem organização do MST.....	67
Quadro 05 – Relação de acampamentos do MST no estado do Tocantins, regional Onalício Barros.....	68
Quadro 06 – Relação de acampamentos do MST no estado do Tocantins, Regional Padre Josimo.....	68
Quadro 07 – Relação de assentamentos, número de famílias, total da área, data de criação e município integrante no âmbito da regional Onalício Barros / MST.....	71
Quadro 08 – Relação de assentamentos, números de famílias, total da área, data de criação e município integrante no âmbito da regional Padre Josimo / MST.....	71
Quadro 09 – Assentamentos localizados na região do Bico do Papagaio.....	81
Quadro 10 – Áreas do assentamento Palmares.....	98

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ONG – Organizações não governamentais
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- PT – Partido dos Trabalhadores
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
- MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra
- MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
- ATST – Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo
- MTRSB – Movimento do Trabalhador Sem Terra do Brasil
- UNITERRA - União dos Trabalhadores Sem Terra
- OLC – Organização de Lutas no Campo
- MTL – Movimento Terra, Trabalho e Libertação
- GETATO – Grupo Executivo das Terras do Araguaia – Tocantins
- GEBAM – Grupo Executivo do Baixo Amazonas
- MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul
- STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- FNL – Frente Nacional de Lutas
- FETRARTO – Federação dos Trabalhadores Rurais do Tocantins
- PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- EBC - Empresa Brasil de Comunicação
- IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins
- RURALTINS - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
- IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
- CIPAMA - Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. METODOLOGIA .....	19
1.1 Localização e contexto da área de estudo.....	19
1.2 Estratégias metodológicas .....	21
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À TERRA NO BRASIL.....	26
2.1 Contexto geral das políticas públicas de acesso à terra no Brasil .....	26
2.2 A lei de terras de 1850, marco da marginalização dos camponeses no Brasil.....	32
2.3 O surgimento dos movimentos sociais de lutas pela terra no Brasil.....	37
3. O PROCESSO DE LUTA/CONQUISTA DA TERRA NOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO/TOCANTINS .....	46
3.1 A luta/conquista da terra por meio dos acampamentos e assentamentos no Bico do Papagaio/TO.....	46
3.2 Panoramas dos acampamentos e assentamentos do Bico do Papagaio e sua importância para a conquista da terra.....	64
4. DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO RURAL: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO PALMARES, BICO DO PAPAGAIO.....	83
4.1 O processo de luta e a conquista do território no assentamento Palmares.....	83
4.2 Conhecendo o assentamento Palmares.....	95
4.3 Estratégias de organização social e produtiva do assentamento Palmares.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERENCIAS .....	125
APÊNDICES.....	130
ANEXOS.....	131



## INTRODUÇÃO

A implementação de políticas públicas de acesso à terra no Brasil, juntamente com a realização de uma reforma agrária de fato seriam investimentos políticos/sociais/econômicos/culturais fundamentais que o Estado brasileiro precisaria estabelecer, visto que uma parcela da população, principalmente a do campo, se encontra marginalizada, no que diz respeito a direitos básicos e constitucionais, como acesso a documentos, renda, saúde e a uma alimentação adequada. A distribuição mais justa e igualitária de terra asseguraria a produção de alimentos, gerando renda e trabalho no campo e na cidade. Stedile (2012) classifica de reforma agrária os processos que envolvem processo de “distribuição massiva de terras a camponeses, no contexto de processos de mudanças de poder nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses” (Stedile, 2012, p. 662).

A luta pela terra ocorreu durante todo o processo histórico e continua atualmente ocorrendo, por meio dos movimentos sociais, que lançam estratégias de ocupações e formação de acampamentos em todas as regiões brasileiras, sem estas ocupações não haveriam desapropriações de latifúndios, e dessa forma muitos assentamentos nem seriam criados, conseqüentemente aprofundando ainda mais as desigualdades socioeconômicas. A luta pela terra e a luta pela reforma agrária, são interativas e fundamentais para o desenvolvimento do país. “A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária” (Fernandes, 1999, p. 1).

No contexto brasileiro, este cenário de luta pela terra e pela reforma agrária é acentuado na região Norte do Brasil e conseqüentemente na região do Bico do Papagaio/Tocantins, onde ocorrem uma expansão agropecuária acentuada, aliado a recente implantação dos chamados ‘desertos verdes’, áreas de monoculturas com espécies arbóreas, principalmente de eucalipto e de teca. Segundo o projeto “Biogeografia, paisagem e agroecologia na Amazônia Legal: uma análise na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio/TO” desenvolvido pelo curso de Geografia e pelo PPGDire/UFNT, as áreas antropizadas no Bico alcançam 34,06% do território, ou seja, nos últimos anos observa-se mudanças no uso da terra da região. Muitos acampamentos, assentamentos e comunidades de quebradeira de coco, por exemplo, estão “cercados” pelas plantações de eucalipto, como acontece na comunidade Sete Barracas, município de São Miguel do Tocantins (GeoPaisagem, 2023).



O Bico do Papagaio é uma região diversificada, tanto ambientalmente, com diversas fitofisionomias vegetacionais, plantas medicinais e espécies endêmicas, como culturalmente, apresentando em seu território grupos sociais diversos, entre eles, acampados, assentados, quebradeiras de coco, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e pequenos posseiros, porém esses segmentos historicamente foram marginalizados no tocante a implementação de políticas públicas, principalmente relacionadas a conquista da terra para produção e reprodução das próprias famílias. “Foram necessários praticamente 500 anos para ser criada no Brasil uma política pública que beneficiasse o campesinato, mesmo assim de forma *paliativa*, sem resolver o principal problema que é o acesso a propriedade da terra” (Mendes, 2017, p. 19, grifo do autor).

Mesmo diante deste cenário difícil, a resistência camponesa apresenta materializada nos acampamentos, assentamentos e comunidades tradicionais espalhados pelo estado do Tocantins, porém na região do Bico do Papagaio/TO é onde se concentra boa parte desse contingente, reproduzindo a todo momento novas formas e estratégias de produção, organizando-se para a mobilização, luta pela terra e a cobranças dos governos para que a pauta de implementação dos assentamentos rurais se torne uma realidade. “Desde meados do século XX, novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e pela reforma agrária: as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais” (Fernandes, 1999, p. 4).

Perante ao exposto, a presente dissertação buscou contribuir nas repostas as seguintes indagações, quais sejam: 1) Qual a contribuição dos acampamentos e assentamentos rurais do Bico do Papagaio para a implementação de políticas de acesso à terra no Brasil? 2) Como ocorre o processo de luta pela terra e pela reforma agrária na região do Bico do Papagaio? 3) Quais foram os acampamentos/assentamentos implementados e suas estratégias de organização social e produtiva no Bico do Papagaio, visando a demarcação dos territórios?

Para discutir esta problemática contextualizada acima, esta pesquisa ateuve a três objetos centrais [Políticas públicas, Acampamento/Assentamento, Território] que terão as seguintes referências: Pedone (1986), Rua (1998), Frey (2000), Secchi (2010), Silva (2012) e Souza (2016), para fundamentar a definição/conceito de políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa, evidenciando a incipiência deste processo; Martins (1981, 2010, 2013), Stédile (1997, 1999, 2005, 2006, 2011), Podolowski

(2009), Loera (2009), Fernandes (1999, 2000, 2012), será a base de argumentação sobre as contradições do processo de apropriação da terra e Abramovay (1985), Bermgamasco e Norber (1996), Moraes (1997), Oliveira (1988, 2007), Caldart (2004), Carter (2010), Barbosa (2016), Leite (2012) Misnerovicz (2017), contribuíram para a construção teórica a respeito do território, sobretudo a utilização dos recursos naturais, a atuação dos seus agentes e a relações de poder.

Diante do contexto, a dissertação ora apresentada, intitulada políticas públicas e o processo de luta/conquista da terra no assentamento palmares, região do bico do papagaio/Tocantins, teve suas ações pautadas em três eixos principais: discussão e problematização das políticas públicas de acesso à terra no Brasil e no Tocantins; identificação dos principais conflitos, com diagnósticos socioeconômicos dos acampamentos e assentamentos na região Bico do Papagaio e por fim estudo de caso no assentamento Palmares, com enfoque na materialização do território. Pondera-se que em todo processo de investigação, a atuação e o protagonismo dos acampados e dos assentados serão pontos centrais.

Foi pensando nessas abordagens, que o objetivo geral deste trabalho foi analisar o processo de luta e conquista do território na região do Bico do Papagaio, Tocantins, destacando o processo da formação dos acampamentos até a consolidação/implementação dos assentamentos rurais, além de identificar os atores sociais e as instituições envolvidas, bem como as políticas públicas direcionadas a reforma agrária.

Para isso, foram delimitados três objetivos específicos: 1) Discutir e problematizar a incipiência de políticas públicas de acesso à terra no Brasil, sobretudo na região denominada Bico do Papagaio; 2) Investigar os principais conflitos e luta pela terra na região do Bico do Papagaio, e 3) Analisar a trajetória socioterritorial no contexto da luta pela terra na região do Bico do Papagaio.

Os dados coletados foram consubstanciados em quatro capítulos, obedecendo a seguinte sequência, no primeiro capítulo discorreu-se sobre o processo metodológico da pesquisa, com enfoque no explicativo do campo da pesquisa e todo o processo que constituiu a pesquisa; no segundo capítulo explanou-se a abordagem conceitual e teórica do contexto da das políticas públicas de acesso à terra no Brasil e as multifuncionalidades desta; também destacou-se o enfoque panorâmico do contexto geral das políticas públicas de acesso à terra no Brasil, enfocando a lei de terra de terra

de 1850, marco legal da marginalização dos camponeses no Brasil, também traz enfoque no surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil.

No terceiro capítulo, abordou-se o processo de luta/conquista da terra nos acampamentos e assentamentos rurais na região do Bico do Papagaio/Tocantins, buscando apresentar o processo de luta e conquista da terra através dos acampamentos e assentamentos rurais na região do Bico do Papagaio/TO, com enfoque no panorama dos acampamentos e assentamentos do Bico do Papagaio e a sua importância para a conquista da terra.

No quarto capítulo foi realizado um estudo de caso no assentamento Palmares, Bico do Papagaio, ressaltando o processo de luta e a conquista do território no assentamento Palmares, a formação dos acampamentos nos municípios de Aguiarnópolis e Araguatins, antes da formação do Palmares, com ênfase nas dificuldades da conquista da terra, além de ressaltar as estratégias de organização social e produtiva do assentamento Palmares.

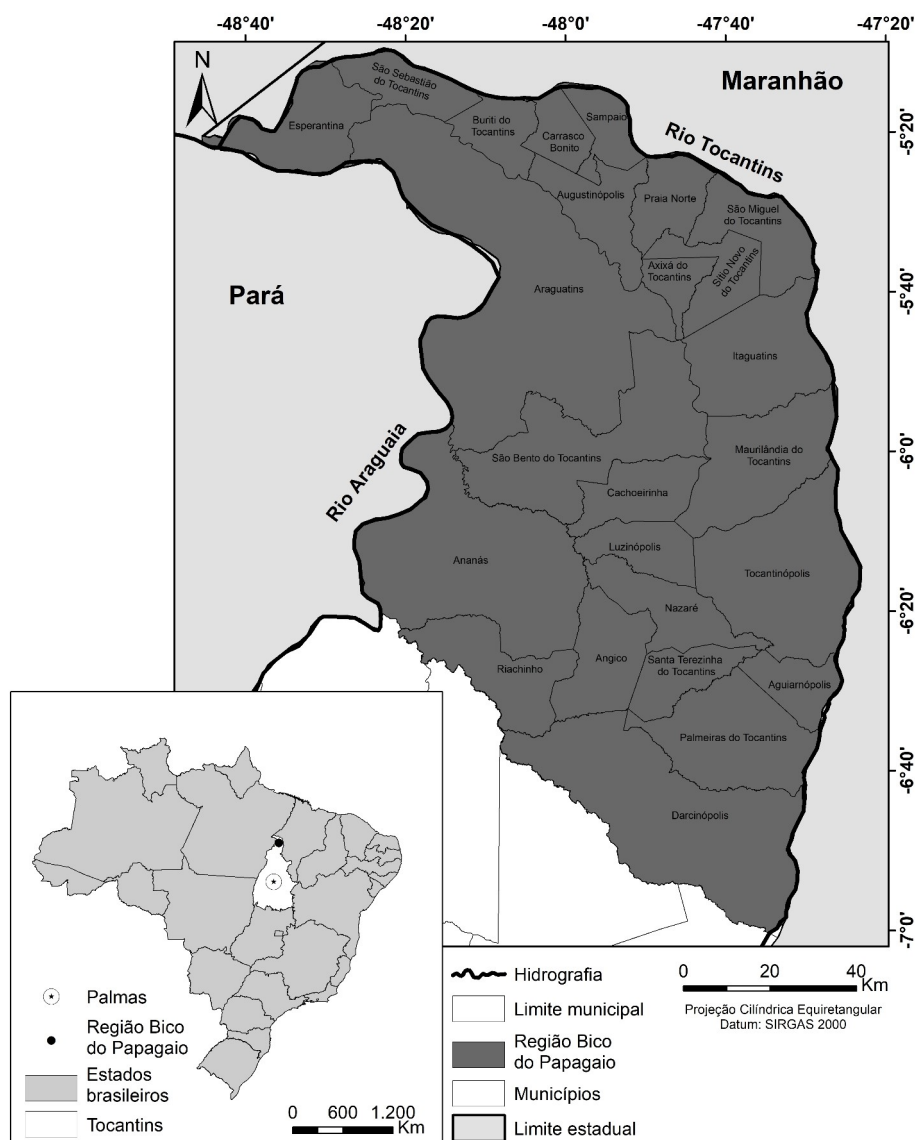
## CAPÍTULO I

### METODOLOGIA

#### 1.1 Localização e contexto da área de estudo

Nesta pesquisa foram gerados conhecimentos sobre o processo de luta e a conquista da terra na região denominada Bico do Papagaio/TO (Figura 1). O Bico do Papagaio é uma região importante para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, além da resistência de diversas famílias camponesas dos acampamentos, assentamentos e comunidades tradicionais.

Figura 1. Localização geográfica do Bico do Papagaio/TO.



Fonte: GeoPaisagem/UFNT (2022).

A mesorregião do Bico do Papagaio compreende 25 municípios no Norte Tocantins, 25 municípios no Sul do Pará e 16 municípios no Sudoeste do Maranhão, totalizando 66 municípios integrantes da Amazônia Legal. (Brasil, 2009).

Porém, neste estudo, deslocaremos o recorte territorial para os 25 municípios do Tocantins, sendo que esta região se localiza no extremo Norte do Estado do Tocantins, situa-se entre o rio Araguaia a Oeste e o rio Tocantins a Leste. Faz divisa com o estado do Pará a Oeste e Maranhão a Leste (Figura 1). A vegetação encontra-se na transição entre as fitofisionomias do cerrado e a floresta amazônica, o que torna a região rica em biodiversidade e única no Tocantins. A diversidade social da região caracteriza-se pela riqueza na composição dos grupos sociais/etnias presentes no território, como: indígenas, camponeses, quilombolas, acampados, assentados, pescadores, extrativistas e migrantes (SEPLAN/TO, 2013).

A região do Bico do Papagaio/TO possui uma área de 15.993,20 km<sup>2</sup>, correspondendo a 5,75% do território do Tocantins, e é composta por 25 municípios (Figura 1). Segundo o Censo Demográfico de 2010, a região registra uma população de 196.367 habitantes, o que representa 14% do total da população do Estado. A densidade demográfica é de 12,45 hab./km<sup>2</sup>, enquanto a do estado é de 4,98 hab./km<sup>2</sup> e a do Brasil, de 22,40 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

No processo de ocupação da região do Bico do Papagaio, houve diversos conflitos marcantes, entre fazendeiros e posseiros devido a especulação do desenvolvimento econômico da região. Os conflitos se acirraram quando os fazendeiros começaram a expulsar os posseiros de suas terras. O desenvolvimento desse modelo político, econômico e social reflete diretamente no seio da classe camponesa, criando assim um estado de insegurança, de lutas e de conflitos, onde o camponês brasileiro, até hoje, continua a luta pela terra (Martins, 1981).

Portanto, na região do Bico do Papagaio, os camponeses resistiram e vem resistindo à pressão dos latifundiários e grileiros, que visam a terra para criação de bovinos e implantação de monoculturas, mesmo com esses problemas políticos e sociais, ainda conseguem se organizarem em acampamentos as margens de rodovias ou dentro das áreas de conflitos. Um dos conflitos emblemáticos do Bico do Papagaio foi a Guerrilha do Araguaia, sendo este o maior conflito armado ocorrido durante a ditadura militar brasileira (1964 -1985), mais precisamente no sudeste do Pará e na região denominada Bico do Papagaio (Pereira, 1990).

Somente no Bico do Papagaio existem 108 assentamentos distribuídos nos municípios integrantes (INCRA, 2017), além de seis acampamentos e diversas comunidades e povos tradicionais. Os acampamentos e assentamentos rurais são territórios de luta, conflitos e resistências para a conquista da terra e com territorialidades específicas, contribuindo para que milhares de pessoas tenham acesso à propriedade da terra e possam viver em condições dignas, produzindo alimentos para o consumo próprio e comercializando o excedente, contribuindo com a economia local e/ou regional.

Deste modo, a presente dissertação se direcionou a analisar e entender a luta pela conquista da terra, partindo das experiências dos camponeses da região do Bico do Papagaio, com estudo de caso no assentamento Palmares, fruto de lutas, acampamentos e muita mobilização. O assentamento Palmares, está localizado no município de Araguatins, integrante da região do Bico do Papagaio e possui 50 famílias assentadas.

## **1.2 Estratégias metodológicas**

A pesquisa foi realizada a partir do método dialético, que é entendido como a interpretação da realidade pelo ser humano de forma crítica. Segundo Gil (1999) o método dialético é antigo, sendo utilizado para significar a lógica na antiguidade e na Idade Média. “[...] A lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requerer solução” (Gil, 1999, p. 31).

O método dialético se vincula a corrente filosófica do materialismo dialético. Portanto, o método utilizado neste estudo será o materialismo histórico. No materialismo histórico, “a produção e o intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda a ordem social. [...] Todas as modificações sociais e das subversões políticas devem ser procuradas não na cabeça dos homens, mas na transformação dos modos de produção [...]” (Gil, 1999, p. 40).

Quando, pois, um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo histórico, passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (política, jurídica etc.) é que ele procede a interpretação dos fenômenos observados (GIL, 1999, p. 40).

Neste ínterim, destaca-se os procedimentos metodológicos que serão utilizados para a consecução dos objetivos propostos na pesquisa. Em um primeiro momento foi realizado a pesquisa bibliográfica, concomitantemente com a pesquisa documental, estas técnicas deram suporte para a fundamentação teórica e a problemática, assim como todo o escopo da pesquisa.

O rigor científico foi conduzido na execução do trabalho e nas análises produzidas por meio de leituras de artigos científicos, dissertações e teses extraídas em portais de pesquisa, quais sejam: Scielo Brasil, Portal Periódico Capes, Google acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Este tipo de pesquisa [bibliográfica] segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 69) “fundamenta-se em fontes bibliográficas; ou seja, os dados foram obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, que são obras escritas, impressas em editoras [...]”.

Afim de complementar esta primeira etapa metodológica, foi realizada a pesquisa documental, esta aplicada para o entendimento de documentos, leis, portarias e decretos referentes a criação dos assentamentos da região do Bico do Papagaio, além da análise de documentação e sistematizações realizadas por entidades do terceiro setor, como a Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), além de movimentos sociais de atuação nacional, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

No segundo momento foram realizadas as coletas de dados primários e secundários. A coleta de dados primários efetivou-se por meio da técnica denominada Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que pode ser denominado como um “conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento (Verdejo, 2006, p. 6).

O DRP pretende desenvolver processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação. *Em vez de confrontar as pessoas com uma lista de perguntas previamente formuladas, a ideia é que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la* (Verdejo, 2006, p. 6, grifos nossos).

O DRP foi aplicado com o mínimo de pessoas possíveis [pesquisadores], priorizando o público alvo como protagonistas de todo o processo. Assim, aplicou-se o DRP junto a 20 lideranças da região do Bico e mais 13 famílias de camponeses do

assentamento Palmares. A escolha deste assentamento, como estudo de caso desta pesquisa, foi por meio de conhecimento e experiências vivenciadas pelo próprio autor em seus 15 anos de Educação Popular junto aos acampamentos e assentamentos do Bico do Papagaio, contribuindo além da formação dos acampamentos vem lutando junto aos camponeses pela resistência na luta pela terra e pela reforma agrária no Tocantins.

Foram estabelecido outros critérios para este recorte [assentamento Palmares], como visitas recente da equipe de pesquisadores junto aos assentamentos rurais: Palmares, Cupim, Três irmãos, São Silvestre, e os acampamentos Carlos Marighella, Paulo Freire, Padre Josimo, rio Piranhas, Marielle Franco, identificando os acampamentos que se concretizaram, se as famílias acampadas anteriormente ainda permanecem no território e diálogos com dirigentes de entidades do terceiro setor e movimentos sociais, como o MST. Salienta-se que se definiu-se 20 lideranças pelo levantamento prévio do número de acampamentos da região, por outro lado o número de 13 famílias, refere-se ao quantitativo de famílias que permanecem no território supracitado [Palmares] desde a formação do acampamento até a atualidade.

As aplicações das técnicas do DRP nesta pesquisa foram realizadas em duas etapas: 1) Diálogo com 20 lideranças camponesas (Apêndice) dos acampamentos e assentamentos espalhados pelos 25 municípios do Bico, além de presidentes de organizações camponesas, direção/representante de movimentos sociais e entidades do terceiro setor. Este diálogo contemplou os três objetos desta pesquisa, que são políticas públicas [recursos financeiros/desapropriação, infraestrutura], reforma agrária [números de famílias acampadas/assentadas efetivamente]; e território [organização social/produção/usos dos recursos naturais].

Na segunda etapa foram aplicadas outras cinco técnicas do DRP no assentamento Palmares: 1) Histórico e linha do tempo, esta buscou visualizar/levantar e registrar fatos históricos, experiências vivenciadas pelos camponeses desde a formação do acampamento até a consolidação do assentamento; 2) Mapeamento da produção agrícola que analisou detalhadamente a produção agrícola do assentamento; 3) Árvore de problemas tem a intenção de identificar e analisar os problemas coletivos do assentamento para registro e sistematização, afim de serem replicadas em outros assentamentos, como forma de aprendizados e intercâmbio; 4) Diagrama de Venn identifica os grupos informais e os formais organizados do assentamento e qual sua relação com o poder público, como prefeitura, Conab, Incra, etc.; e por fim 5)



Fluxograma comercial que analisa os fluxos econômicos do assentamento, tanto individual, como de forma coletiva (VERDEJO, 2006).

A aplicação da primeira etapa do DRP ocorreu de forma individual; a segunda etapa foi realizada de forma coletiva, a partir de reuniões de grupos de homens e mulheres no assentamento Palmares em datas previamente definida com as famílias e com o presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento Palmares, com anotações em cadernetas de campo, registro fotográfico e também utilização de papel pardo/caneta piloto para anotações com participação do público alvo. Destaca-se que o assentamento Palmares é de organização do MST, e o movimento [MST] prioriza que as atividades de pesquisa sejam realizadas de forma coletiva, com a participação de todas as famílias do assentamento, por isso a escolha do DRP.

Para qualificar ainda mais a coleta de informações utilizou-se outra técnica do DRP denominada Travessia. A técnica da Travessia foi realizada nas 13 propriedades selecionadas anteriormente do assentamento Palmares, afim de coletar/registrar outras informações não levantadas nas reuniões em grupo. Verdejo (2006, p. 30) esclarece a dinâmica da Travessia.

A travessia permite obter informação sobre os diversos componentes dos recursos naturais, a vida econômica, as moradias, as características de solos, etc. É realizada por meio de uma caminhada linear, que percorre um espaço geográfico com várias áreas de uso e recursos diferentes. Ao longo da caminhada se anotam todos os aspectos que surgem pela observação dos participantes em cada uma das diferentes zonas que se cruzam (Verdejo, 2006, p. 30).

Foram visitadas áreas no assentamento Palmares, por meio da técnica da Travessia, serão tanto as propriedades particulares (moradia, áreas destinadas a produção agrícola, hortas medicinais, fruticultura, áreas destinadas a criação de pequenos, médios e grandes animais, açudes, etc.), como também as áreas coletivas do assentamento, como o espaço destinado a associação, ao lazer, a religiosidade e as áreas coletivas de produção, farinheira, entre outras.

Ainda no segundo momento da pesquisa foi coletado os dados secundários. A coleta de informações de fontes secundárias realizou-se em web site do Instituto de Geografia e Estatísticas (IBGE), Secretaria de Planejamento e Orçamento do Governo do Tocantins (SEPLAN/TO), e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As informações coletadas foram sobre as dimensionalidades econômica, social e ambiental do Bico do Papagaio, além de informações sobre número de famílias,

área e número total de acampamentos e assentamentos, produção agrícola dos acampamentos e assentamentos e imagens de satélite da área de estudo.

No terceiro e último momento dos procedimentos metodológicos, foram compiladas todas as informações coletadas [primárias/secundárias], e analisadas, filtradas e alocadas em um Banco de Dados Geográficos (BDG), que permitiram tecer as análises efetuadas nos capítulos da dissertação, dispostos em quadros, gráficos, fotografias e mapas.

## CAPÍTULO II

### POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À TERRA NO BRASIL

Neste capítulo buscou-se apresentar os diferentes conceitos/definições de políticas públicas, além dos processos, participantes e descrição, com ênfase nas políticas de acesso à terra no Brasil. Para tanto é importante destacar a Lei de Terras, lei essa que foi um dos primeiros ordenamentos jurídicos sobre a questão no Brasil, servindo de base para as demais legislações sobre a propriedade da terra implementadas a partir de 1850. Finalizamos, o capítulo com a discussão sobre o surgimento dos movimentos sociais do campo, estes essenciais na luta pela terra e pela conquista do território.

#### 2.1 Contexto geral das políticas públicas de acesso à terra no Brasil

Quando se trata de reforma agrária é imprescindível que se discuta política pública, sendo que as duas temáticas estão entrelaçadas, a criação e a aplicação de uma política pública sempre serão para a resolução de um determinado problema. Secchi (2010) afirma que a política pública é uma corrente que deve ser seguida para o enfrentamento de uma problemática, ela é criada quando necessária que o governo dê uma resposta a uma questão pública de relevância social.

Para se falar sobre políticas públicas, considera-se uma gama de programas e ações do governo que se destinam à satisfação das necessidades da população de um determinado espaço, seja em nível municipal, regional, estadual ou nacional. Assim, como afirma Gianezini *et al.* (2017, p. 1070), “as políticas públicas estão diretamente associadas ao Estado. Contudo, há outros atores que agem na construção delas, tanto de cunho privado como público”.

Para Souza (2006, p. 24), a política pública não tem só um conceito, e cita alguns autores, como Mead (1995) que a define “[...] como um campo dentro do estudo

da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”. Afirma-se ainda que é de Laswell, a definição mais conhecida, sendo definida como “decisões e análises sobre política pública implicam responder as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (Laswell, 1936 *apud* Souza, 2006, p. 24).

Para Grisa (2010), as políticas públicas são consequências do jogo político e de poder entre os diferentes entes, do presidente da república, do congresso, dos partidos políticos, do judiciário, do ministério público, dos governos estaduais e das agências regulatórias. A autora também afirma que a burocracia é um fator determinante neste processo, também destaca a própria constituição federal, além dos diferentes segmentos sociais que tem seus interesses próprios e seus meios para cobrar por uma determinada política pública.

Souza (2006) afirma que mesmo que uma política pública seja formulada por pressão coletiva, implantar é uma decisão do governo. Para Silva (2012, p. 18) “[...] independente do autor, todas as definições apontam para os governos, onde as ideias são concebidas e as decisões tomadas”, mas o governo não é o único responsável para que uma política pública seja criada, implementada e implantada, tem que levar em considerações outras instituições que podem ser associações, ONGs, movimentos sociais e sindicatos, estes são agentes importantes para criação e implementação de uma determinada política pública.

Portanto, toda política pública é formulada a partir de um problema, e para a aplicação dessa política pública, é necessário a configuração de instrumentos e ação política, quais sejam: agenda, formulação, legitimação, implementação e avaliação (Silva, 2012), conforme elencados no quadro 1.

Quadro 1 – Processos, descrição e participantes de uma política pública.

Processo político	Descrição genérica da etapa	Participantes
Identificação do problema	Identificação dos problemas políticos por meio da demanda de indivíduos e grupos de ação governamental.	Instituições formais e informais (responsáveis por identificar o problema por pressões sociais, econômicas, políticas, ambientais ou culturais)
Agenda dos agentes	Atenção da mídia e nos órgãos públicos oficiais sobre os problemas públicos específicos para definir o que será decidido.	Instituições formais e informais (responsáveis por discutir o problema e apresentar demandas ao governo).
Formulação da política	Desenvolvimento de propostas de políticas pelo interesse dos diferentes grupos.	Instituições formais, informais e o governo (a responsabilidade é compartilhada, mas dependendo do arranjo institucional)

		existente, um deles será o responsável por consolidar a formulação da política).
Legitimação da política	Definição da ação e da política como sendo oficial, tornando-a lei.	Governo (responsabilidade típica do governo que garante a legitimidade da política).
Implementação da política	Implementação da política pelas burocracias, gastos públicos, regulações e outras atividades fins.	Governo e instituições formais, informais (a responsabilidade é compartilhada, mas normalmente é coordenada pelo governo. Em alguns casos é exclusivamente implementada pelo governo).
Avaliação da política	Avaliação continuada da política pública tanto em termos de processo quanto de resultado.	Governo e instituições formais, informais (a responsabilidade é compartilhada, mas o governo necessariamente deve avaliar a sua política. As instituições formais e informais, quando bem estruturadas e atuantes, sempre como uma espécie de auditoria dos resultados e grupo de pressão para melhoria das ações com intuito de não desvirtuar dos objetivos definidos pela política).

Fonte: SILVA (2012, p. 23). Organização: SOUSA (2023).

Como visto no quadro 1, para elaborar uma política pública tem que partir de um problema, e na maioria das vezes, só é visto com a pressão de grupos atingidos por esse problema, gerando assim os ciclos para a implantação de uma política pública. Frey (2000, p. 226), diz que ele ocorre “devido ao fato de que as redes e as arenas das políticas setoriais, podem sofrer modificações no decorrer dos processos de elaboração e implementação das políticas”. Isso é o que ocorre com a política de Reforma Agrária, em várias fases, afetada pelo o que Frey (2000, p. 226) chama de “[...] agir público em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas, o *policy cycle*.”

A construção da agenda de uma política pública é definida, segundo Souza (2006), quando se assume o que fazer com o problema identificado, com foco realmente no problema, a política em si e seus participantes; “[...] a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação” (Souza, 2006, p.36). Em outros termos, os

instrumentos da política pública estão interligados e agem em conjunto na resolução do problema.

Para Souza (2006, p. 07) “[...] a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

Souza (2006) chama atenção para que outros segmentos do governo envolvam na formulação das políticas públicas, cada um expondo suas ideias e necessidades com maior ou menor influência. A depender do tipo de política formulada é importante essa integração na forma de governar, mesmo que a formulação de políticas públicas não esteja empiricamente comprovada.

Pedone (1986) discute que a implementação de uma política pública envolve ações estabelecidas por indivíduos, grupos públicos, privados e organizados em diversos setores da sociedade. Devemos salientar que a implementação de uma política pública precisa começar quando os objetivos de cada programa tenham sido estabelecidos e identificados por decisões coletivas, levando em considerações todas as etapas que consiste na construção de uma política pública.

Pedone (1986), ainda ressalta que para haver a implementação de política pública, a articulação entre os diferentes níveis do governo é necessária: seja esta federal, estadual e/ou municipal, e deve estar fadada inexoravelmente a redefinição de objetivos. Prioridades e valores defendidos pelos atores sociais envolvidos na execução da política pública.

Santos (2016), argumenta que a legitimação de uma política pública depende da aprovação e deliberação do Estado, com o intuito de governar para todos, prevenindo e regulando os conflitos, provendo os bens e serviços para a sociedade em geral.

Sobre a avaliação de uma política pública deve ser realizada pelo conjunto de atores envolvidos, sendo eles, estatais, atores e movimentos sociais, para verificar como ela está se comportando na atualidade, bem como o que poderá ocorrer com ela no futuro, e o que e como avaliar, o que corroboram com Kraft e Furlong (2010, p. 9) que afirmam que “uma política pública não é feita sem rigor. É afetada por condições sociais e econômicas, prevalecendo valores políticos e o ambiente público do momento, a estrutura do governo, e as normas culturais nacionais e locais, entre outras variáveis”.

Portanto, nesta última etapa, a política pública poderá ser encerrada ou ter continuidade, a depender do resultado da própria avaliação, do aparato institucional disponível, da vontade política do governo e dos recursos financeiros.

Rua (1998, p. 2) afirma que as políticas públicas são como “decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público” ou como produto resultante da atividade política. Segundo a autora, as demandas da sociedade, através da atuação dos atores políticos, podem ser novas, partindo da atuação de novos atores sociais ou o surgimento de novos problemas, recorrentes, sendo problemas não resolvidos ou mal resolvidos. Como, por exemplo, a política de criação de assentamentos rurais seria um exemplo de demanda recorrente e ainda não resolvida

Neste sentido, faz-se necessário trazer aportes sobre a trajetória da luta pelo acesso à terra no Brasil, sendo que a primeira forma de distribuição de terra no país foi o sistema denominado sesmarias<sup>1</sup>, posteriormente seguiu-se para o de capitânicas hereditárias<sup>2</sup>, pelo quais a Coroa Portuguesa destinava grandes extensões de terras a donatários, mostrando que eram sempre privilegiados os membros da nobreza portuguesa, em detrimento dos trabalhadores pobres e camponeses.

A base colonial de distribuição de terras no Brasil foi parcialmente abalada e substituída com a Independência do Brasil e o fim do tráfico negreiro na metade do século XIX, devido à pressão da Inglaterra que estava interessada na ampliação de seu mercado consumidor fora do continente europeu. A partir desse momento, configura-se uma lógica liberal embasada na autonomia da propriedade privada da terra e no livre comércio, criando-se a primeira lei de terras no Brasil de 1850.

A primeira iniciativa de uma efetivação da reforma agrária no país ocorreu em 1962, com o decreto do governo federal, estabelecendo a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), já em 1963, esta política agrária é estendida aos direitos trabalhistas dos trabalhadores do campo, com o objetivo de regular as relações

---

1 Foi a primeira forma de ordenamento jurídico das terras brasileiras, denominada de sistema sesmarias, essa forma de ordenamento foi criada pelo rei português Dom Fernando I, em 1375, e integrava um conjunto de medidas adotadas pelo governante com o intuito de combater uma aguda crise de abastecimento por qual passava o reino, condicionando o direito à terra a seu efetivo cultivo (GUIMARÃES, 1968).

2 Grandes extensões de terra que se tornaram propriedades de comerciantes, integrantes da nobreza e fidalgos portugueses (ROCHA; CABRAL, 2016).

trabalhistas no campo, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural<sup>3</sup> (Polinski; Pinto 2015).

Destaca-se também neste processo o Estatuto da Terra de 1964, que teve como objetivo a regulamentação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA, desde 1985), visando a promoção a distribuição mais igualitária e justa da terra, partindo de princípios de justiça social.

No dia 30 de novembro de 1964, o Marechal Castelo Branco, um dos comandantes do golpe militar, promulgou a Lei nº 4504, conhecida como Estatuto da Terra, que se constitui efetivamente como a primeira lei brasileira de reforma agrária. De tramitação rápida, foi analisada pelos assessores do presidente durante algumas semanas e promulgada sem passar pelo Congresso Nacional, que, naquela ocasião sob intervenção e sem forças políticas, encontrava-se totalmente desfigurado de suas atribuições (Stédile, 2011, p. 28).

Segundo Stedile (2011), o Estatuto da Terra, foi previsto para ser um momento histórico, em que a reforma agrária deveria viabilizar o desenvolvimento do mercado interno. A lei que inicialmente seria promissora e progressista, pois a mesma pretendia organizar e desenvolver a reforma agrária, não avançou devido à omissão de vontade política. Corroborando com Stédile, Fernandes (1999) afirma que o primeiro projeto de reforma agrária do Brasil é da década de 60, o Estatuto da Terra, elaborado no início da ditadura militar e que nunca foi implementado.

Quando a Ditadura Militar (1964-1985) começou a enfraquecer em 1976, o governo era o general Ernesto Geisel, que tenta aplicar a política de acesso à terra exposta no Estatuto da Terra. A aplicação de algumas diretrizes do Estatuto da Terra tinha com o objetivo de acalmar os conflitos no campo, porém essa estratégia não funcionou, avivando ainda mais os conflitos no campo (Stedile, 2011).

Quando a ditadura militar começa a dar sinais de crise, a partir 1976, durante o governo do general Ernesto Geisel, e, posteriormente, no governo do general João Figueiredo, invoca-se o Estatuto da Terra, para realizar desapropriações em algumas áreas de conflitos sociais. Inaugura-se então a reforma agrária pontual, destinada a amainar os conflitos sociais e evitar reações mais vigorosas dos camponeses. Esse artifício não funcionou, e o que vimos no período de 1979 a 1983 foi a eclosão de muitas lutas de posseiros da Amazônia e ressurgimento de lutas “massivas” pela terra de praticamente todo o território nacional (Stédile, 2011, p. 33, grifo do autor).

Nos anos de 1970 e o advento dos anos de 1980, com objetivo de promover a redemocratização do país, aconteceu uma importante mudança no quadro de luta pela

---

<sup>3</sup> Criado pela Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963, no governo João Goulart, com a finalidade de estender aos assalariados do campo os direitos fundamentais, como: sindicalização, salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado, aviso prévio e indenização.



implementação da reforma agrária. Com o final da ditadura militar e do período de repressão, novos grupos/movimentos de lutas sociais são constituídos/fortalecidos pelos sem-terra, indígenas, remanescentes de quilombos; ribeirinhos, atingidos por barragens, entre outros. A formação destes grupos sociais organizados tinha como finalidade a busca pela efetivação dos direitos trabalhistas e o acesso à terra.

Para Silva Filho (2015), com a instituição da Constituição Federal de 1988, a política agrária passa a ter a finalidade de promover a distribuição de terra e a justiça social, conceituando a reforma agrária como “[...] O conjunto de medidas que visam promover melhor a distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade” (SILVA FILHO, 2015, p.1). Portanto, a política visa fornecer uma divisão igualitária de terras para as pessoas obterem uma propriedade e uma renda fundiária.

De acordo com o art. 184 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a desapropriação ocorre quando se consegue a declaração de que o imóvel rural não está exercendo sua função social, ou seja, não está sendo utilizado; assim é necessário realizar a desapropriação por interesse social, tomando o imóvel para objetivar a reforma agrária, oferecendo ao proprietário uma indenização em títulos de reforma agrária de acordo com os critérios apresentados nos incisos de I a V, §3º, do art. 5º da lei nº. 8.629/1993.

Com a promulgação da Constituição de 1988, houve uma aparente garantia de desapropriação de áreas improdutivas para fins da reforma agrária, porém, isto não aconteceu, acirrando ainda mais os conflitos no campo, visto a morosidade, a burocracia e a carência de vontade política para comprovação de áreas que não exercem a função social. Nesse sentido, precisamos avançar, é urgente que no Brasil, os espaços que sejam comprovados com trabalho análogo a escravidão, sejam repassadas para a formação de assentamentos rurais, mas isto depende de projeto de lei, aprovado no congresso nacional.

Neste estudo, optou-se em discutir a Lei de terras de 1850, visto que foi a primeira de lei de ordenamento jurídico de terras no Brasil, estabelecendo a terra como mercadoria e, conseqüentemente, excluindo milhares de famílias camponesas ao seu acesso, como veremos no próximo subtópico.

## **2.2 A lei de terras de 1850, marco da marginalização dos camponeses no Brasil**

Dom Pedro II promulgou a Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como a primeira lei de terras do Brasil, definindo a forma como seria construída a propriedade privada da terra no Brasil. Essa lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade em dinheiro para a Coroa (Stédile, 1997).

A Lei de terras de 1850, prevendo a inevitável abolição da escravatura que viria a ocorrer em quase quatro décadas decorrentes, tinha dois objetivos claros: 1) sendo dificultar o acesso dos negros e trabalhadores pobres às terras; e 2) criar um mercado de trabalho livre para substituir a mão-de-obra escrava (Silva, 1996).

Após a abolição da escravatura de 1888, muitos latifúndios de produção baseados no trabalho escravo, foram buscar outra solução para suprir a falta de mão de obra, justamente nos camponeses que não tinham como comprar terras para plantar, devido a promulgação da lei de terras de 1850. A partir desse momento, com a implementação da referida lei, as terras públicas passaram a ser vendidas por preços exorbitantes, e os recursos financeiros arrecadados contribuíram para o financiamento da importação de braços para as grandes lavouras de café (Guimarães, 1989).

Podoleski (2009) indica alguns fatores que fortaleceram a criação da Lei de Terras, que são importantes para o seu entendimento.

Norteando para a criação da Lei de Terras de 1850, diversos fatores sociais e econômicos influenciaram na passagem para o século XIX, principalmente em sua primeira metade, motivando a criação de um código jurídico específico para terras. Esta preocupação com as terras não é apenas da segunda metade do século XIX, pois já estava contida no processo histórico desde a colonização, quando Portugal tinha um interesse declarado sobre manter domínio destas terras (Podoleski, 2009, p. 50).

A partir da Lei de terras, os fazendeiros e os grandes proprietários rurais, que constituíam a elite, foram beneficiados por dois aspectos da lei. Conforme é explicado por Silva (1996), “ficou estabelecido que as posses de terra poderiam ser legitimadas por tamanho que fosse, sem restrição de data de ocupação e ainda outro [aspecto] tanto de terreno devoluto contínuo” (Silva, 1996, p. 144).

Como pode-se observar no artigo 5º da referida lei, que veio legitimar, conforme segue:

Art. 5º serão legitimada as posses mansas e pacíficas, adquirida por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas das regras seguintes: Inciso 1º cada posse em terras de cultura, ou em campo de criação, compreenderá, além do terreno aproveitado ou necessário para pastagem dos animais que tiver o posseiro,

outro tanto mais o terreno devoluto que houver contíguo, contando que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para a cultura ou criação, igual ás ultimas concedidas da mesma comarca ou mais vizinha (Brasil, 1850, p. 1).

A lei de terras, que seria para tratar até então da questão da propriedade territorial, passa a atuar na regulação da propriedade da terra através da compra, só poderiam se fixar nessas terras quem pagasse por elas, como afirma Podoleski (2009, p. 51-52):

Fixou-se a proibição de terras devolutas por qualquer outro título que não fosse de compra, aplicando-se punição de multa para os que se apossassem de terras devolutas ou de alheios. As terras devolutas passaram, então, a serem aquelas que não estariam aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal. As que não tinham título que as legitimasse pelas condições de medição, confirmação e cultura e aquelas que não se achavam ocupadas por posses foram legitimadas por esta Lei. As terras que tivessem posse mansa e pacífica, achando-se cultivadas ou com princípio de cultura e moradia seriam legitimadas. O princípio de cultura não era considerado para os simples roçados, derrubadas ou queima de matos era necessária a comprovação da permanência. O Governo determinaria o prazo para a “legalização” das terras, podendo as províncias prorrogá-lo. A terra não medida no prazo perderia seu título de posse e o possuidor ficaria sem a posse de toda a terra inculca que antes estava sobre seu poder (Podoleski, 2009, p. 51-52).

A inexistência de uma fiscalização mais intensa do Governo, facilitou os proprietários de terra se aproveitarem das brechas que a lei deixou ou na sua interpretação, como: o valor da terra, o tamanho máximo de cada propriedade e sobre a produção, a ampliação da propriedade, dando o poder de compra e favorecendo a aquisição da terra por meio da grilagem e deixando os ex-escravos e os camponeses sem ter um espaço de terra para trabalhar, estabelecendo assim grandes desigualdades sociais, que é vista até os dias atuais.

Segundo Stedile (2005), afirma que o principal atributo da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a implantação da propriedade privada das terras no Brasil. A terra passa a ser uma mercadoria e a ter preço. Os trabalhadores que já não eram mais escravos e camponeses descapitalizados não conseguiam adquirir terras, sendo obrigados a trabalhar em condições precárias e sub-humanas para os latifundiários.

Com a abolição da escravidão, os trabalhadores livres continuavam a ser explorados e impedidos do acesso a qualquer bem, principalmente a terra, que era a única forma de sobrevivência. Este dispositivo legal permitiu que a terra enquanto recurso da natureza fosse transformado em “propriedade privada”, cujo direito estava

restrito a quem pudesse pagar determinada quantia a Coroa portuguesa para a obtenção da terra (Stedile, 2005).

Martins (1981), afirma que a lei de terras, tinha o papel de transformar as terras devolutas em monopólio do Estado e o próprio Estado seria o controlado por uma forte classe de fazendeiros e latifundiários. Enquanto os camponeses que não tinham terra, os que chegasse, de outros países, depois da lei de terra de 1850, eram submetidos ao trabalho nas grandes fazendas de café, acumulando pecúlio, com o qual pudessem mais tarde adquirir um pedaço de terra, comprando muitas das vezes do próprio fazendeiro.

Mendes (2017) diz que os mecanismos do mercado de terra elevaram os preços de modo que a elite agrária que conseguiu suas terras sem pagar, por meio da concessão de uso via sistema sesmaria, transformando-a esta concessão de uso em propriedade privada, com direito a compra e venda. Essa lei atingiu diretamente os índios, negros, camponeses e imigrantes pobres na medida em que proibiu a aquisição de títulos de terras que não fossem pela compra, esses grupos de pessoas não tinham condições de adquirir um *pedaço* de terra, devidos os altos valores da terra.

Silva (1996) destaca um dos pontos negativos na Lei de Terras de 1850, foi a grilagem de terras<sup>4</sup>, a qual é muito comum em dias atuais, ressalta ainda o modo como a elite agrária opera com respaldado pelas autoridades, sendo cúmplices dos poderosos, grileiros e latifundiários, ficando os menos favorecidos, neste caso, os camponeses, refém das injustiças e desinformações, sofrendo as mais diversas formas de violências.

Segundo Silva (1996) a *grilagem* de terras, prática muito comum e problemática desde a implantação da lei de terras. A ação dos *grileiros* era respaldada pelas autoridades, na maioria dos casos cúmplices dos desmandos que os mais poderosos exerciam sobre os que tinham menos recursos e acesso a informações. O *modus operandi* empregava truculências e invocava privilégios dos grupos dominantes imperando em todo Brasil (Silva, 1996).

A grilagem de terra não mereceu atenção do governo que, com respaldo da lei de terras de 1850, os fazendeiros passaram a adquirir e aumentar seu poder sobre a terra

---

4 Os grileiros começaram a atuar desde a promulgação da lei de 1850. Durante toda a segunda metade do século, estiveram em ação, falsificando títulos de propriedade para depois especular com as terras. Em função disso, o preço das terras subira vertiginosamente. Assim, a valorização da terra, que era um dos objetivos da lei, acabou ocorrendo, mas por um efeito perverso desta. Não foi a venda das terras devolutas que provocou a valorização, mas a *grilagem*, isto é, a venda das terras devolutas por particulares que se apropriavam delas. A marcha de ocupação territorial ia incorporando novas terras ao patrimônio privado e as vendas de terras se multiplicavam, complicando assim ainda mais a já confusa situação da propriedade territorial (SILVA, 1996, p. 282-283).

com grandes concentrações de extensões territoriais, os latifundiários utilizavam-se de todas as formas para adquirir mais terras, desde meios como suborno e diferentes formas ilícitas de adquirir a terra, até um preço a ser cobrado do governo por parte dos grileiros, conforme destaca Martins (2022)

Todo um conjunto de atividades lícitas e ilícitas tinha um preço e esse passou a ser o principal componente do preço da terra. As despesas realizadas com subornos, demarcações, tocaias a posseiros intransigentes, pagamentos a topógrafos e jagunços, constituíam o fundamento do preço que a terra adquiria através do grileiro no preâmbulo do nosso capitalismo agrário." Em troca, o fazendeiro recebia a terra livre e desembaraçada, cuja propriedade dificilmente seria contestada judicialmente (Martins, 2022, p. 62).

Com todo esses desmando e privilégios, os fazendeiros encontraram guarida legal, pela primeira vez, na Constituição Imperial de 1824, chegando à sua plenitude com a Lei de Terras de 1850. A terra tornada mercadoria, podendo ser comprada e vendida, encontrava-se em abundância no país nesse período, evidentemente, para aqueles que podiam pagar por ela. Enquanto era garantido o estoque de terras às elites agrárias, os camponeses tiveram esse acesso bloqueado pelos poucos recursos de que tinham para aplicar na compra de terra (Martins, 2022).

Oliveira (2007, p. 66), discute que a grilagem de terras revela o caminho “gratuito” do acesso à renda, ou seja, o bloqueio que a propriedade privada da terra exerce no modo de produção capitalista é removido pela apropriação ilegal da terra. O grileiro se apodera de grandes extensões territoriais, cercando-as e requerendo-as para si, sem comprá-las.

Corroborando com Oliveira (2007), Mendes (2017, p. 46) afirma que a partir da Lei de Terras, sucederam-se milhares de doações de terras públicas para a oligarquia agrária que as converteram em gigantescos latifúndios, mas também prosseguiram as ocupações pelos camponeses, resistindo e lutando por uma política de acesso à terra, com intuito de produção e reprodução dos seus modos de vida.

Mendes (2017), ainda chama atenção que a lei de terra de 1850, deveria constituir um marco histórico na apropriação do território no país, concedendo terras aos camponeses e aos trabalhadores pobres com necessidade de terra para trabalhar e plantar, mas a lei excluiu e marginalizou a classe pobre do campo do direito a terra, aumentando os privilégios dos grandes proprietários. A lei tinha um objetivo claro, que os pobres do campo continuassem disponibilizando força de trabalho barata para os fazendeiros.

A Lei de 1850, deveria constituir um marco na história da apropriação territorial no Brasil; poderia conceder terras aos camponeses e trabalhadores pobres que queriam um *pedaço de chão* para plantar, mas não dispunham de recursos. Ao invés disso, a aplicação da Lei excluiu essa população e se privilegiou ainda *mais* a elite agrária que já detinha o poder econômico e político. Desde então a questão do mais justo e equilibrado acesso à terra pela reforma agrária, não foi levada adiante pelos governantes no Brasil (Mendes, 2017, p. 47).

A lei de terras foi como uma espécie de divisor de águas em relação à territorialização do Brasil, tanto na legitimação da propriedade privada e do latifúndio, como na demarcação de terras devolutas no país. Dessa forma, toda e qualquer propriedade no Brasil deve ter como marco inicial a regulamentação da propriedade expedida em 1850 ou comprada da Coroa portuguesa, caso não seja terra devoluta, ou seja, passível de desapropriação (Silva, 1996).

Outra observação que se deve levar em consideração neste contexto da lei de terras é a marginalização dos camponeses, a concentração de terra, onde os fazendeiros foram e são detentores de grandes extensões de terras, levando a uma desigualdade social e econômica no campo. Os camponeses acabaram ficando à mercê dos proprietários de terras. Stedile (2011) destaca as duas principais características da lei de terras que contribuíram para este processo.

Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. Uma segunda característica estabelecia que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras. Poderia transformar sua concessão de uso em propriedade privada, com direito à venda e compra. Mas, para isso, deveria comprar, portanto, pagar determinado valor à Coroa (Stedile, 2011, p. 23).

Deste modo, a Lei de terras foi a base de criação de todas as leis subsequentes de terras no Brasil, contribuindo para o aumento da concentração de terras e conseqüentemente massificando as desigualdades sociais e econômicas no campo. É preciso investir em políticas públicas que vão de fato resolver a principal questão do campo brasileiro, que é o acesso de terras de qualidade pelos milhares de famílias camponesas espalhadas pelo país. Nesse contexto, os movimentos sociais do campo exercem papel fundamental, como veremos no próximo subtópico.

### **2.3 O surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil**

Em razão da Lei de Terras ser tão discriminatória e privilegiar apenas um grupo, surgiram, no final do século XIX e início do século XX, os primeiros movimentos de camponeses, que tinham como principal bandeira o acesso à terra, com intuito de reverberar em melhoria nas condições de vida daquelas pessoas afetadas pela falta de terra para trabalhar e produzir alimentos. O Brasil continua sendo, nas décadas seguintes, até os dias atuais, um país fundado na grande propriedade agrária (latifúndio), marginalizando a agricultura camponesa, com a carência de uma reforma agrária que dê acesso a terras e oportunidades para as famílias plantarem e produzirem alimentos.

Mendes (2017) destaca entre os movimentos camponeses vindos do campo contra o abuso de poder dos latifundiários e oligarquias rurais, os experimentos messiânicos, os muckers entre os colonos alemães que ocorreu no Rio Grande do Sul na década de 1870 a 1880; os canudos no sertão do nordeste, no início de 1890; a guerra do contestado em 1910. O autor frisa que todos esses movimentos foram fortemente reprimidos e massacrados pelo exército e pelos latifundiários.

O espaço agrário brasileiro, durante toda a sua história, foi e continua sendo, palco de violentos conflitos por terra e liberdade. Muitas vidas de camponeses, líderes sindicais, de movimentos sociais, índios, religiosos foram sacrificadas ao se oporem ao território do latifúndio reinante no Brasil.

A história da luta pela terra e dos movimentos sociais que buscam, apoiam e organizam os camponeses, nos remete ao estudo histórico dos movimentos sociais. Neste sentido, Martins (1981) destaca que:

As primeiras formas de lutas e resistências camponesas ocorreram já nesses primeiros anos de República, que foram também anos de intensas e generalizadas lutas de coronéis em todo o país, verdadeiras guerras que terminarão o seu ciclo de maior vitalidade com a revolução de outubro de 1930 e o início da centralização do poder. As próprias guerras entre os coronéis foram marcadas por disputas entre o governo federal e o coronelismo, disputas particularmente definidas por uma tendência de centralização, de inspiração basicamente militar. As lutas camponesas dessa quadra são caracteristicamente constituídas pelos movimentos messiânicos, em culminaram na guerra de canudos e na guerra do contestado, e pelo banditismo, especialmente configurado no cangaço (Martins, 1981, p. 49-50).

As lutas de Canudos, na Bahia; Contestado, entre Santa Catarina e Paraná; a guerrilha de Porecatu, também no Paraná; as greves de colonos nas fazendas de café em São Paulo; Trombas e Formoso em Goiás; dentre outras, representaram importantes parte do enfrentamento camponês ao Estado, aos fazendeiros e aos latifundiários.

Porém, esses conflitos ocorreram de forma, sem articulação nacional, ou seja, os camponeses não tinham um movimento organizado nacionalmente.

Foram séculos de privilégios para o latifundiário e o agricultor capitalista, porém somente com as Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960 é que a luta pela terra ganhou dimensão nacional. “As Ligas foram organizando, no Nordeste brasileiro, a luta dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio” (Oliveira, 1988. p 25).

Martins (1981) relata o nascimento das Ligas Camponesas, esse importante movimento de organização dos camponeses, com expressão nacional no território brasileiro.

Foi entanto no Nordeste, particularmente em Pernambuco e na Paraíba, que se desenvolveu o capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro. Ali surgiu em 1955, no engenho Galiléia, uma associação de foreiros denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, logo conhecida como Ligas Camponesas. As ligas se espalharam rapidamente pelo Nordeste, contando de início com o apoio do Partido Comunista do Brasil e com severa oposição da Igreja Católica. Elas surgiram e se difundiram principalmente entre foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomado por seus proprietários ausentes, devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais. Desde os anos 40 os foreiros vinham sendo expulsos da terra ou então, como vimos, reduzidos a moradores de condição, passo para se tornarem trabalhadores assalariados não-residentes. Na verdade, as ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional (Martins, 1981, p. 76).

Stédile (2006) afirma que as ligas camponesas, “foram poderoso movimento de massas, com enorme capacidade de mobilização, para defender a urgência da realização da reforma agrária com a palavra de ordem: reforma agrária na lei ou na marra”.

Silva (2009) diz que as Ligas Camponesas também tinham a intenção de prestar assistência social e jurídica aos associados. João Pedro Teixeira, Pedro fazendeiro, Nego Fubá e outros camponeses criam, em fevereiro de 1958, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola de Sapé - PB, sendo uma ramificação da Liga Camponesa. Silva (2009) destaca ainda que a associação deixa de ser um movimento apenas assistencialista às causas locais dos camponeses, passando a tornar-se um movimento de atuação e de cobranças e pressões por possíveis mudanças na estrutura fundiária vigente, como instrumento de protesto contra o cambão, o foro, o barracão, a falta de direitos trabalhistas e pela reforma agrária.



Neste sentido, as Ligas Camponesas ganharam muito destaque, entre os levantes populares do campo, através das estratégias de luta e pela multiplicação de focos de conflito utilizada contra a ordem, sendo essa uma das razões para a repressão do movimento por parte dos grandes latifundiários e também do poder público.

Para as Ligas Camponesas conseguirem se organizar e, tendo em vista a perseguição sofrida pelo movimento, lançava mão de táticas de luta e mobilização como a “infiltração”. De acordo com Calado *et al.* (2007), os militantes das Ligas vestiam-se de vendedores de doce e, passando percebidos pelos capangas dos proprietários, convidavam os camponeses para tomar parte das reuniões, e a se associarem às Ligas.

Até 1964, as Ligas atuaram em 14 estados brasileiros, reunindo e organizando milhares de camponeses, como relata Morais (1997):

O apogeu das Ligas Camponesas como organização de massas rurais deu-se nos primeiros meses de 1964, época em que se conseguiu organizar a Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco, integrada por quarenta organizações camponesas (ligas), um liga de mulheres, uma liga de pescadores, uma liga urbana, uma liga de desempregados e quatro sindicatos de assalariados agrícolas (Morais, 1997, p. 67).

Bergamasco e Norder (1996) destacam as conquistas das Ligas Camponesas, além das mobilizações sociais no campo, suas intensas pressões contra os latifundiários e resoluções de conflitos, houve conquista de terra e moradias e dignidade para muitas famílias camponesas.

Destaca-se nesse período as Ligas Camponesas de Pernambuco que após várias manifestações conseguiram lotes para 47 famílias e outras 100 famílias foram remanejadas para outras áreas compradas pelo Estado. No Rio Grande do Sul, as Ligas tiveram apoio do Governador Leonel Brizola eleito em 1958, que desapropriou cerca de 25 mil ha próximos a Pelotas, transformando a região numa das mais ricas e produtivas do Estado. Em São Paulo foram criados dois assentamentos, um em Campinas com 72 famílias e outro em Marília com 103 lotes (Bergamasco; Norder, 1996).

Nos meses que antecederam o golpe militar, as Ligas Camponesas agregavam nacionalmente cerca de 80 mil pessoas. A partir do seu ressurgimento em 1955, elas deixaram de ser organizações isoladas para se tornarem um movimento camponês de massa com grande repercussão nacional e internacional. “Não se pode negar o importante papel que as Ligas desempenharam entre 1955 a 1964 na consciência nacional em favor da reforma agrária” (Morais, 1997. p. 71).

Devido à forte influência exercida pelos latifundiários no cenário político nacional e paraibano, as Ligas Camponesas passaram ser reprimidas, seus líderes perseguidos e mortos, enfraquecendo e desarticulando o movimento. Segundo Bandeira, Silveira e Miele (1997), Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, também foi perseguida pelas forças repressoras tendo que abandonar o Estado da Paraíba e se refugiar no Estado do Rio Grande do Norte, sendo obrigada a ocultar a sua real identidade.

As Ligas Camponesas e sua organização foram desmontadas, seus líderes foram presos, torturados, exilados e mortos, alguns deles pelos próprios fazendeiros e usineiros. “Depois de dez anos de muitas lutas, mobilizações, sacrifícios e conquistas, as Ligas Camponesas derrotadas e dizimadas por forças infinitamente superiores, deixaram de existir como organização social” (Stédile, 2006. p. 14).

É nesse período conflituoso que surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização ligado à Igreja Católica, criado para atuar juntamente com os trabalhadores rurais assalariados e os camponeses. A organização é fruto de preocupações de parte dos bispos do Brasil com a questão agrária. Seu surgimento ocorre em Goiânia, em junho de 1975, no Encontro da Pastoral da Amazônia Legal. Inicialmente a CPT atuou junto aos trabalhadores e trabalhadoras com o serviço pastoral, porém foi se envolvendo, gradativamente na luta diária e passou a organizar mais politicamente esses trabalhadores do campo (FERNANDES; STEDILE, 1999).

Surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, em Goiânia (GO), foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas. Num primeiro momento ela reuniu os bispos da região amazônica, que percebiam o altíssimo grau de violência cometida contra os posseiros das regiões Norte e Centro-Oeste do país. O surgimento da CPT teve, inicialmente, uma motivação regional. Mesmo assim essa articulação de bispos e de padres ligados à luta pela terra representou, do ponto de vista ideológico, um avanço muito importante. De certa forma, foi uma autocrítica ao apoio da Igreja Católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses. Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo (Fernandes; Stedile, 1999, p. 19).

Os primeiros a receberem a atenção da CPT foram os posseiros da Amazônia, mas rapidamente seu trabalho se espalhou por várias partes do país, defendendo a causa dos camponeses, envolvendo-se com as famílias expropriadas pelos grandes projetos de construção de barragens e, mais tarde, com os sem-terra. Atualmente, a CPT atua também com trabalhadores assalariados, a exemplo dos boias-frias. O trabalho dos

agentes da CPT “preparou o terreno” em vários estados, possibilitando a organização da luta e o surgimento de diversos movimentos sociais.

Eu estava na CPT nessa época. Lembro-me de que, num dos primeiros debates, ainda com esse caráter pastoral, nos anos de 1981 ou 1982, quando já estavam pipocando as lutas, a CPT levou o professor José de Souza Martins para assessorar a reunião. Não lembro se foi numa plenária ou num trabalho de grupo, debaixo das mangueiras existentes no Centro de Formação da Diocese de Goiânia, que ele fez uma afirmação marcante: “A luta pela terra no Brasil só terá futuro e somente se transformará em um agente político importante para mudar a sociedade se conseguir adquirir um caráter nacional e se conseguir organizar os nordestinos”. Foram dois desafios que me marcaram. Saí de lá com isso na cabeça. E a CPT ajudou a superá-los. Cresceu a convicção de que deveríamos construir um movimento nacional e romper com o regionalismo gaúcho, sempre muito cioso de si, que achava que sozinho podia ir longe. Portanto, esse é o segundo grande fator da gênese do MST: o caráter ideológico do trabalho da CPT. Esse trabalho começou mais no Centro-Oeste, em 1975. Posteriormente, a partir de 1976, se espalhou por todo o país (Fernandes; STEDILE, 1999, p.21).

No início da década de 1980, ocorria um florescer dos movimentos de massa no Brasil. O fim da ditadura estava próximo e um entusiasmo tomava conta de grande parte da esquerda brasileira. Neste período, parte importantes da esquerda brasileira foram sendo formados, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Vários agentes pastorais intensificavam o processo de conscientização popular à luz da Teologia da Libertação<sup>5</sup>.

Neste período, inspirado pelo trabalho da CPT, juntamente com a ação de sindicatos de trabalhadores rurais do Sul do país, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Sobre o processo de gestação do movimento, Fernandes (1999) descreve que:

O Movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra que aconteceram nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim, a sua origem não pode ser compreendida por um momento ou uma ação, mas por um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos (Fernandes, 1999. p. 19).

Em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel – PR, inspirados pelo trabalho pastoral da CPT, lideranças camponesas de dezesseis estados brasileiros decidem fundar

---

5 “A Teologia da Libertação nasceu com o propósito de dar resposta aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos a da vida do povo” (Boff, 1980, p. 28).

o MST. Com objetivo de organizar um movimento de massa nacionalmente organizado, que pudesse conscientizar os camponeses a lutarem por terra e por uma sociedade mais justa, surge o maior movimento camponês que o Brasil já conheceu. Sobre isso, Stédile (2009. p. 2) destaca que [...] “queríamos, enfim, combater a pobreza e a desigualdade social”.

O debate sobre a data de fundação do MST. Falamos anteriormente que o movimento teve origem em vários estados da região Centro-Sul. Consideramos, porém, janeiro de 1984 a data de fundação do MST, quando se formalizou como um movimento nacional. De 21 a 24 de janeiro daquele ano, na cidade de Cascavel (PR), realizamos o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 estados. Definimos, nessa ocasião, os princípios, quais as formas de organização, nossas reivindicações, estrutura e formas de luta do movimento. Já estavam presentes algumas ideias fortes de nossa organização (Fernandes; Stedile, 1999, p.44).

Os movimentos sociais, em específico o MST, tem papel importante na luta pelo o acesso à terra no Brasil, sua trajetória mostra-se, em certos aspectos, semelhante a das Ligas Camponesas, especialmente por sua capacidade de mobilização e de romper com o localismo e o isolamento dos conflitos que nascem nos espaços rurais, defendendo práticas que se caracterizam, como a dificuldade de acesso à terra para aqueles que a buscam.

Não se trata mais, evidentemente, de lutas camponesas, a exemplo das ocorridas na Alemanha e na França do século XIX, nem da perspectiva de revolução camponesa inspirada pela experiência cubana dos anos 50, ou pela ocorrida na Nicarágua duas décadas depois, caracterizadas pela ideologia de transformação do regime político e igualdade social no campo. É, entretanto, inegável a influência que a revolução cubana exerceu nos movimentos sociais rurais dos anos 50 e 60 (Azevedo, 1982).

A partir da década de 1960/1970, os movimentos camponeses tornaram-se mais organizados e maior número, contando, alguns, com o apoio de partidos políticos, igrejas e outras instituições. Frisa-se que o Brasil tem sido palco de manifestações e pressões na busca de soluções para a questão agrária, principalmente por partes dos movimentos de lutas pela terra.

A partir da década de 1970, os movimentos sociais rurais e urbanos atuaram na cobrança de direitos essenciais e políticas públicas de acesso à terra, ao crédito e à comercialização da produção do campesinato. Além do MST, já citado, também se destaca-se neste processo o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o

Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além das jornadas de lutas dos Gritos da Terra Brasil, desde a década de 1990. Entre os movimentos urbanos, citamos o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entre outros (Mendes, 2017).

Optou-se por discutir e problematizar sobre o MST, visto a diversidade dos movimentos sociais no campo brasileiro e também visto que na região do Bico do Papagaio, são vários os acampamentos e assentamentos rurais liderados pelo MST, além do autor, ser militante do movimento, o que certamente tem potencial para fomentar a discussão.

O MST, trata-se hoje, não apenas de mobilizações políticas em torno da Reforma Agrária, mas da busca de soluções concretas, capazes de viabilizar social e economicamente os assentamentos e acampamentos, ligados ao MST, em todo o país, se bem que mais densamente concentrados nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Pará. Essa viabilização implica o esforço de formação de cooperativas e/ou associações de camponeses; o acesso ao crédito e aos implementos agrícolas; a garantia de escoamento da produção.

O MST tem uma atuação ativa, com realização de passeatas, protestos em rodovias, ocupação de prédios públicos e áreas improdutivas, montagem de acampamentos, entre outras táticas, a mobilização dos sem-terra recolocou na agenda política a questão agrária e a necessidade de uma Reforma Agrária popular<sup>6</sup>.

A reivindicação do MST inclui não apenas acesso à terra, mas também política agrícola adequada e direitos sociais básicos para as famílias camponesas, tanto as famílias assentadas, como aquelas que ainda estão em acampamentos pelo Brasil, também reivindica moradia, saúde, educação, saneamento etc. O objetivo seria chamar a atenção da sociedade para as reivindicações do movimento, adquirir apoio e pressionar o governo para negociar suas pautas.

Carter (2010) identifica um ativismo público do MST que:

[...] envolve uma forma organizada, politizada, visível, autônoma, periódica e não violenta de assumir o conflito social. O objetivo aqui é atrair a atenção pública, influenciar as políticas do Estado e persuadir outros atores sociais. O ativismo público combina ações de pressão sobre os Estados, amparadas em

---

<sup>6</sup> A Reforma Agrária Popular, em construção, é, desde a concepção teórica, resultado de um esforço coletivo. Traz como uma das novidades o fato de não ser concebida fora do espaço dos sujeitos envolvidos na luta, por ser concebida coletivamente por ser resultado de longo processo de reflexões e experimentações. E, ainda, com um conteúdo que contempla um conjunto de medidas programáticas vindas da luta (MISNEROVICZ, 2015, p. 118).

um amplo repertório tático de contestação, e o empenho recorrente por negociar com suas autoridades (Carter, 2010, p. 516).

O MST vem contribuindo para o acesso à terra no Brasil, com a organização dos camponeses sem terra, com a criação de novos assentamentos rurais, esses assentamentos são a materialização das lutas sociais no campo, com o objetivo de acesso à terra por parte dos setores despossuídos das populações rurais, apresentam, entre si, distinções relevantes, em decorrência do tipo de intervenção, das trajetórias individuais, das iniciativas de cooperação, de emprego de novas tecnologias, de preservação ambiental, de organização comunitária, dentre outros fatores (Medeiros *et al.*, 1994).

“Os assentamentos de reforma agrária, são conquistas alcançadas pela organização e mobilização dos trabalhadores envolvidos.” (Fabrini, 2000, p. 68). Ou seja, o processo aconteceu no Brasil, tão somente pela força dos movimentos sociais que ocuparam as terras, criam acampamentos em locais estratégicos, além de uma agenda de luta, e obrigaram uma ação governamental, forçando e provocaram a obtenção de imóveis para a criação de assentamentos de famílias.

A primeira forma que é a ocupação direta no latifúndio, ocorre após um longo trabalho de organização e mobilização das pessoas interessadas e em núcleos de base nas comunidades, no qual os responsáveis que realizam esse trabalho de base e marcam o dia, a hora e o ponto de encontro para ir ao latifúndio previamente definido.

Ao organizarem a ocupação da terra, os Sem Terra promovem uma ação concreta de repercussão imediata. A ocupação coloca em questão a propriedade capitalista da terra, quando do processo de criação da propriedade familiar, pois ao conquistam a terra, os Sem Terra transformam a grande propriedade capitalista em unidades familiares (Fernandes, 2012, p. 25).

Partindo de uma ótica diferente, Fernandes (2012) aponta que a ocupação de terras no Brasil é uma forma de resistência da classe camponesa contra o processo contraditório do sistema capitalista, que cria e recria o campesinato a partir da subordinação da sua produção ao capital, e que expropria a renda da terra, transformando o camponês em assalariado.

Uma das bandeiras de luta do MST, é a reforma agrária popular, que parte da reflexão dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade, igualitária, solidária, humanista e ecologicamente correta. Desta forma, as

propostas, desse modelo de reforma agrária são necessárias e devem fazer parte de um debate amplo de processo de mudança na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo o processo de superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e destruição da natureza.

Mendes (2017), ressalta que, os movimentos sociais do campo, em específico o MST, perceberam que o público dos acampamentos e assentamentos rurais passaram a contar com muitas pessoas da cidade, como ex-operários, como o movimento não exclui ninguém, esse novo camponês se constitui como novo por ser originários da cidade vai se incorporando na luta, e transformando seu modo de vida, dando origem assim a um movimento criados por ex-operários.

Neste sentido se faz necessário uma reforma agrária popular, o que corrobora com Mendes (2017, p. 60) que diz “a reforma agrária na atualidade deve ser associada a organização e politização dos camponeses na luta pela terra, a soberania alimentar e a agroecologia, fortalecendo o associativismo e superando a dicotomia campo-cidade”.

### **CAPÍTULO III**

#### **O PROCESSO DE LUTA/CONQUISTA DA TERRA NOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS RURAIS NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO/TOCANTINS**

Neste capítulo buscou-se apresentar o processo de luta e conquista da terra nos acampamentos e assentamentos rurais na região do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins, neste sentido é importante destacar a importância dos movimentos sociais de luta pela terra no Estado e em especial no Bico do Papagaio, ressaltando as conquistas já

realizadas pela luta através da formação e fortalecimento dos acampamentos e assentamentos rurais. Finalizamos o capítulo com um panorama dos acampamentos e assentamentos na região do Bico do Papagaio, e como estes são essenciais para materialização da luta pela terra na região do Bico do Papagaio.

### **3.1 A luta/conquista da terra por meio dos acampamentos e assentamentos no Bico do Papagaio/TO**

O processo da luta pela terra no estado do Tocantins é longo e complexo, sendo necessário primeiramente entender os arranjos e estrutura fundiária do mais novo Estado da federação. O estado do Tocantins se constituiu a partir do artigo 13 das disposições transitórias da Constituição Federal, que foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, quando se desmembrou do território do Estado de Goiás, pertencente à região Centro-Oeste do país. O processo para criação de um novo território autônomo na porção Norte do Estado de Goiás foi uma luta política ideológica que existia deste o período colonial (Barbosa, 2016).

A mobilização popular e política da região norte fizera com que o governo eleito de Goiás, em 1986, Henrique Santilo, apoiasse a proposta de divisão, passando a ser grande articulador da questão. A efetivação dessas articulações deu-se durante a Assembleia Constituinte, que elaborou a nova Constituição Nacional, promulgando em 1988, e que contemplou a criação do estado do Tocantins, efetivamente, a partir do dia 1º de janeiro de 1989. Em 1988, foi aprovado pela Assembleia Nacional constituinte o projeto de divisão territorial que criou o Estado do Tocantins. A divisão partia do desmembramento da porção norte do estado de Goiás, desde aproximadamente o paralelo 13º, até a região do Bico do Papagaio, na divisa do Estado do Pará e o Maranhão. No entanto, a divisão vinha sendo buscada desde o período colonial (Goiás, 2016, p. 1).

Nas discussões sobre a criação do Estado do Tocantins, houve uma indefinição política sobre qual região deveria pertencer o novo Estado, se continuaria na região Centro-Oeste ou seria incorporado à região Norte. Essa definição, que segundo opinião pública, foi motivada por interesses político-econômico, sobretudo no que tange as aquisições favoráveis de recursos públicos e incentivos (Barsosa, 2016).

Para Barbosa (2016), o Estado passou a integrar a região Norte do país, uma região que já era territorialmente extensa, com a inclusão do Estado do Tocantins, a região passou a ocupar uma área de 659.637,9 km<sup>2</sup>, que corresponde a 42,27%, quase metade do território nacional.

A população da do Estado do Tocantins é composta com pessoas de vários estados da federação, conforme afirma Barbosa (2016), que diz que:



[...] a população tocantinense se encontra assim distribuídas: 67% são tocantinenses natos, o que equivale a 2/3 da população tocantinense com destaque para o Estado do Maranhão com 8.6%, o Estado de Goiás com 7.3%, o Estado do Piauí com 3.1% o Estado do Pará com 2.7%, o Estado de Minas Gerais com 2.1%, o Estado do Ceará com 1.7% o Estado da Bahia com 1.5%, e outros Estados da federação com 5.2%. [Além disso, o estudo] mostra que 51% da população afirma ser tocantinense, 33% vieram de outros Estados e 16% informaram que veio dos Estados da região Nordeste. Dessa forma, podemos afirmar que o fator migração se constituiu como um dos elementos que contribuiu para formação do Estado (Barbosa, 2016, p. 40).

Neste sentido, o autor chama atenção que o estado do Tocantins, no seu processo de formação, embora tenha recebido muitos habitantes de vários estados da federação, não conseguiu alterar a situação de sua estrutura fundiária concentrada, pelo contrário, à medida que a população foi aumentando, também continuou aumentando os índices de concentração de terra, tanto no que se refere ao número de imóveis propriedades, como também as áreas desses imóveis em hectares. Para conceituar estrutura fundiária recorreremos a Alentejano (2012, p. 355) que diz:

Em texto datado do final do século XIX, Elisée Reclus sustentava que a estrutura fundiária de um país é o resultado das lutas entre latifundiários e camponeses pela posse das terras. Assim, onde as lutas camponesas foram capazes de se impor aos anseios monopolistas do latifúndio, a estrutura fundiária é mais democrática; mas onde o poder do latifúndio prevaleceu sobre as lutas camponesas, a concentração fundiária é intensa. Em síntese, o conceito de estrutura fundiária refere-se ao perfil de distribuição das terras numa dada sociedade. Assim, quanto mais desigual a distribuição das terras, mais concentrada será a estrutura fundiária, ao passo que quanto mais igualitária for a distribuição, mais desconcentrada ela será (Alentejano, 2012, p. 355).

Para Barbosa (2016), estrutura fundiária do Estado do Tocantins e a concentração da terra nas mãos de poucos, vem contribuindo para a exclusão dos camponeses do acesso à terra, a de distribuição desigual da terra no Estado contribui para a necessidade da luta sociais no campo. Sobre as lutas sociais do campo cabe destacar a região do Bico do Papagaio, região essa que foi sendo gradativamente ocupada por vários camponeses dos estados do nordeste e das regiões mais próximas, é uma região que tinha grandes áreas de terras devolutas, onde os trabalhadores camponeses desenvolveram a agricultura camponesa e constituíram como local de vivencia com tranquilidade, nessa época (de 1950 a 1970) única preocupação desses camponeses eram as dificuldades de locomoções.

A tranquilidade dos camponeses na região do Bico do Papagaio foi surpreendida ainda na década de 1970, quando começaram a surgir os conflitos pela terra, nesse período era normal a chegada de muitas pessoas vinda do Sudeste e Sul do país, essas pessoas se diziam donos das terras, e todas as famílias que ali viviam deveriam deixar suas terras, essas pessoas que diziam donos das terras alegavam que tinha adquiridos aquelas áreas, os camponeses saíam para evitar um conflito, mas viram que estavam perdendo e não tinha mais terras para o cultivo, viram na necessidade de uma organização, nesse período os camponeses se organizaram em Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, movimentos de lutas pela terra, tiveram um apoio importante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Barbosa, 2016).

Touraine (1989) conceitua os movimentos sociais como ações coletivas associadas à luta por interesses, à organização social, a mudanças na esfera social e cultural. Fernandes (2005), explica que os movimentos sociais do campo são formas de organização socioterritorial de camponeses ou agricultores familiares sem-terra e de trabalhadores rurais assalariados que lutam pelos direitos, quais sejam: a terra, a moradia, a segurança alimentar, a renda e por melhores condições de trabalho.

Os movimentos sociais de luta pela terra no campo tiveram apoio da igreja católica, dos partidos políticos de esquerda, dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região do Bico do Papagaio, essa junção de lutas se deu devido o histórico de conflito nessa região e com a necessidade de fortalecer a resistência dos camponeses, nesse período também contribuiu para a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região, esse movimento tem como uma de suas características a organização dos trabalhadores na luta pela terra através de trabalho de base e montagem de acampamentos (Oliveira, 1988).

Fernandes (2000, p. 22) explica que a CPT foi responsável pelo nascimento do MST, “O trabalho pastoral da CPT foi decisivo para o nascimento do MST”, os acampamentos, os assentamentos e os povoados rurais tornaram-se locais de discussão e conscientização para a construção de um espaço políticos de confronto na luta pela terra, esses processos segundo, Loera (2009), é o trabalho de base, que é a ação de recrutamento que é feita para que os indivíduos participem das chamadas “reuniões da terra”, que tem como objetivo explicar como funciona uma ocupação e um acampamento, o que representa e o que os movimentos sociais do campo chamam de conquista da terra.

Trabalho de base é o momento do convite que é feito em bairros, periferias das cidades e bairros rurais e povoados, assentamentos para que as pessoas, moradores nesses lugares, participem de uma ocupação de terra ou instalem uma *barraca* de lona ou palha de coqueiros num acampamento já existente ou criação de um acampamento ou participe de uma ocupação, geralmente esse trabalho de base feito pelos militantes do setor de Frente de Massas, esta sempre foi e continua sendo a principal porta de entrada para o movimento de luta pela terra, conforme entrevista com o coordenador do acampamento Carlos Marighella (Entrevista nº 01, 2023).

Para o coordenador do acampamento Carlos Marighella, o trabalho de base é muito importante, é o momento do contato com os futuros acampados, é o momento em que o militante explica para as pessoas como é o funcionamento de um acampamento e a importância da luta para formação dos acampamentos. Geralmente as pessoas são convidadas a participar de uma reunião, onde são esclarecidas várias questões, conforme explica Misnerovicz (2017).

Nesse momento o militante deve estar bem preparado para desconstruir essa imagem e apresentar o Movimento, esclarecer as dúvidas, transmitir confiança, segurança e conquistar as pessoas para a luta. Para as pessoas que chegam por iniciativa própria é importante apresentar o acampamento, explicar como funciona, só assim elas se sentirão seguras para se engajar. Quem de nós já não ouviu a expressão “eu não sabia que o acampamento funcionava assim tão organizado”? É neste primeiro contato que é decisivo para pessoa para participar do acampamento (Misnerovicz, 2017, p. 12).

Contribuindo com o pensamento de (Misnerovicz, 2017), um militante do MST-TO ainda explica a importância do trabalho de base para a montagem de um acampamento, ressaltando ainda ocupação direta dos latifúndios como forma de educar através da luta prática, o militante destaca que:

O trabalho de base não é mais que uma pré-organização para um possível acampamento, onde você vai explicar em uma primeira reunião o que é movimento que está organizado o acampamento, como ele funciona e as vezes é trabalhado o jornal sem-terra, a cor da bandeira, que é bastante questionada e dentro desse trabalho vai se adquirindo a confiança dos trabalhadores. Nessa primeira reunião já marca a segunda reunião, é importante anotar os nomes dos presentes na primeira reunião, os trabalhadores se sentem seguros quando seus nomes são anotados no caderno, e daí para frente o militante tem que dar segurança para os trabalhadores, mostrando o que se faz no acampamento, as ações da organização, atribuições de tarefas, até chegar o momento dos trabalhadores participarem de uma ocupação direta ou para ir viver no acampamento na beira de uma estrada onde será reivindicado a terra. A ocupação direta é um trabalho mais avançado, quem chegar lá, pode ser que aconteça uma negociação mais radical, com polícia, despejo isso ajuda a pessoa a ingressar com mais garra na luta, e nunca deixar de distribuir as tarefas (Entrevista nº 02, 2023.).

Conforme o militante do MST-TO, o trabalho de base é uma tarefa que deve ser realizada com bastante esclarecimentos e confiança, ou seja, o futuro acampado tem que sentir confiante no movimento que está organizando a luta, explicando todo o

processo da luta e fazendo dele participante ativo dessa luta, com a distribuição das tarefas, fazendo com ele se sinta parte do processo de luta.

Sobre a ocupação direta, que o militante aborda, é um momento de muita organização, pois pode colocar a vida dos participantes em riscos, neste sentido Misnerovicz, (2017, p. 7) diz que “o período de uma ocupação é bastante tenso, pois poderá ocorrer a qualquer momento a reação dos inimigos”. Neste sentido, os sem-terra devem ficarem bastante atentos e vigilantes e o cuidado com o que poderá acontecer durante esse momento de enfrentamento, a qualquer pessoa do grupo, podendo comprometer, de alguma maneira a continuidade da ação, independente do resultado da ação, começa a se constituir em acampamentos, sendo esses acampamentos resultados tanto da ação realizada como do trabalho de base.

Essa formação inicial do acampamento se apresenta como resultado do trabalho de base e de ação desenvolvida, dar-se início ao um novo ciclo de vida para as famílias, começam uma luta organizada, manifestando-se publicamente contra os latifúndios ocupados, as famílias demonstram que estão determinadas a mudar o rumo de suas vidas na conquista da terra e na construção de novo território.

A formação do acampamento é fruto do trabalho de base, quando famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio. Com esse ato, as famílias demonstram sua intenção de enfrentar as difíceis condições nos barracos de lona preta, nas beiras das estradas; demonstram também que estão determinadas a mudar os rumos de suas vidas, para a conquista da terra, na construção do *território camponês* (Fernandes, 2012, p. 23, grifo do autor).

De acordo com Caldart (2004, p. 176), os acampamentos podem ser considerados como cidades “de barracos de lona”, em uma referência ao material, esse material tem variedades dependendo da região e ao tipo de habitação que são utilizados nessa manifestação social.

Segundo Abramovay (1985), o acampamento não é apenas o produto da revolta e do desespero, mas ao contrário, o ato de acampar supõe maturidade política, organização, coesão, disciplina, fé e esperança. Não é simplesmente um grupo de pessoas, mas é a expressão de esperança de que a vitória sobre a pobreza é possível com a conquista da terra. A esperança nessa vitória é o que os movem a resistirem à expropriação do estado. “Acampar é uma forma de dar corpo ao movimento, mostrando ao governo e à sociedade que existem forças vivas à espera da Reforma Agrária” (Abramovay, 1985, p. 21).

O acampamento é um território constituído por diversas pessoas, com diferentes formas de pensamentos, origem, credo religioso e partidos políticos, que passam a conviver juntos em um mesmo lugar com os mesmos objetivos, passando a ser um ponto de encontro diversos, vivendo sobre as regras de convivências entre os chamados de acampados ou companheiros, dividindo responsabilidades, problemas e desenvolvendo atividades coletivas.

Dependendo da forma de constituir o acampamento, o mesmo passa a ser um ponto de encontro, onde pessoas das diversas origens, credo religioso ou filiação partidária, passam a viver e conviver num mesmo lugar, sob regras e acordos de convivência e responsabilidades, direitos e obrigações estabelecidas coletivamente, com mecanismos de cobranças e de implementação (Misnerovicz, 2017, p. 8).

Assim, vai sendo criada uma instituição e identidade coletiva. Não existe um modelo único, pois cada acampamento tem autonomia na construção de seus acordos de convivência, porém deve ser dinâmica e flexível e ter como referência os princípios organizativos do movimento à qual pertence (Misnerovicz, 2017).

Feliciano (2006) e Fernandes (2012), dizem que:

Estar no acampamento é resultado de decisões difíceis tomadas com base nos desejos e interesses de quem quer transformar a realidade. Todavia, decidir pelo acampamento é optar pela luta e resistência. É preciso saber lidar com o medo: ir ou ficar? O medo de não dar certo, da violência dos jagunços e muitas vezes da polícia. É preciso também se preparar para viver em condições precárias. (Fernandes, 2012, p. 23).

O acampamento se torna a principal porta de entrada das pessoas para o movimento de luta pela terra. As pessoas nos acampamentos são levadas a assumir um compromisso coletivo com a causa e o objetivo de acesso à terra, mas isso exige disposição, coerência e atitude de mudança de comportamento, de humildade, de acreditar na luta e na organização como única forma de alcançar os objetivos propostos. Sendo assim, pode-se afirmar que o acampamento é um marco histórico, ou seja, é o fim e o começo da vida ao mesmo tempo, nessa relação dialética (Misnerovicz, 2017).

O acampamento é lugar de mobilização. Embora os acampamentos mantenham a mesma essência de serem espaço de luta e resistência, conforme a conjuntura política da luta, os sujeitos mudam a forma de organização do acampamento. Os acampamentos como espaços de luta e resistência são lugares que marcam as histórias de vida dos sem-terra, (Fernandes, 2012, p. 26).

O processo de luta em cada acampamento tem sua política própria de organicidade, acolhe para seu interior todas as pessoas que dele querem participar, mulheres, homens, crianças e jovens, até mesmo alguns idosos que tiveram a maior parte de suas vidas exploradas, com muitas necessidades e que já tentaram outras formas de sobrevivência e sempre sonharam com um pedaço de terra para produzir seus próprios alimentos, sendo assim, nos acampamentos não é a primeira possibilidade de mudança econômica, mas às vezes acaba sendo a última esperança após tantas tentativas frustradas de luta pela terra (Misnerovicz, 2017).

A forma de luta pela terra através de acampamentos é uma forma antiga dos camponeses, que está associada a ocupação da terra, manifestação e resistência, segundo Eckert (1984) os sem-terra<sup>7</sup> começaram a se organizarem em acampamentos em 1962, no Rio Grande do Sul, por meio do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). “Esse espaço de luta passou a ser reproduzido por centenas de movimentos camponeses nas décadas de 1990 e 2000, com diferentes formas de organização, mas sempre com o objetivo de conquistar a terra” (Fernandes, 2012, p. 23).

Os acampamentos são formas de lutas e de transformação do espaço rural em territórios camponeses. Na organização social popular, os acampamentos podem cumprir um papel fundamental na disputa e conquista do território com a criação de uma parte do campesinato como classe social organizada na luta pela terra e uma força de fundamental importância na construção da agricultura camponesa, como explica um dos membros da coordenação estadual do MST-TO.

Acampamento de famílias Sem Terra, é uma etapa do processo de luta pela terra, onde o sujeito/a camponês/as toma a decisão de auto se desafiar e enfrentar o difícil retorno rumo às suas origens de onde outra hora foi forçado a sair, provocado pela imposição processo de espoliação, exploração, expropriação e expulsão do campo, feito por meio do sistema político, econômico e social. É também, um território/espaço, onde este sujeito/a começa a ter noção de classe social e luta de classe, uma vez que passa a vivenciar processos de formação com ênfase em questões políticas, econômicas e sociais que arruinaram e arruína sua vida e ver, como alternativa a reconquista da terra, o que é bastante doloroso. Más, ainda é o cominho possível (Entrevista nº 03, 2023).

Os acampamentos têm estratégias próprias em suas organizações e localizações, podem ser construídos na área que se pretende transformar em

---

<sup>7</sup> Como explicado por Rosa (2009b), *sem-terra* é uma categoria historicamente construída que, porém, não existe enquanto categoria autônoma em relação ao Estado. Surge no Rio Grande do Sul, no contexto do governo Brizola (1959- 1963) com o sentido de orientar políticas de governo para pequenos agricultores, tendo sido apropriada e seu significado modificado depois por movimentos e organizações de trabalhadores rurais. E tendo sido o MST o movimento que “consagrou a categoria social ‘sem-terra’ como uma forma social de reconhecimento público” (Rosa, 2009b, p. 197).

assentamentos, nas margens das rodovias e do lado de fora de fazendas, ou seja, cada um tem suas próprias estratégias de organização e sobrevivências diferentes, sendo que todos têm um objetivo comum, pressionar o governo e explicitar a necessidade de terra e importância da reforma agrária para garantir o acesso à terra para aqueles que mais necessitam. “Além das diferenças em relação à localização dos acampamentos, há também diferenças na sua duração, por causa das ações e reações dos movimentos, governos, latifundiários e capitalistas” (Fernandes, 2012, p. 25).

Nos acampamentos existem uma organização própria, mas, pode variar de cada região, e de cada movimento social que organiza o acampamento, mesmo dentro de um mesmo Estado, no estado do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, segundo o MST (2022), os acampamentos que são coordenados pelo MST são compostos por núcleos de bases e setores, nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos, são escolhidos os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou do acampamento, além dos núcleos de base as famílias se organizam nos seguintes setores, frente de massas, formação, educação, produção, comunicação, projetos, gênero, direitos humanos, saúde, finanças, relações internacionais, cultura, juventude, LGBT Sem Terra (MST, 2023, 04).

Essa organicidade facilita a gestão dos acampamentos, cada setor é coordenado por um homem e uma mulher, composto com os demais acampados, fazendo com que todos os acampados se envolvam em cada setor, e nas reuniões de coordenações, onde reúne todos os coordenadores de cada setor é discutido os problemas que cabe a cada um, e esses problemas são debatidos em plenárias gerais, buscando soluções para problema (MST, 2023).

A organização dos acampamentos segue levando em consideração a participação e reflexão por todos os que estão ali envolvidos, ou seja, os acampados têm o direito de participar de todas as decisões que ali são debatidas, essa participação se dá através de assembleias gerais (Figura 02), que debatem os mais diversos assuntos inerentes ao acampamento, como formação política, agenda de cobrança juntos aos gestores, cultivo e almoço coletivos, entre outros, conforme o MST (2023).

Figura 2 - Assembleia geral do acampamento Paulo Freire, Município de Sampaio – TO, 2012.



Fonte: Arquivo do MST – TO, (2012).

Os setores são outro importante processo de organização dos acampamentos, dentro dos acampamentos há diversos setores que são responsáveis pela produção, saúde, educação, lazer, cultura, trabalho de base e diversas atividades desenvolvidas nos acampamentos, cada acampamento tem seus diversos setores, geralmente são coordenados por um homem e uma mulher, e sua função é ver de perto os problemas e soluções de setor do acampamento, e levados para a assembleia geral, nas reuniões ou plenárias mensais, onde são discutidos todos os problemas de cada setor buscando soluções de forma que todos participem, conforme o MST (2023).

Fernandes (2012) explica que a organização dos acampamentos da forma que o MST faz, facilita a ocupação de latifúndios improdutivos para fins da reforma agrária, a organização de uma ocupação da terra, promove uma ação concreta realizada desde o trabalho de base, a ocupação coloca em questão a propriedade capitalista da terra, no sentido de criação de assentamentos. Outro fator da ocupação dos latifúndios é pressionar o Estado com a esperança de negociação e mostrar que ali naquela região há um problema social, como diversas vezes foram realizadas na região do Bico do Papagaio.

Ocupam a terra diversas vezes como forma de pressão para abrir a negociação, fazem marchas até as cidades, ocupam prédios públicos, fazem manifestações de protesto, reuniões etc. Pela correspondência entre esses espaços de luta no campo e na cidade, sempre há determinação de um sobre o outro (Fernandes, 2012, p. 26).



A ocupação da terra é uma forma de pressionar as negociações sobre determinados latifúndios que seja destinado a se transformar em área de assentamento, muitos acampamentos da região do Bico do Papagaio ainda vivem nas margens das rodovias, como o acampamento Carlos Marighella (Figuras 3 e 4), localizado no município de Araguatins – TO.

Figura 03-Acampamento Carlos Marighella, município de Araguatins - TO. 2022.



Fonte: Arquivo do MST – TO, (2022).

Figura 04-Acampamento Carlos Marighella, município de Araguatins – TO, 2022



Fonte: Arquivo do MST – TO, (2022).

Outros acampados que conseguiram seus espaços de terra para sustentar suas famílias, viveram acampados por algum tempo, pode-se citar o acampamento Alto da Paz no município de Araguatins, esse acampamento realizou diversas ocupações com o objetivo de pressionar o Estado, não só ocupou a área, mas o prédio do INCRA na cidade de Araguatins, toda essa luta culminou no assentamento Palmares, no município de Araguatins, conforme o MST-TO (2023). “A ocupação da terra é um trunfo nas negociações. Muitos acampamentos ficaram anos nas beiras das rodovias sem que os trabalhadores conseguissem ser assentados. Somente com a ocupação, obtiveram êxito na luta” (Fernandes, 2012, p. 23).

Fernandes (2012) ainda continua explicando como que o estado brasileiro atua para impedir o avanço das ocupações no país. No governo Fernando Henrique Cardoso, criou a Medida Provisória nº 2.109-50 de 27 de março de 2001, essa medida suspendeu por dois anos a desapropriação de áreas ocupadas pela primeira vez e por quatro anos as áreas ocupadas por duas ou mais vezes, essa medida favorece para a diminuição das

ocupações pelos acampados. Fernandes (2012, p. 27) afirma que “a medida provisória nº 2.109-50, promulgada em 2001, diminuiu o número de ocupações, e os Sem Terra, estrategicamente, passaram a acampar próximo das áreas reivindicadas”.

Loera (2014) explica que não é somente o MST que realiza acampamentos e ocupações no Brasil, existem outros movimentos com esse objetivo de luta pela terra.

No entanto, hoje em dia, existem no Brasil inúmeras organizações de trabalhadores rurais que promovem ocupações de terras e organizam “acampamentos de lona preta”, entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST), Associação dos Trabalhadores Sem-Terra de São Paulo (ATST), Movimento do Trabalhador Rural Sem-Terra do Brasil (MTRSB), União dos Trabalhadores Sem-Terra (Uniterra), Organização de Luta no Campo (OLC), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Movimento do Trabalhador Rural (MTR), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as federações de trabalhadores rurais estaduais (Fetape, Fetag/RJ, Fetaemg, entre outras) e demais organizações que surgiram ao longo dos últimos anos. Os participantes das ocupações, sem importar a organização que as promoveu, são chamados genericamente sem-terra; de fato, esse termo é, hoje em dia, uma categoria social (Loera, 2014, p. 23).

Viver em um acampamento não é fácil para as famílias acampadas, existem as mais diversas dificuldades, a vida debaixo da lona preta ou nos barracos de palhas, que é a realidade da região do Bico do Papagaio, não é fácil, é um momento limite de privações, dificuldades e sofrimento, sujeitos as intempéries como: chuvas, ventos fortes e calor excessivo. As áreas escolhidas para fazer o acampamento na maioria das vezes, não tem cobertura vegetal para amenizar o calor provocado pela lona preta.

Geralmente, os acampamentos são nas margens de rodovias e em áreas de fazendas já desmatadas e com cobertura de capim, plantada para criação de bovinos. É nesse cenário que famílias constrói suas barracas, submetem-se a viver sob essas circunstâncias penosas por um tempo indeterminado, que podem durar dias ou anos. Viver sob esse tipo de cobertura é sentir na pele o sofrimento ao qual estão submetidos, de acordo com Sigaud (2005, p. 69) “o estar debaixo da lona preta é representado como um sofrimento que torna aqueles que a isso se submetem merecedores da recompensa: a terra”.

Essa vivência no acampamento é um processo de transição para o assentamento para aqueles que conseguem seus espaços, a terra, a vida no acampamento é diferente que vivem nos assentamentos, nos acampamentos existe uma unidade entre as famílias, pelo fato de estarem mais próximos, já nos primeiros anos de assentados, sofrimento também é grande.

As pessoas que vivenciam a dinâmica de um acampamento no dia a dia nesta transição até o assentamento definitivo têm a oportunidade e as condições objetivas e subjetivas para dar um salto qualitativo na sua transformação da consciência coletiva e de classe, passam a ver o mundo de outra forma, se tornam críticas ao sistema e defendem as mudanças estruturais da sociedade (Misnerovicz, 2017, p. 08).

Bergamasco e Norber (1996, p. 08) explicam que o “termo Assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros países”. Para Leite (2012), os assentamentos são formas de luta pela terra, caracterizam-se como um “fator marcante o cenário da questão agrária no Brasil”, a projeção dos assentamentos desde 1980 até os dias de hoje, vem materializando a luta e a conquista da terra no país.

Fernandes (1996) corroborando com Bergamasco e Norber (1996), explicam que a expressão assentamento rural parece ser datada em 1960, como referência em relatórios dos programas oficiais executados na América latina, designando a transferência e a alocação de determinado grupo de trabalhadores que não tinha terra (sem-terra), ou aqueles com pouca terra, para um imóvel rural específico, com o objetivo de construir uma nova unidade produtiva com um marco territorial diferenciado.

Segundo a Instrução normativa Incra nº 15, de 30 de março de 2004 (BRASIL, 2004), o estado brasileiro define o projeto de assentamento como:

[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares (Brasil, 2004, p. 148).

Leite (2012, p. 110) ainda diz que “assim, em diferentes situações, número expressivo de trabalhadores que participaram de processos de ocupação de terra deixaram de ser acampados para se tornarem, num momento seguinte, assentados”, o autor confirma a importância dos acampamentos e que somente com a resistência dos acampados e o sonho de se tornar assentado se torna realidade, ao se tornar assentado, a luta pela terra continua, para ter dignidade e políticas públicas que garantam uma vida com qualidade nos assentamentos.

Para o INCRA, o processo de implantação dos assentamentos de reforma agrária segue os seguintes passos, se divide em nove etapas que são:

Etapa de número 00 - em fase de obtenção, a etapa de número 01 - Pré-Projeto de Assentamento, etapa de número 02 - assentamento em fase de criação, etapa de número 03 - assentamento em fase de criação, etapa de número 04 - Assentamento em fase de instalação, etapa de número 05 - assentamento em fase de estruturação, etapa de número 06 - assentamento em fase de consolidação, etapa de número 07 - assentamento em estado/situação consolidado, etapa de número 08 - assentamento cancelado e etapa de número 09 - Assentamento Revogado (INCRA, 2023, p.03 ).

Leite (2012) destaca duas questões centrais no processo de movimento entre acampamento e assentamento que, segundo o autor são:

A primeira delas é que não podemos reduzir esse processo a um único “modelo”, seja em relação à origem do trabalhador que reivindica terra, seja à organização da luta, do acampamento e do próprio assentamento, seja, ainda, às atividades praticadas nesses novos espaços e a forma pela qual eles se materializam. A segunda questão diz respeito à diversidade de lutas que têm na demanda e no acesso à terra (portanto, em boa medida, na construção dos assentamentos rurais) seu principal objetivo. Não é desconhecido o fato de que existe hoje no Brasil grande número de movimentos organizados que lutam pelo acesso à terra e aos recursos naturais e constroem a realidade pós-assentamento das formas mais diferenciadas possíveis (Leite, 2012, p. 110).

As legítimas lutas pela terra pelos trabalhadores são válidas quando conseguem suas moradias e seus locais produtivos, neste caso um pedaço de terra (lote), para além de produzirem terem uma segurança alimentar, uma vez que com muitas dificuldades, inicialmente, quando se inicia a vida produtiva e social no assentamento, mesmo assim, conseguem produzir seus próprios alimentos.

O engajamento nos movimentos sociais que lutam pela democratização da terra, é válido e necessário, as reivindicações dos trabalhadores oriundos tanto, do meio urbano como do rural, buscam converter os espaços improdutivos em espaço que proporcione uma política de reforma agrária, ou seja, transformar essas áreas em assentamentos rurais. As diferentes formas de luta pela terra são responsáveis pela implantação dos projetos de assentamentos no país, como afirma Leite (2012 p. 110) “[...] o fato da política de assentamento do governo vir a reboque da ação dos setores organizados mobilizados em torno da bandeira da reforma agrária”

Leite (2012) explica que existe peculiaridade nos distintos programas de intervenção pública que marcaram a implantação dos diversos projetos no campo, também há diferenciações na forma de luta pela terra em seus diversos movimentos de lutas camponesas, podendo assim, os assentamentos serem conceituados de acordos

com sua modalidade, para o INCRA, as modalidades de assentamentos são as seguintes: (Quadro 02).

Quadro 02 – Modalidades de Assentamentos da reforma agrária, 2017.

<b>Modalidades dos assentamentos/Siglas</b>	<b>Características</b>
Projeto de Assentamento Federal - PA	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União
Projeto de assentamento Agroextrativista - PAE	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS	de Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.); Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação é de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Florestal - PAF	É uma modalidade de assentamento voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região Norte; A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do Ibama para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal; Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso (CCU); O Incra, em conjunto com Ibama - órgãos estaduais e a sociedade civil organizada - indicará áreas próprias para implantação dos PAF's.
Projeto de Assentamento Casulo*	Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União; A União pode participar com recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União; Aporte de recursos de Crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e municipal; Diferencia-se pela proximidade à centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas; Titulação de responsabilidade do município.
Projeto Descentralizado	Modalidade descentralizada de assentamento destinada ao

de Assentamento Sustentável - PDAS	<p>desenvolvimento da agricultura familiar pelos trabalhadores rurais sem-terra no entorno dos centros urbanos, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas, de caráter inclusivo e ecologicamente sustentáveis;</p> <p>As áreas serão adquiridas pelo Incra por meio de compra e venda ou ainda doadas ou cedidas pelos governos estaduais e municipais;</p> <p>Os lotes distribuídos não podem ter área superior a dois módulos fiscais ou inferior à fração mínima de parcelamento em cada município;</p> <p>O desenvolvimento das atividades agrícolas deve garantir a produção de hortifrutigranjeiros para os centros urbanos;</p> <p>O Incra e o órgão estadual ou municipal de política agrária, ou equivalente, deverão firmar Acordo de Cooperação Técnica visando garantir as condições mínimas necessárias para que as famílias assentadas tenham acesso às políticas públicas para o desenvolvimento do futuro projeto de assentamento.</p>
------------------------------------	--

\* Modalidade revogada pela Portaria Incra nº 414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017.

**Observação:** Além das modalidades acima, o Incra tem cadastrado em seu Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA): Projetos de Colonização (PC), Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) e Projetos de Assentamento Quilombola (PAQ). Todas essas modalidades deixaram de ser criadas a partir da década de 1990, quando entraram em desuso.

Fonte: INCRA (2023). Organizado pelo autor (2023).

As diferentes modalidades de assentamento rural são os fatores conjunturais que determinam as políticas públicas voltadas para o equacionamento da luta pela terra, vinda dos grupos sociais que lutam não somente pela terra, mas viver no campo com qualidade de vida e essa luta também configuram a diversidade agrária do Brasil.

O Incra também reconhece outras áreas que são destinadas a reforma, conforme quadro 3.

Quadro 3 – Outras modalidades de áreas destinadas a reforma agrária pelo Incra, 2023.

Modalidades dos assentamentos/Siglas	Características
Projeto de Assentamento Estadual - PE	<p>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas;</p> <p>Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários;</p> <p>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (Pronaf A e C) mediante convênio;</p> <p>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica;</p> <p>O Incra reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;</p> <p>Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.</p>
Projeto de	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de

Assentamento Municipal - PAM	<p>responsabilidade dos municípios;</p> <p>Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade dos municípios;</p> <p>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (Pronaf A e C) mediante convênio;</p> <p>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica;</p> <p>O Incra reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;</p> <p>Titulação de responsabilidade dos municípios.</p>
Reservas Extrativistas - RESEX	<p>Reconhecimento pelo Incra de áreas de Reservas Extrativistas (Resex) como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;</p> <p>A obtenção de terras não é feita pelo Incra, mas pelos órgãos ambientais federal ou estadual quando da criação das RESEX.</p>
Território Remanescente Quilombola - TRQ	<p>Decretação da área pela União visando a regularização e o estabelecimento de comunidades remanescentes de quilombos;</p> <p>Aporte de recursos para a obtenção de terras, créditos e infraestrutura feito pela União por meio de ações integradas com a Fundação Palmares e outras instituições.</p>
Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto - PFP	<p>Projetos criados pelos estados ou municípios;</p> <p>Esses projetos são reconhecidos o pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao Pronaf A.</p>
Reassentamento de Barragem - PRB	<p>A implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e Pronera.</p>
Floresta Nacional - Flona	<p>A obtenção de terras não é feita pelo Incra, mas pelos órgãos ambientais federais quando da criação das Flonas.</p>
Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS	<p>De competência do Ibama;</p> <p>São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas o pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (Pronaf A);</p> <p>O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das RESEX.</p>

Fonte: INCRA (2023). Organizado pelo autor (2023).

A diversidade de assentamentos é resultado de lutas e experiências dos movimentos de lutas pela terra e da união dos trabalhadores organizados através dos diversos movimentos sociais. A prática das políticas públicas precisa respeitar as diferenciações regionais dos assentamentos, ao mesmo tempo que sejam identificadas as trajetórias e as estratégias comuns em que se desenvolve os assentamentos e todo seu processo, além da busca por essa compreensão nos permite esboçar um quadro de

políticas públicas com representação desses atores e com diálogos específicos entre os camponeses e suas necessidades de forma mais ampliada com o Estado (Leite, 2012).

De qualquer modo, após a (re)conquista da terra os assentados deparam com as dificuldades para garantir a viabilidade socioeconômica dos projetos, decorrentes, em grande medida, do descaso de um poder público que não tem oferecido a necessária infraestrutura social de saúde, educação, transporte, energia elétrica, etc., em uma política agrícola condizente com as especificidades socioeconômicas e regionais destes produtores. (Bergamasco; Norber 1996, p. 43).

Os assentamentos mesmo com todas as dificuldades estão sempre procurando estabelecer diferentes estratégias de produção e reprodução social, mesmo apresentando configurações regionais diferentes. Bergamasco e Norber (1996) apresentam as cooperativas agrícolas e as associações como alternativas de organização social e econômicas para os assentados, as associações facilitam o contato entre assentados e as instituições públicas e privadas relacionadas à produção agrícola, como por exemplo os bancos, agroindústrias, agências governamentais, centros consumidores, fornecedores de equipamentos e insumos agrícolas, quando as associações podem se transformar em cooperativas depende de sua forma de organicidade, as cooperativas são consideradas empresas cooperativas e podem realizar atividades comerciais mais amplas que as associações, cujo caráter é prioritariamente civil e representativo.

Os autores Bergamasco e Norber (1996) ainda afirmam que os assentamentos rurais estabelecem as bases para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico para o Brasil, e que a conquista da terra não significa que o problema foi resolvido, surge nesse momento novos problemas como documento da terra, acesso a saúde, educação e outros.

Assim, em diversos casos a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terra férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditícios e comercial) que leva o sucesso dos assentamentos, bem como de qualquer outro produtor rural. assim, após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento desde trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas (Bergamasco; Norber 1996, p. 10).

Esses problemas acima citados, são presentes em todos os assentamentos do Brasil, principalmente devido a acomodação do Estado em achar que resolveu o problema dos acampados, colocá-los na terra não significa que está tudo tranquilo com a questão agrária, necessita do Estado, a partir desse ponto, repensar e reformular novas



políticas públicas de apoio a esses camponeses, políticas que favoreçam a viver no campo com dignidade, tendo seus direitos garantidos e materializados.

Segundo o MST-TO (2023), o assentamento Palmares, localizado no Bico do Papagaio, é resultado da união de vários movimentos sociais, em específico do MST que organizou acampamento que visavam a criação de um assentamento no município de Araguatins, esses acampamentos<sup>8</sup> foram palcos de diversos conflitos entre latifundiários e camponeses, após anos de reivindicações os acampados foram assentados no assentamento denominado Palmares.

Cabe destacar o acampamento, Alto da Paz, criado pelo STR em 2003, quando 83 famílias ocuparam uma área às margens da rodovia que liga os municípios de Araguatins a Buriti do Tocantins (região do Bico do Papagaio). No final de 2004, o acampamento passou a ser coordenado pelo MST com objetivo de tornar a fazenda Santo Hilário<sup>9</sup> em um assentamento da reforma agrária, portanto, os camponeses sem terra enfrentaram diversos conflitos violentos chegando à morte de um companheiro, mesmo esses enfrentamentos violentos, os sem terras vinham produzindo seus alimentos em parte da área em conflito.

O acampamento Alto da Paz, resistiu até o ano de 2009, quando sofreu mais um despejo de forma violenta, conforme divulgado pelo site Repórter Brasil.

Desde 3 de abril 2009, as 100 famílias despejadas do Acampamento Alto da Paz, que fica a cerca de 40 km do município de Araguatins (TO), vivem um pesadelo. De acordo com relatos dos sem-terra que estavam acampados no local há mais de seis anos, a Polícia Militar (PM) do Tocantins agiu com truculência na retirada das famílias do local, diante de barracos revirados, mulheres e crianças teriam sido inclusive agredidas por agentes policiais, alguns deles encapuzados. O mandado de reintegração de posse da Fazenda Santo Hilário, onde o acampamento estava instalado, fora assinado em favor de Antônio Bento Borges pela juíza Nely Alves da Cruz, da Comarca de Araguatins, em 13 de fevereiro de 2009. Os sem-terra foram levados para a Unidade Avançada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Araguatins (TO). De acordo com Manoel Dias Lima, uma das lideranças do acampamento, parte das famílias foi procurar abrigo nas casas de parentes e conhecidos, mas 66 famílias – 206 pessoas, entre elas 60 crianças – permaneceram no espaço, que não dispõe de estrutura para abrigar tanta gente, até o início desta terça-feira (21). O local contava apenas com um único banheiro. “Devido às más condições do alojamento e também por causa da chuva durante o despejo, crianças e adultos adoeceram”, acrescenta Manoel Dias (Repórter Brasil, 2009, p. 02).

---

8 Consultar mais informais em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/04/relatorio-de-visita-da-area-do-acampamento-alto-da-paz/>.

9 Em agosto de 2004, o Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego resgatou da fazenda 13 pessoas de uma mesma família vivendo em condições degradantes, entre elas havia três menores. Foram libertados também seis trabalhadores em condições de escravidão. (MST, 2015, p. 02).

Misnerovicz (2017, p. 19) diz que “Acampamento um espaço e território transitório para conquista da terra e reforma agrária. Portanto uma necessidade histórica. Sem acampamentos, organização e lutas não haverá conquistas mesmo que pontuais e sem estas conquistas não há junção de forças e sem forças organizada não haverá reforma agraria e sem reforma agraria não há justiça social”.

### **3.2 Panoramas dos acampamentos e assentamentos do Bico do Papagaio e sua importância para a conquista da terra**

Como visto, os acampamentos no Brasil têm uma importância muito grande na luta e conquista da terra no Brasil, neste sentido faz necessário entender o surgimento dos acampamentos e a contribuição na luta pela reforma agrária. Fernandes (1999) explica que a origem dos acampamentos no Brasil se deu devido a repressão do governo militar com os camponeses, implantando um modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária, apostando no fim do campesinato, nesse momento nascia um novo camponês, que se organizava socialmente pela sobrevivência no campo, e nascia também as formas de lutar através de acampamentos, dando início a um processo histórico de luta e resistência no campesinato brasileiro.

De meados da década de 60 até o final da década de 70, as lutas camponesas eclodiam por todo o território nacional. Os conflitos fundiários triplicaram e o governo, ainda na perspectiva de controlar a questão agrária determinou a militarização do problema da terra. Nessa época, criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia - Tocantins - GETAT e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas - GEBAM. As sedes destes organismos governamentais eram utilizadas tanto como escritórios para administração dos conflitos, como para a prisão dos camponeses revoltosos (Fernandes, 199, p. 33).

Nesse período, a violência contra os camponeses crescia a cada dia, os latifundiários apoiavam-se no Estado, na repressão contra os camponeses, pois os mesmos tinham grande interesses nas áreas em disputas. Os camponeses, mesmo lutando contra o Estado e os empresários do campo, não se entregaram, aumentando, assim a violência e a luta pela terra, enfrentando a fúria dos latifundiários com seus jagunços e a polícia. Fernandes (1999, p. 35) chama atenção que “No ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias”.

A partir desse momento, os camponeses continuaram lutando contra o sistema latifundiários no Brasil, organizados em diversos movimentos sociais, dando início a luta através da formação de acampamentos e ocupações de terra.

A luta pela sobrevivência foi a marca histórica da resistência camponesa. Foi assim que em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST. As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de sessenta, quando o MASTER organizara os acampamentos na região. Portanto, a luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da democracia (Fernandes, 1999, p. 36).

Neste sentido, surge as primeiras formas de lutas através de acampamentos, assim como nascia também as ocupações de terras improdutivas do país, mesmo com bastante repressão, o MST começou a surgir a partir dessas ocupações, que segundo o MST (2023) é o movimento que social que vem resistindo a todos os tipos de repressão contra os camponeses no campo, e organizando acampamentos em vários estados do Brasil. Brumer (1990) comenta sobre a criação do MST.

O MST foi estruturado em 1981, a partir do acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS), com o objetivo principal de lutar por uma reforma agrária "radical". Embora sua força seja mais expressiva nos três estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) (Brumer, 1990, p. 128).

A espacialização do MST contribuiu com diversos movimentos sociais na organização de acampamentos em 24 estados da federação MST (2023). Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - MST, hoje (2023), “existem 70 mil famílias acampadas em todo o Brasil”, organizados pelos diversos movimentos sociais no Brasil (MST, 2023. p.02)

No estado do Tocantins o processo de luta pela terra através de acampamentos teve início entre 1996 a 1997, mesmo com as efervescentes lutas nos anos de 1980 e 1990, somente em 1997 com a contribuição dos movimentos sociais que atuavam na região, com os sindicatos de trabalhadores rurais, a igreja católica, a CPT e os partidos políticos de esquerda, esses movimentos contribuíram para a organização da luta através de acampamentos, neste intuito também com a chegada do MST na região do Bico do Papagaio, foi decisivo para fortalecer a luta e a resistência nessa região (Barbosa, 2016).

Segundo Barbosa (2016), o MST realizou um trabalho de base juntamente com os demais movimentos sociais na região do Bico do Papagaio, com o objetivo de mobilizar e organizar os camponeses. Na década 1980, o padre Josimo Tavares atuava como coordenador da CPT, ele acompanhava e assessora os camponeses envolvidos nos conflitos agrários da época na região, mas em 1986, o padre foi assassinado, com a

morte de Josimo a luta pela terra não parou, ele se constituiu um marco da pela terra na região do Bico do Papagaio, sendo referenciados por todas as organizações e movimentos de luta pela terra no Brasil.

O primeiro acampamento organizado pelo MST se deu em 1999, próximo ao município de Pugmil- TO, denominado Onalício Barros, as margens da rodovia Belém Brasília-BR 153. Barbosa (2016) explica os motivos para este acampamento ter sido montado nessa região do Estado e não na região do Bico do Papagaio.

A montagem desse acampamento se deu mais em função da relação do movimento com a cidade de Paraíso do Tocantins e com outros municípios próximo a Paraíso, onde havia uma forte influência do movimento Sindical de trabalhadores rurais ligados a FETAET, que contribuiu com vinda do MST, para aquela localidade, ação resultou, mais tarde, na conquista do assentamento Onalício Barros em 2006 na área que pertencia a antiga fazenda Maracanã situada no município de Caseara-TO (Barbosa, 2016, p. 101).

Essa luta do MST através dos acampamentos resultou na criação do primeiro assentamento que foi, o Primeiro de Janeiro, no município de Palmeiras do Tocantins, no primeiro período (1995 a 1999) de luta do MST pela terra no Estado. A partir desse período houve uma espacialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Tocantins, o movimento foi ganhando espaço em todas regiões, montando vários acampamentos, principalmente na região do Bico do Papagaio.

Diante de todo processo histórico do Brasil, os acampamentos, ainda são uma forma de luta e resistência contra a concentração de terra e por uma reforma agrária popular. No estado do Tocantins, os acampamentos vêm resistindo a opressão dos latifundiários e da mídia, os acampamentos presentes são organizados em sua maioria pelo MST e outras organizações sociais, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR, Frente Nacional de Luta – FNL, Federação dos Trabalhadores Rurais do Tocantins – FETRARTO, além dos acampamentos organizados através de associações, estes acampamentos estão distribuídos em diversas regiões e municípios do Estado.

O quadro 04, mostra que existem 710 famílias acampadas em acampamentos organizados através de associações, Federação dos Trabalhadores Rurais do Tocantins – FETRARTO, Comissão Pastoral da Terra – CPT, observa-se que a maioria dos acampamentos são da região do Bico do Papagaio, com exceção do acampamento Santa Maria em Colinas. Barbosa (2016) explica que mesmo se os movimentos organizativos dos acampamentos divergirem em alguns pontos dentro de suas estratégias de lutas,

todos tem os mesmos objetivos, conseguir a tão sonhada terra, vivem sofrendo as mesmas consequências da repressão, muitas vezes por parte do próprio Estado.

Quadro 4. Acampamentos no Tocantins, sem a organização do MST. 2023.

N.	Acampamentos	Número de famílias	Município/Região do Tocantins	Área do acampamento	Movimento social que organiza
1.	Marielle Franco	120	Augustinópolis/Bico do Papagaio	Projeto Sampaio*	
2.	Jumentão	50	Augustinópolis/Bico do Papagaio	Projeto Sampaio*	
3.	Manelão	280	Sampaio/Bico do Papagaio	Projeto Sampaio*	
4.	Esperança	80	Sampaio/Bico do Papagaio	Projeto Sampaio*	
5.	Santa Maria	20	Colinas do Tocantins/Centro Oeste	Sem informações	CPT
6.	Água Amarela	50	Araguatins e São Bento do Tocantins/Região do Bico do Papagaio	Sem informações	Frente Nacional de Luta - FNL
7.	Terra Prometida	50	Axixá do Tocantins e São Bento do Tocantins/Região do Bico do Papagaio	Sem informações	
8.	Esperança do Tocantins	60	Esperantina/Região do Bico do Papagaio	Sem informações	STR
<b>Total</b>		<b>710</b>			

\* Projeto Hidroagrícola Sampaio: localiza-se nos municípios de Sampaio, Carrasco Bonito e Augustinópolis, tem uma área aproximada de 1.000 hectares (fruticultura e grãos, além de pastagem irrigada para ampliação da bacia leiteira, que se tornou uma possibilidade na região). Faz parte da região do Bico do Papagaio e possui o menor IDH do estado, o projeto nunca funcionou. (CODEVASF, 2021).  
Fonte: Coordenações dos acampamentos (2023). Organizado pelo autor (2023).

Segundo o MST – TO (2023), o Movimento, entre os anos de 2013 a 2016, institui em sua organicidade organizacional a divisão de atuação de suas ações por regional com objetivo de facilitar o desenvolvimento dos trabalhos do movimento no estado. Já que a territorialização do movimento se encontra mais presente na porção Norte do Estado-Bico do Papagaio e Central do Estado. Para a geografia do movimento, compreende regional Padre Josimo os municípios de Nova Olinda até Esperantina. Já a regional Onalício Barros compreende a partir de Colinas até a região Sul e sudeste do Estado. Essa definição se deu também porque as principais lideranças bem como os territórios se encontram/residem mais nessas porções. Neste sentido, conforme as lutas

vão sendo territorializadas no Estado, ocorre a necessidade de se descentralizar as tarefas-ações.

O quadro 05, mostra os acampamentos organizados pelo MST no estado do Tocantins, a regional Onalício Barros com um total de 246 famílias acampadas divididas em 06 acampamentos.

Quadro 5. Relação de acampamentos do MST no estado do Tocantins, regional Onalício Barros - 2023

N.	Acampamentos	Número de famílias	Data instalação do acampamento	Município/Região do Tocantins	Área do acampamento
1.	Olga Benário	42	22/06/2013	Tabocão/Oeste	Fazendas Sinuelo e Aragarina
2.	Dom Celso	35	16/06/5015	Porto Nacional/Sul	Assentamentos Retiro e Chianini
3.	Clodomir Santos De Moraes	89	06/05/2017	Ipueiras e Brejinho de Nazaré\Sul	Fazendas União, Tucum e Pântano do Papagaio
4.	Tomás Balduino	50	Maio de 2018	Crixás do Tocantins/Sul	Fazenda Consolação e outras
5	Sol Nascente	30	11 de julho de 2021	Couto Magalhães/ Centro - Oeste	Fazenda Triângulo
<b>TOTAL</b>		<b>246</b>			

Fonte: MST - TO (2023). Organização: Autor (2023).

Os quadros 05 e 06, mostram os acampamentos organizados pelo MST no estado do Tocantins, divididos em regionais, ressaltando a importância dos acampamentos como instrumentos de lutas e materialização dessas lutas, no sentido que no Estado tem assentamentos que foram frutos de acampamentos, conforme será apresentado no quadro 05:

Quadro 6. Relação de acampamentos do MST no estado do Tocantins, regional Padre Josimo - 2023

N.	Acampamentos	Número de famílias	Data instalação do acampamento	Município/Região do Tocantins	Área do acampamento
1.	*Carlos Marighella	35	11/05/2013	Araguatins/Bico do Papagaio	Fazenda Santa Hilário e Projeto Sampaio
2.	Padre Josimo	50	Maio de 2015	Carrasco Bonito/Bico do Papagaio	Fazenda Santa Hilário e Assentamento Cupim
3.	Paulo Freire	100	28/04/2016	Araguatins/Bico do	Fazenda Santa

				Papagaio	Hilário e Projeto Sampaio
4.	Rio Piranhas	75	Junho de 2016	São Bento do Tocantins/Bico do Papagaio	Fazenda Estrela Davi
<b>TOTAL</b>		<b>260</b>			

Fonte: MST - TO (2022). Organização: Autor (2023).

De acordo como os quadros acima, 05 e 06, os acampamentos organizados pelo MST-TO, contam com 456 famílias acampadas, dessas famílias apenas 35 estão acampadas nas margens de rodovias, são as famílias do acampamento Carlos Marighella, no município de Araguatins – TO, as demais estão dentro dos latifúndios que pretendem transformar em assentamentos. Esses acampamentos estão esperando uma resposta do governo federal desde de 2013, quando iniciaram seus acampamentos, vivendo as mais difíceis situações de vulnerabilidades sociais e econômicas, de acordo com o MST-TO (2023). A medida provisória 2.183-56<sup>10</sup> de 24 agosto de 2001 dificulta a formação de acampamentos e conseqüentemente de assentamentos. Sobre esta lei, o MST- TO afirma que:

As áreas que o movimento se encontra atualmente são áreas que não são propriedades privadas, são áreas públicas da união, é por isso que o movimento felizmente ainda continua dentro delas, caso contrário já seria retiradas, no caso das áreas que o movimento está resistindo dentro da área trabalhando, produzindo, fazendo sua luta política e produtiva trata-se de área pública, mas em caso de área privada o movimento não se encontra em nenhuma, sendo exatamente as limitações impostas por essa lei (MP 2.027-38 de maio de 2000 e MP 2.183-56 de agosto de 2001), embora esteja em conflitos com os latifundiários, mas são áreas públicas da união por isso a lei ainda não obrigou a retirada das famílias das áreas, que também não é uma propriedade da pessoa que se diz ser o dono da área (Entrevista nº 04, 2023).

Segundo o MST – TO (2023) somente na região do Bico do Papagaio existem 1.199 famílias acampadas, sendo 710 famílias organizadas por associações e outras frentes de lutas, conforme mostra os quadros 03, e 260 famílias organizadas pelo MST-TO, todas essas famílias vem sobrevivendo através da agricultura camponesa, produzindo seus alimentos nessas áreas onde estão acampados, tendo o trabalho coletivo como sua maior força de produção.

Para o MST –TO, o ato de ocupar áreas públicas e produzir alimentos é um ato político, é uma estratégia dos movimentos sociais no Tocantins e no Brasil, devido à ausência da criação de novos assentamentos, reconhecidos pelo INCRA, esse lentidão

10 [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2183-56.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2183-56.htm)

na criação de novos assentamentos da reforma agrária, fez com que os movimentos sociais aumentassem suas ocupações em áreas da união, desenvolvendo atividades produtivas e luta política, denominado como assentamento popular ou assentamento por conta própria, conforme afirma uma liderança do MST – TO e exemplificado nas figuras 05 e 06.

Ocupar as áreas públicas da união e já ir desenvolvendo atividade produtiva e luta política, denominada de assentamento por conta própria ou assentamento popular, foi na realidade uma tática adotada pelo movimento em muitas localidades do país, uma vez que, após o golpe contra presidente Dilma, houve um apagão total nas políticas e programas de criação de novos assentamentos da reforma agrária, situação que durou até o final do governo Bolsonaro. Então diante dessa situação o MST/TO, de acordo com a possibilidade, viabilidade e oportunidade, tomamos essa iniciativa o que foi uma ação positiva. Pois conseguimos resistir nos territórios ocupados. Outro fator que foi bastante relevante foi que graças a ocupação desses territórios, conseguimos enfrentar diversos momentos difíceis, sob tudo, as dificuldades impostas pelos problemas da pandemia do COVID-19 (Entrevista nº 05, 2023).

Figura 05 - Plantio de arroz no acampamento Padre Josimo, município de Carrasco Bonito – TO, 2022.



Fonte: Autor, (2022).

Figura 06-Mutirão para colheita de arroz no acampamento Marielle Franco, município de Augustinópolis – TO, 2022



Fonte: Autor, (2022).

Desde que o MST começou suas atividades no estado do Tocantins, entre 1996 a 1997, houve diversas conquistas dos camponeses, ou seja, foram assentadas muitas famílias, resultados de lutas, resistência e sangue derramados nesse processo de conquista da terra, e mesmo assim, os acampamentos vem resistindo e lutando na



esperança de seus sonhos sejam materializados, que um dia seja assentados, os quadros 07 e 08 abaixo, mostram as conquistas dos movimentos sociais desde 1996 até os dias atuais no estado do Tocantins.

Quadro 7. Relação de assentamentos, número de famílias, total da área, data de criação e município integrante no âmbito da regional Onalício Barros/MST. - 2023

N.	Assentamentos	Número de famílias	Total do assentamento em hectares	Criação oficial	Município/Região do Tocantins
1.	Progresso	20	400	28/07/1999	Pequizeiro/Centro-Oeste
2.	Paulo Freire I e II	152	4.622	20/11/2002	Rios dos Bois/Centro-Oeste
3.	Padre Josimo I e II	162	8.423	20/10/2004	Nova Rosalândia/Sul
4.	Che Guevara	30	1.517	18/08/2005	Goianorte/ Centro-Oeste
5.	Onalício Barros	155	7.500	22/11/2006	Caseara/Sul
6.	Santa Tereza II	40	3.435	17/12/2010	Pindorama do Tocantins/Sul
7.	Zumbi dos Palmares	15	1.043	17/12/2010	Silvanópolis/Sul
	<b>TOTAL</b>	<b>574</b>	<b>26.940</b>		

Fonte: MST - TO (2019). Organização: o autor (2023).

O quadro 07 mostra que existem 574 famílias assentadas em 26.940 hectares de terra na regional Onalício Barros<sup>11</sup>, nas regiões sul e centro oeste do estado do Tocantins.

O quadro 8 mostra as conquistas dos movimentos sociais na regional Padre Josimo.

Quadro 8. Relação de assentamentos, número de famílias, total da área, data de criação e município integrante no âmbito da regional Padre Josimo/MST. - 2023

N.	Assentamentos	Número de famílias	Total do assentamento em hectares	Criação oficial	Município/Região do Tocantins
1.	I de janeiro	153	6.527	16/09/1998	Palmeiras do Tocantins/Bico do Papagaio
2.	Oziel Alves Pereira	55	1.738	12/12/2022	Cachoeirinha/Bico do Papagaio
3.	II de janeiro	43	2.214	16/04/2003	Palmeiras do Tocantins/Bico do Papagaio

<sup>11</sup> Essa regional é uma organização própria do MST-TO, com o objetivo de uma melhor organicidade do MST no Tocantins (MST-TO, 2023)

4.	Vitória I	59	2.010	16/04/2003	Aguiarnópolis/Bico do Papagaio
5.	Palmares	52	1.914	03/12/2007	Araguatins/Bico do Papagaio
6.	Mártires da Terra	56	2.883	30/05/2007	Araguatins/Bico do Papagaio
7.	*Manoel Alves	94	6.260	18/12/2012	Araguaína
8.	Antonio <sup>12</sup> Moreira	30	450	15/10/2013	Ananás/ Bico do Papagaio
	<b>TOTAL</b>	<b>542</b>			

\*O assentamento Manoel Alves faz parte dessa regional devido a divisão feita pelo MST-TO, sendo a regional Padre Josimo de Nova Olinda até a cidade de Esperantina – TO (MST- TO, 2023).

Fonte: MST-TO (2022). Organização: Autor (2023).

O quadro 08, mostra os resultados das lutas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra -MST e dos – Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, na luta pela terra no Tocantins, a unificação das lutas pela terra mostra que os movimentos desenvolvem estratégias de lutas diferentes, mas com os mesmos objetivos, que é uma reforma agrária popular, neste sentido o assentamento Antonio Moreira foi resultado de uma luta conjunta com o entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra –MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, observa-se no quadro 08 que há 30 famílias do MST que compõe o assentamento, demais são famílias organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de diversas cidades do Bico do Papagaio. Já o assentamento Manoel Alves foi resultado da luta em conjunto da Comissão Pastoral da Terra – CPT e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra –MST, segundo o MST - TO (2023).

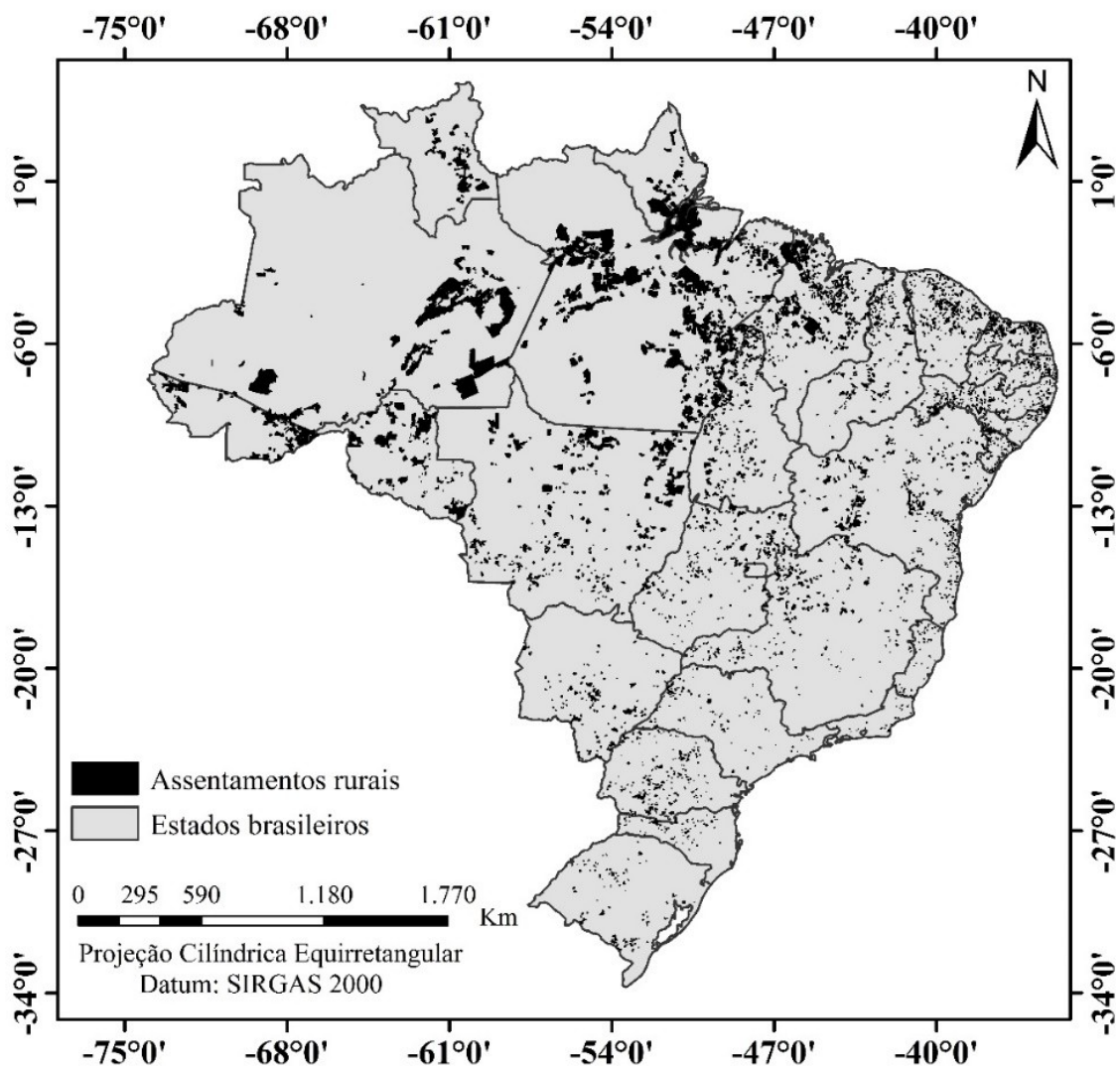
Desde a criação do primeiro assentamento no município de Palmeiras do Tocantins em 1996, a luta pela terra nunca cessou, houve momento de fortalecimento e momentos de tristeza dos camponeses nessa caminhada árdua, momento de tristeza foram marcadas pela perda de alguns companheiros e militantes do movimento e momento de alegria quando conseguiam sair do acampamento e adentrar para seus lotes, mesmo deixando ali naquele local, o acampamento, o sentimento de saudades históricas.

Quanto aos assentamentos rurais, o painel de assentamentos do INCRA (2017) mostra que no Brasil existem 9.374 assentamentos, em todas as regiões do Brasil, conforme mostra o a figura 07.

---

12 O assentamento Antonio Moreira tem 184 famílias assentadas, essas 30 famílias exposto no quadro 08 refere-se as famílias pertencentes aos acampamentos do MST-TO (MST –TO, 2023)

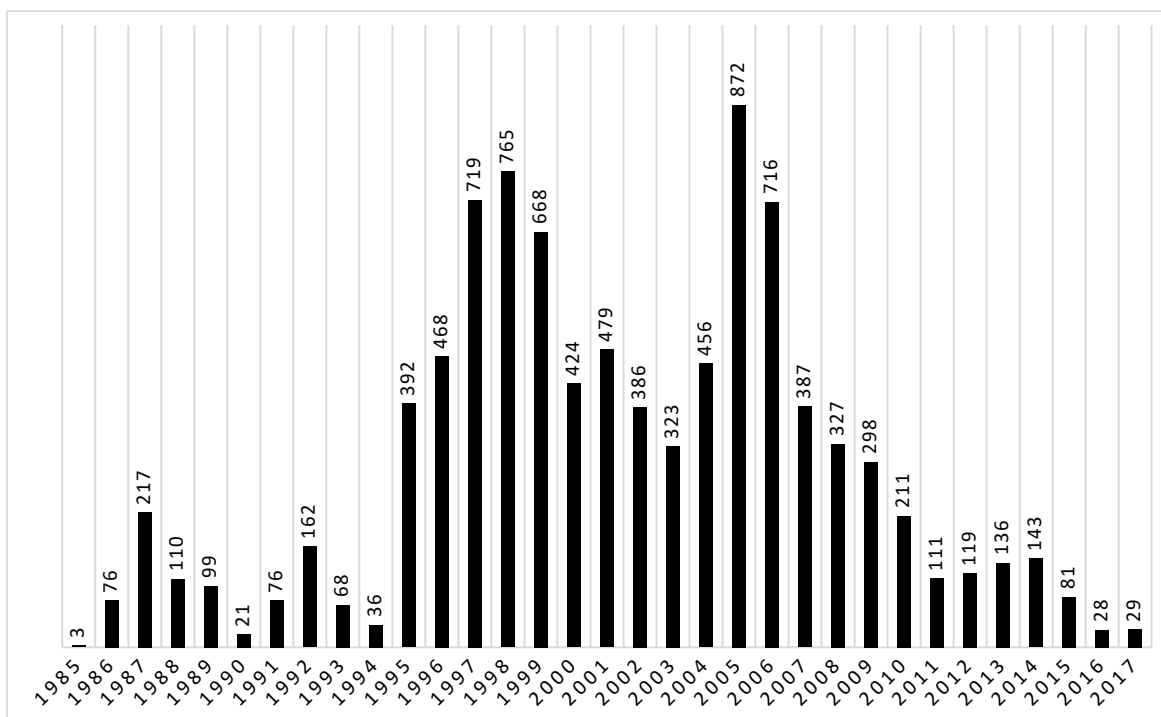
Figura 07 - Mapa dos assentamentos da reforma agrária no Brasil – 1985 -2017



Fonte: INCRA (2017). Organizado pelo autor (2023).

Leite (2012) diz que mesmo com esse número de assentamentos, a criação dos mesmos vem oscilando, principalmente, durante os anos de 1985 a 2017, conforme mostra a Figura 08.

Figura 08 - Gráfico sobre o número de assentamentos no Brasil – 1985 - 2017



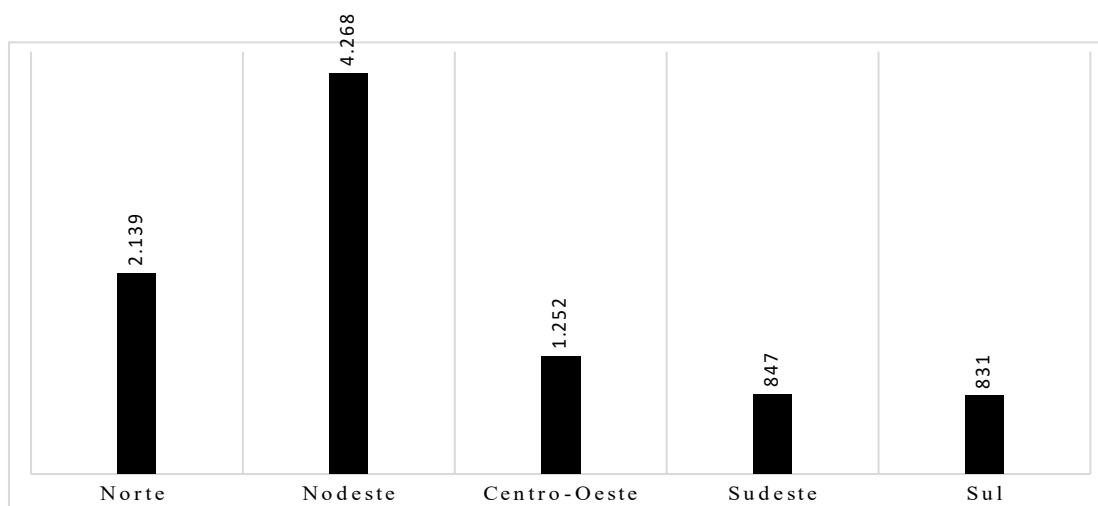
Fonte: INCRA, 2017. Organizado pelo autor, (2023).

A criação de assentamentos de reforma agrária no Brasil ao longo dos anos de 1979 a 2017 foram criados 9.374 assentamentos no Brasil, conforme o painel do INCRA, (2017).

Dessa forma, os dados no gráfico (figura 08) mostram que os assentamentos de reforma agrária implantados a partir de (1979 a 2017) segue normas oficiais do governo Federal representado pelo o INCRA, órgão responsável pelos projetos de assentamentos de reforma agrária no Brasil. Essa oscilação na criação dos assentamentos rurais pode ser associada a forte concentração fundiária que vem marcando o estado brasileiro, neste sentido é permitido afirmar que existe certa irreversibilidade diante desse processo e uma quantidade irrisória de famílias que tem acesso à terra, para construção de suas moradias e de um novo estilo de vida, com garantia de direitos básicos, serviços e políticas públicas (Leite, 2012).

Os dados apresentados no gráfico (figura 08), são referentes aos resultados dos programas de reforma agrária adotada no Brasil, destacando as grandes Regiões e os Estados, Para melhor analisar a criação de assentamentos, foi sistematizado os dados por grandes regiões do país destacando assim o número de assentamentos por regiões, conforme mostra o gráfico abaixo (figura 09).

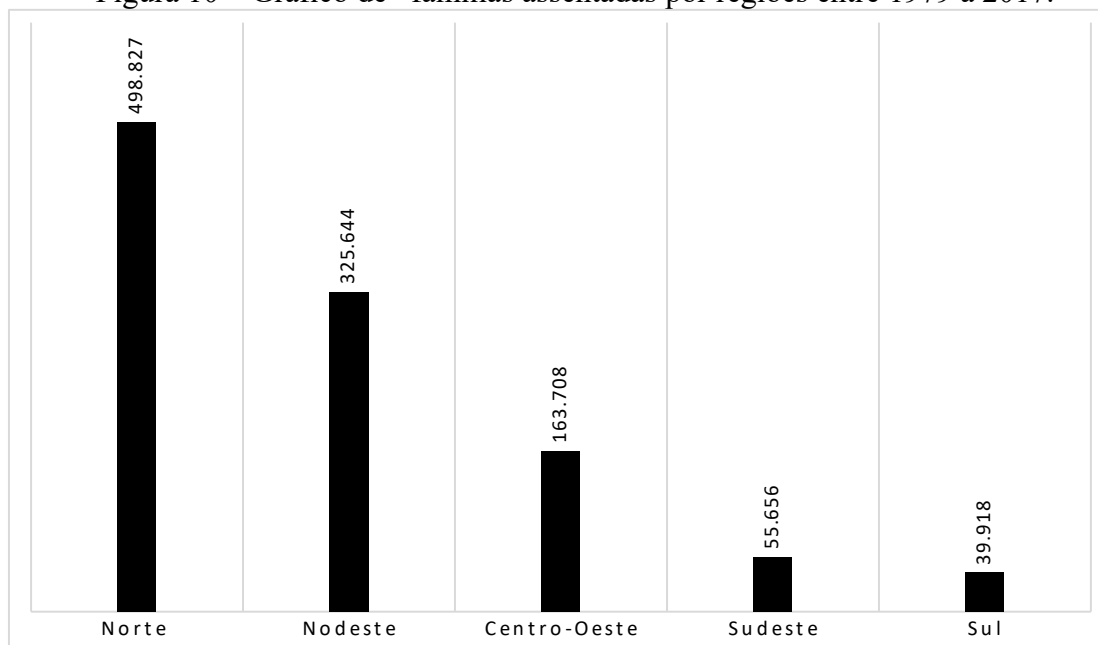
Figura 09 - Gráfico dos assentamentos criados por regiões brasileiras entre 1979 a 2017.



FONTE: INCRA- 2017. Organizado pelo autor, (2023).

Segundo os dados acima, figura 09, mostra que na região Norte foi criado 2.175 assentamentos. Na região Nordeste foi criado 4.268 assentamentos. Na região Centro-Oeste foi criado 1.252 assentamentos. Na região Sudeste foi criado 831 assentamentos. Já na região Sul foi criado 838 assentamentos. Portanto, somadas todas as regiões, totaliza 9.337 assentamentos em todo país.

Figura 10 – Gráfico de famílias assentadas por regiões entre 1979 a 2017.



Fonte: INCRA, 2017. Organizado pelo autor, (2023).

A figura 10, mostra que na região Norte, entre 1979 a 2017 foram assentadas 498,827 famílias. Na região Nordeste foram assentadas 352,644 famílias. Na região Centro-Oeste foram assentadas 163.708 famílias. Na região Sudeste foram assentadas

55.656 famílias. Já na região Sul, foram assentadas 39.918 famílias o que totaliza, segundo os dados oficiais 1.083.753,00 famílias.

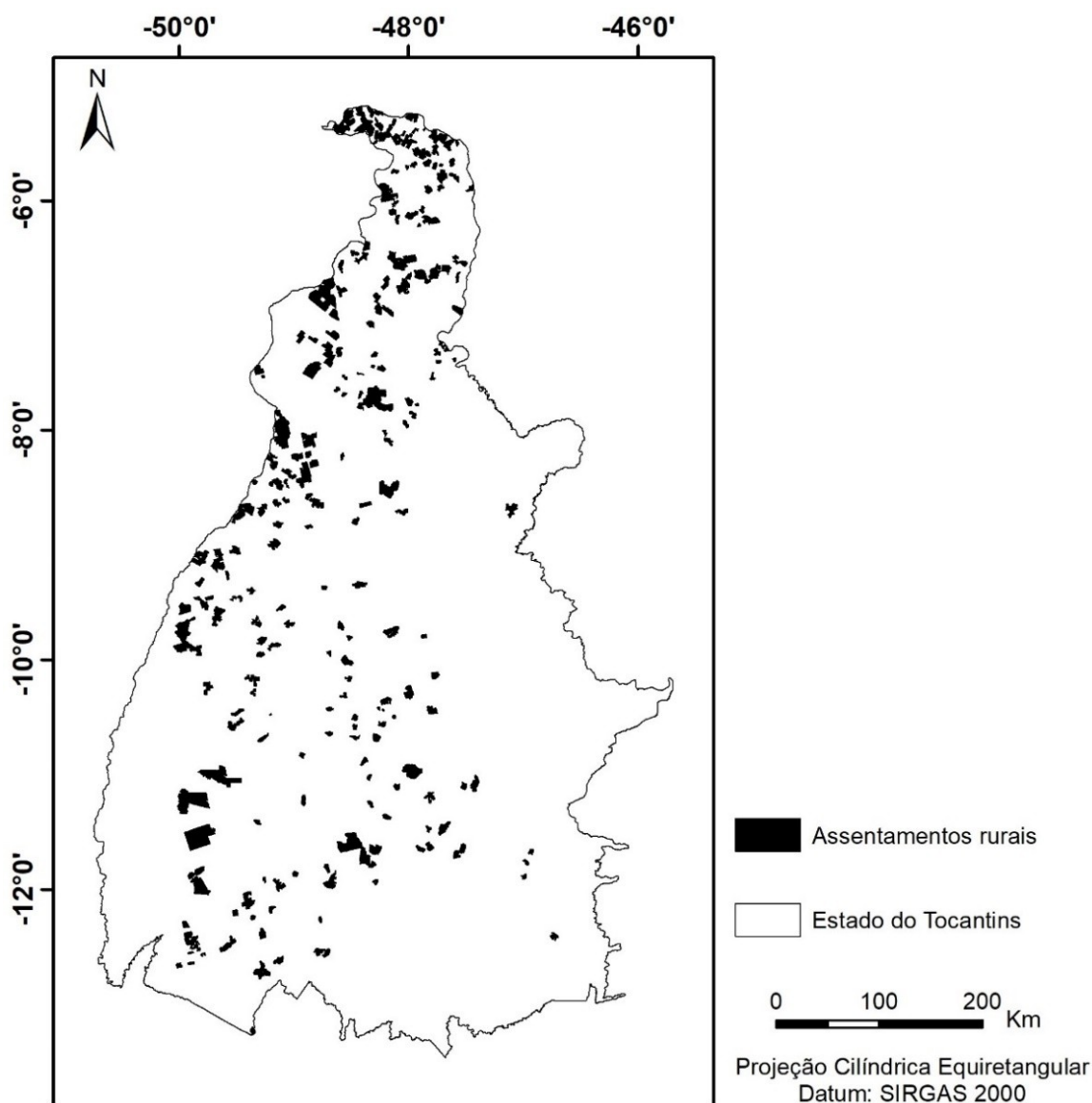
Barbosa (2016) explica que os números de assentamentos no Brasil há divergências, segundo o autor o número não condiz com a realidade concretas dos assentamentos no país, conforme ele ressalta que:

Os dados apresentam inúmeros questionamentos, sobretudo em relação ao número de famílias assentadas. Nesse quantitativo existem muitas famílias que foram assentadas em parcelas de assentamentos antigos e, no entanto, para o INCRA, são consideradas como famílias que foram assentadas em novos assentamentos, ou seja, o órgão não tem uma forma de cadastramento específico para relacionar as famílias que estão substituindo supostas vagas em parcelas desocupadas de assentamentos já existentes. No entanto o INCRA acaba relacionando tudo no mesmo cadastro o que passa a impressão de que está criando assentamentos quando na realidade está sim, preenchendo ou substituindo famílias em assentamentos já criados. Esse processo de substituição contribui para inflar os números do governo sob reforma agrária e mascarar a realidade. Em vez de promover a reforma agrária, organizar processo de substituição de famílias em parcelas de assentamentos que foram desocupadas pela falta de atenção adequada por parte das políticas públicas do Estado brasileiro (Barbosa, 2016, p. 75).

Bergamasco e Norber (1996) ressaltam ainda que essa distribuição desigual da terra no Brasil é resultado de uma política agrária nacional que tentou de forma clara deslocar a luta pela terra para locais mais afastados e desabitados do país, como na região amazônica e, sobretudo, em áreas de fronteira agrícola sem promover uma política adequada de reforma agrária com uma organização social dos camponeses no processo da luta por uma reforma agrária popular.

No Tocantins, segundo o INCRA (2023), existem 378 assentamentos, em todas as regiões do estado existem assentamentos, conforme mostra a figura 11, a espacialização dos assentamentos no Estado do Tocantins.

Figura 11 – Mapa assentamentos da Reforma Agrária no Tocantins– 1985 -2017.



Fonte: INCRA (2017). Organizado pelo autor (2023).

O que chama atenção é esse “vazio” no mapa, (Figura 11) na porção leste do estado do Tocantins, nessa região existem apenas 19 assentamentos, fazendo divisa com os Estados do Maranhão, Bahia e Piauí é uma área onde o agronegócio domina e impede a territorialização dos camponeses. Nesses territórios do leste as comunidades camponesas, indígenas, quebradeiras de coco e pequenos povoados ainda vem resistindo ao avanço da agricultura capitalista, outras limitações da criação de assentamentos nessa região é relacionado à questão ambiental aos Parques Estaduais do Jalapão e Lajeado.

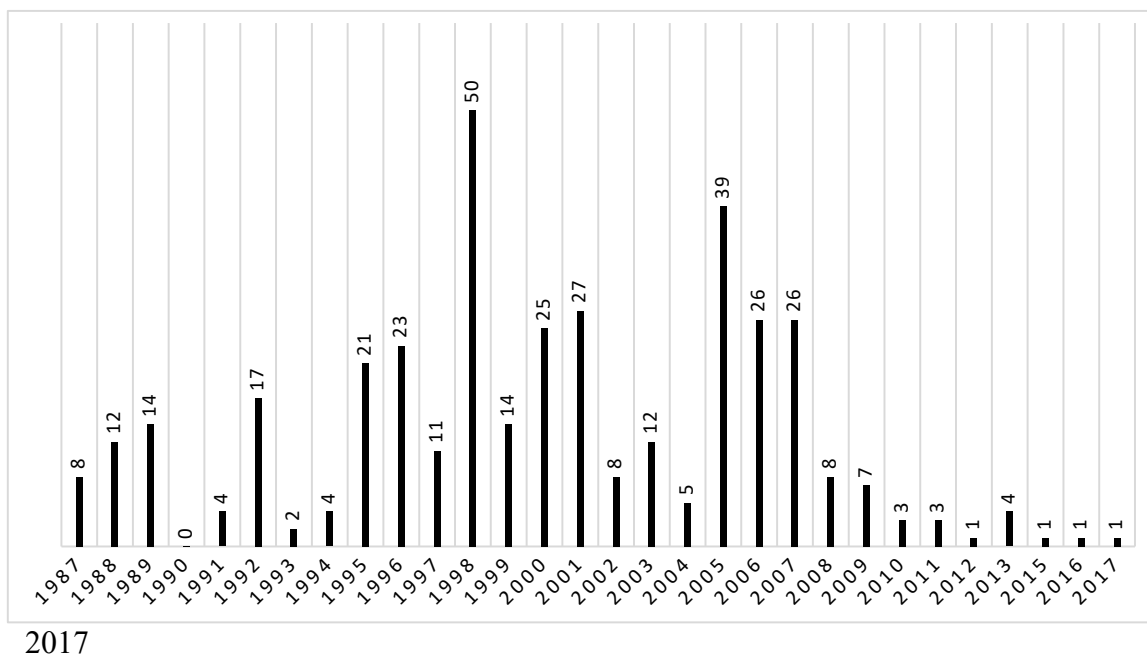
Barbosa (2016) explica que a política de assentamentos no estado iniciou na região do Bico do Papagaio em 1970, esses assentamentos na região do Bico do Papagaio, assim como de todo o estado foram e continuam sendo frutos de lutas dos

diversos movimentos sociais que lutam em prol da reforma agrária e vem enfrentando os latifundiários da região.

Esses assentamentos são resultados das lutas dos camponeses que se deu mais intensamente na região Norte, organizados por movimentos sindicais, por movimentos de pastorais sociais, por movimentos sociais, por movimento de associação particular, por movimentos de ONG's, que empreenderam um conjunto de ações que envolvem participação direta e indireta dos camponeses no processo de luta e conquista e reconquista terra (Barbosa, 2016, p.75).

Os assentamentos no Tocantins foram resultados do conjunto de lutas entre os movimentos sociais, pastorais sociais, associações particulares, esse conjunto de movimentos sociais que vem lutando pela terra não só no estado como em todo país, mesmo não havendo uma sintonia entre esses movimentos de luta pela terra, cada movimento de suas estratégias de luta contra o latifúndio, que na visão de Barbosa (2016, p. 75) afirma que “todas as conquistas que se deram no decorrer desse processo, estão diretamente inseridas no bojo das lutas sociais no campo que contribuíram para o avanço da reforma agrário no Tocantins. Resultando, assim, na criação de vários assentamentos e famílias assentadas”. Conforme mostra a figura 12 abaixo.

Figura 12 - Gráfico dos assentamentos criados no Estado do Tocantins entre 1987 a



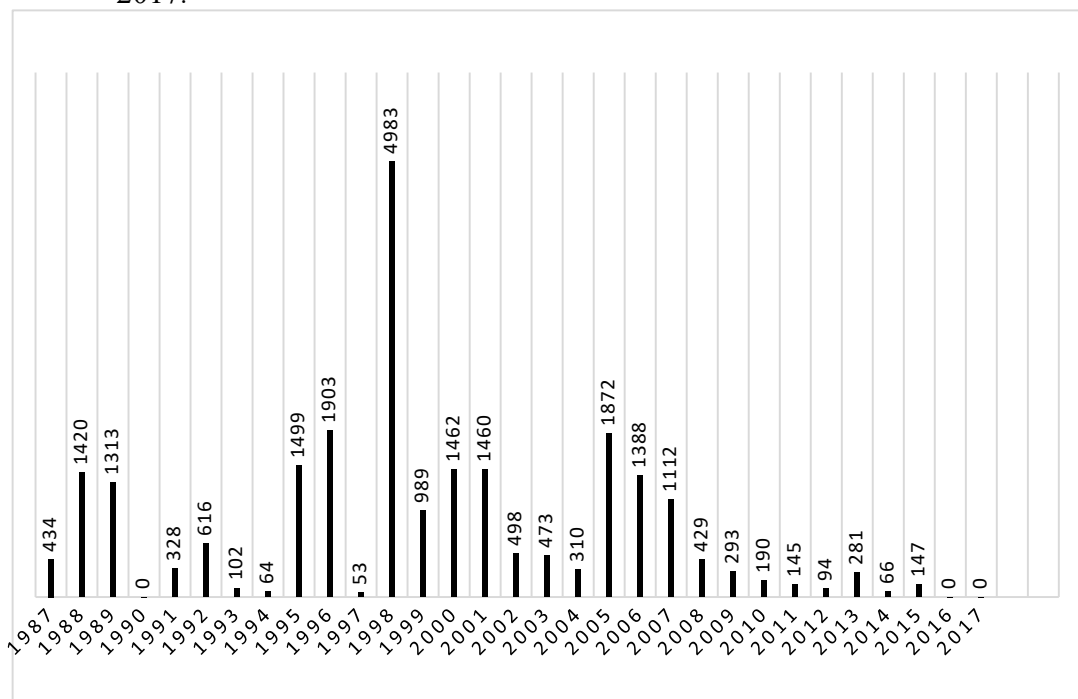
Fonte: INCRA- SR-26 (2017). Organizado pelo o autor (2023).

Segundo dados do INCRA SR-26, mostram que 73,38 % dos municípios no Estado do Tocantins estão povoados por camponeses que em sua grande maioria



retornaram da cidade para o campo. Portanto temos um número significativo de camponeses residindo no campo, conforme exposto na figura 12 sobre o número de famílias assentadas no Tocantins entre 1987 a 2017.

Figura 13 - Gráfico número de famílias assentadas no Estado do Tocantins entre 1987 a 2017.



Fonte: INCRA- SR-26 e MDA (2017). Organizado pelo o autor (2023).

A figura 13, mostra que no estado do Tocantins existem 23.924 famílias assentadas, em 378 assentamentos, Barbosa (2016) explica como se deu a implantação desses assentamentos, sendo da seguinte forma:

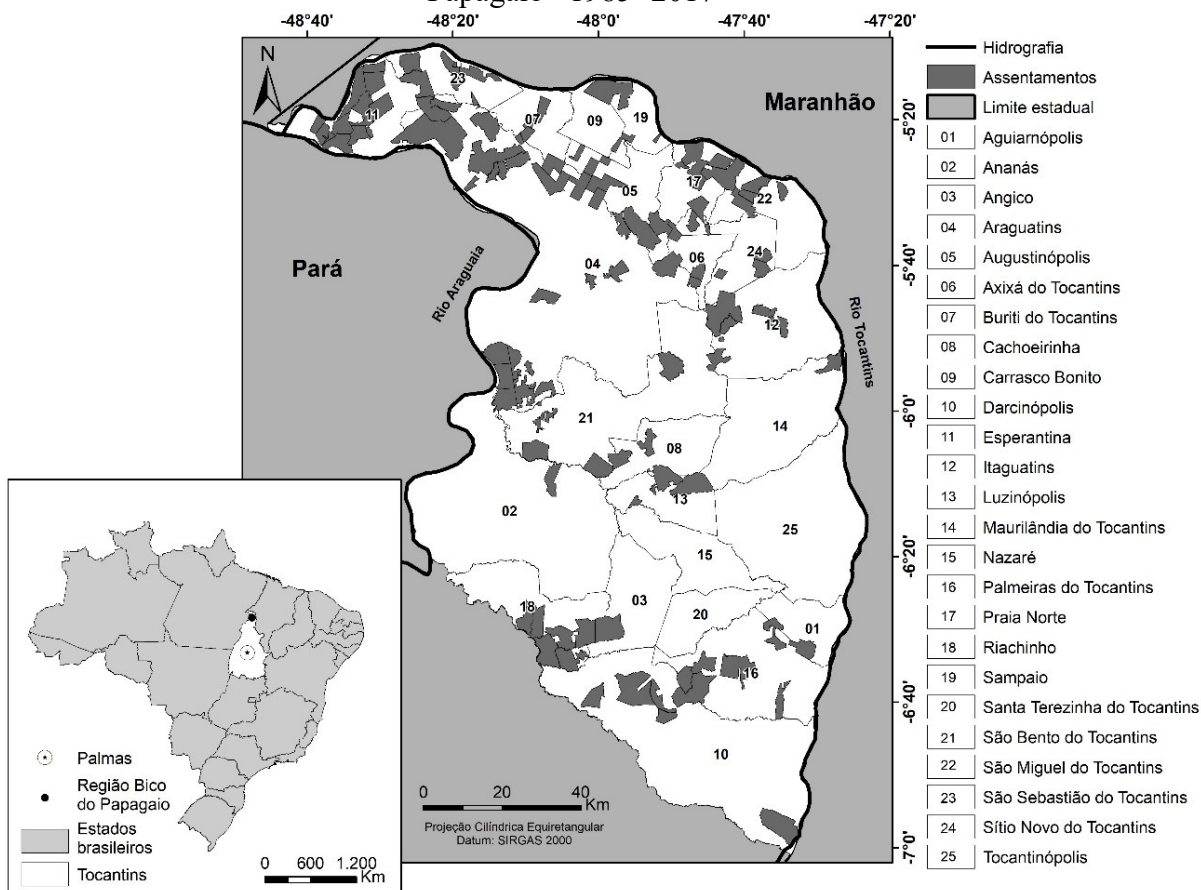
Esses assentamentos de reforma agrária, implantados pelo MDA/INCRA SR-26, se deram através da obtenção de terra, baseado em aspectos legais: leis, decretos e normas que orienta sob processos de desapropriação imóvel rural e aquisição de imóvel por meio de compra e venda. O processo de desapropriação ocorre quando o imóvel não está exercendo devidamente função social e produtiva da terra – improdutivo Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e o processo de aquisição se dá quando o imóvel é produtivo, neste sentido o INCRA adquire por meio de compra e venda - Decreto de número 433 de 24 de janeiro de 1992. Nesses processos terra é pago com TDA-Título da Dívida Agrária. Neste sentido, o imóvel que enquadra na categoria/situação improdutivo deve ser destinado para reforma agrária independentemente da vontade do proprietário. Já o imóvel que se enquadra na categoria/situação produtiva, só poderá ser destinado para reforma agraria se o proprietário do imóvel concordar em vendê-lo para o INCRA. (Barbosa, 2016, p.81)

A luta pela terra no Tocantins continua até os dias atuais (2023), por meio de vários acampamentos nas margens das rodovias, dentro de latifúndios e a área da união (MST-TO, 2023), na região do Bico do Papagaio ainda existem diversos acampamentos

de diversas organizações sociais de luta pela terra, resistindo e os assentamentos conquistados são resultados dessa luta, o acampamentos são forma organizada de lutas e na região do Bico do Papagaio, e essa luta já resultou em assentamentos como por exemplo o assentamento Palmares no município de Araguatins no extremo norte do estado do Tocantins.

A região Norte do Estado do Tocantins, como região do Bico do Papagaio, atualmente é composta por 108 assentamentos especializados em 25 municípios habitado por 6.179 famílias numa área de 253.989 hectares conforma a figura 14.

Figura 14 - Mapa assentamentos da Reforma Agrária no Tocantins – Região do Bico do Papagaio– 1985 -2017



Fonte: INCRA (2017). Organizado pelo autor (2023).

Essa parte do território tocantinense embora venha sofrendo forte influência da agricultura capitalista-agronegócio, tem também grande influências de movimentos sociais, de movimentos sindicais de pastorais sociais e outras formas de organizações de luta e resistência camponesa as quais tem conseguido impor algumas derrotas contra o latifúndio a ponto de estabelecer importantes conquistas na área da reforma agrária,

como pode-se observa com o avanço da criação de assentamentos e a forte presença de acampamentos na região Barbosa (2016).

O quadro 09 abaixo, apresenta a relação dos assentamentos existente na região do Bico do Papagaio na região norte do Estado do Tocantins conforme organizada pelo autor.

**Quadro 09: Assentamentos localizados na região do Bico do Papagaio - 2023**

Nº	MUNICÍPIO	NÚMERO DE ASSENTAMENTOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ÁREA EM HEC.
01	Aguiarnópolis	2	124	4.023
02	Ananás	2	212	18.695
03	Angico	1	60	4.028
04	Araguatins	21	1.497	52.164
05	Augustinópolis	8	520	16.230
06	Axixá do Tocantins	8	384	10.958
07	Buriti do Tocantins	3	116	3.537
08	Cachoeirinha do Tocantins	2	78	3.300
09	Carrasco Bonito	1	33	926
10	Darcinópolis	4	191	17.713
11	Esperantina	12	537	20.336
12	Itaguatins	4	233	9.545
13	Luzinópolis	4	102	9.957
14	Nazaré	0	0	0
15	Maurilândia do Tocantins	1	66	1889
16	Palmeiras do Tocantins	4	354	14.248
17	Praia Norte	5	370	11.426
18	Riachinho	5	405	16.607
19	Sampaio	2	83	5.568
20	Santa Terezinha	0	0	0
21	São Bento do Tocantins	5	242	11.716
22	São Miguel do Tocantins	2	76	2.676
23	São Sebastião do Tocantins	6	315	10.902
24	Sítio Novo do Tocantins	5	169	7.093
25	Tocantinópolis	1	12	452
TOTAL		108	6.179	253.989

**Fonte:** RB. Relação de Beneficiários do INCRA-2017, organizado pelo autor (2023).

Sobre a região do Bico do Papagaio, trata-se de uma parte do território do estado Tocantins que segundo o IBGE (2022), consta com 223 mil habitantes, as terras reuni todos os elementos propício para agricultura camponesa, o que justifica ser um território que apresenta muitas característica históricas de lutas e conflitos pela terra que vem desde início da década de 1970, e essa luta não cessa, com a resistência dos acampamentos na região ressaltando a necessidade de uma reforma agraria popular, mesmo com 108 assentamentos na região, ainda há a privação da terra para os camponeses e sobra terra para os latifundiários.

Barbosa (2016, p.92) destaca “que a partir da década 1970 até os dias atuais, têm sido marcadas por diversos conflitos entre camponeses e latifundiários”. Esses

conflitos ainda estão presentes (2023) no cotidiano dos camponeses principalmente daqueles que se encontram em acampamentos, continuam se reproduzindo em função da utilização das terras por parte dos latifundiários na exploração do agronegócio ligado a silvicultura-plantação de eucalipto e a bovinocultura.

## CAPITULO IV

### **DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO RURAL: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO PALMARES, BICO DO PAPAGAIO/TO**

Neste capítulo buscou-se apresentar um estudo da constituição de um acampamento até chegar ao assentamento rural, um estudo de caso no assentamento Palmares, Bico do Papagaio. Neste sentido, é importante destacar o processo de luta e a conquista do território do assentamento Palmares, bem como os primeiros passos do acampamento e as primeiras famílias. Finalizamos o capítulo com as estratégias de organização social e produtiva do assentamento Palmares, e como estas lutas foram essenciais para a materialização da conquista da terra e a importância dos movimentos sociais neste processo.

#### **4.1 O processo de luta e a conquista do território no assentamento Palmares**

O assentamento Palmares assim como muitos no Brasil veio de uma luta dos camponeses sem terra, através de diversas formas de organizações, como acampamentos, associações e sindicatos dos trabalhadores rurais. O assentamento Palmares surgiu através dessa luta conjunta de diversos acampamento sendo que, em 2003, cerca de 83 famílias ocuparam uma área às margens direita da rodovia TO 010 a 40 km da cidade Araguatins no sentido a cidade de Buriti do Tocantins com o apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região. No final de 2004, o acampamento passou a ser coordenado pelo MST. Com objetivo de tornar uma área da união em assentamento da reforma agrária, a fazenda Santo Hilário, portanto, os camponeses sem terra enfrentaram diversos conflitos violentos chegando a morte de um companheiro, mesmo diante desses enfrentamentos violentos, os sem terras vinham produzindo seus alimentos em parte da área em conflito.

Para iniciar o acampamento Alto da paz, que deu origem ao assentamento Palmares, houve uma articulação nos povoados de Socó e Santa Luzia ambos municípios de Araguatins – TO, e nos municípios de Araguatins, Augustinópolis, Buriti do Tocantins e demais cidades vizinhas uma vez que os organizadores já tinham em vista que o imóvel rural, segundo a análise dos trabalhadores rurais sem-terra, apresentava possibilidades reais de ser destinado para assentamento de reforma agrária através do INCRA.

A Santo Hilário estava propícia a ser destinada para a reforma agrária devido ela pertencer a união e a justiça do trabalho ter encontrado trabalhadores análogo ao trabalho escravo em seu interior e parte dela (fazenda) ser da união, ela tem esses fatores que fazem com que essa área seja destinada a reforma agrária. (Entrevista nº 06, 2023).

Nesse período (2003) uma liderança estava deixando o sindicato dos trabalhadores rurais e iniciando sua militância pelo MST – TO, foi percebendo que no MST a organicidade era diferente, não tinha a figura do presidente, então o mesmo engajou na luta e realizou vendo a situação da fazenda, reforçou a discussão de se lutar para tornar o latifúndio em um assentamento da reforma agrária, tendo sua primeira ocupação ocorrida em 2003 e materializando o acampamento Alto da Paz em uma área em frente à fazenda onde os sem terras começaram a produzir “*A gente produzia muito, muita mandioca, a gente conseguiu até uns projetos com a CPT de casa de farinha e a gente produza muita farinha*” (Entrevista nº 07, 2023). Organizando o acampamento e reivindicando a área pra a reforma agrária, conforme a relata um militante quadro do MST – TO:

O Acampamento Alto da Paz ele surgiu de uma divergência (briga) do Cacheado, ele estava saindo do sindicato e ele conheceu o movimento sem terras e foi juntando as peças como funcionava o sindicato e o movimento sem terras, daí ele viu que no movimento sem terras tinha/tem uma coletividade na direção e as coisas era discutidas diferente e não tem a figura do presidente, Cacheado tinha muito aprendizagem do sindicato, muitas amizades muito boa que ele trazia do sindicato, então essa mistura de conhecimentos do sindicato com o movimento sem terras, na época eu (Sales) estava chegando do Maranhão, aí me pediram para ir para lá (Acampamento Alto da Paz) para ajudar o cacheado nessa empreitada, que não foi nada fácil, o Alto da Paz nunca se concretizou em um assentamento só do povo do Alto da Paz (Entrevista nº 08, 2023, 2023).

Segundo o MST (2015) em 12 de agosto de 2004, o Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, em fiscalização na Fazenda Santo Hilário, libertou 6 pessoas encontradas em condições de trabalho análogo ao de escravo. O nome do proprietário, Lund Antônio Borges, foi incluído na “Lista Suja”, em julho de 2005.

Diante da vontade e do sonho de conquistar um pedaço de terra as famílias resolveram inserir-se na luta pela terra e área com possibilidades de se transformar em um assentamento, os militantes e os coordenadores do acampamento iniciaram nas cidades vizinhas, assentamentos e povoados um trabalho de base afim de fortalecer e conscientizar as pessoas a importância da luta pela terra e que sem luta não há

conquista, havendo assim um trabalho também com as famílias acampadas, esse é um processo de organicidade nos acampamentos do MST que costuma ser da seguinte maneira:

Inicia com um trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, média e grande – inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar pessoas interessadas em participar na luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. Com esse ato, inauguram um espaço de comunicação, interação e socialização política. Neste espaço político as pessoas apresentam-se, conhecem as suas histórias, discutem suas trajetórias, pensam as possibilidades de seus destinos. (Fernandes, 2005, p. 15).

Mesmo sem ter conhecimento e nem compreensão do que é o um movimento de luta pela terra, neste caso o MST, sua organicidade política. As famílias que ali estavam e se ingressavam na luta junto ao MST, tinham o objetivo de conquistar seus pedaços de terra para ali viver e produzir. As famílias camponesas que decidiram participar da luta no acampamento, demonstra a importância do trabalho de base, para com essas famílias fazendo com que as mesmas entenderam e atenderam as mensagens passadas pelos militantes do movimento durante o processo do trabalho de base nos povoados, cidades vizinhas e assentamentos, como já citado.

Esse trabalho foi sendo repetido pelas famílias dos camponeses, utilizando a metodologia através de chamamento e convites a amigos, familiares, compadres, vizinhos e etc, aproveitando todos os espaços sociais e reuniões populares como conversas populares, nos cultos, nas missas, reuniões políticas, discussão políticas partidárias.

A montagem do acampamento Alto da Paz na margem da rodovia, assim como os demais que estavam sendo organizado na época (2003/2004) que vieram a se unificarem com o Alto da Paz no futuro (2006/2007), é uma estratégia do MST, para dar visibilidade ao problema da concentração da terra existente não só na região, mas em todo país, mostra a necessidade e desejo de que os camponeses têm de adquirir seu pedaço de terra e retornar ao campo com dignidade. O acampamento é espaço de denuncia social, de pressão política, de protesto social é um espaço de reclamação, para Barbosa (2016, p.111), “o acampamento é um espaço e território de organização social, de formação e conhecimento político da realidade, de seleção natural sob o resgate de

identidade de consciência e luta classe social, de auto definição e redefinição sob modo de vida e modo de produção”.

O fato do acampamento está na margem da rodovia ajuda na massificação do mesmo, motiva as famílias a participarem da luta de forma espontânea, o acolhimento das famílias também é um fator muito importante, deixando claro todo o processo de funcionamento do acampamento, desta forma, as famílias que vão chegando ao acampamento vão se sentindo acolhidas e contribuindo na luta pela terra, dessa forma o trabalho de base foi muito importante para a conquista do assentamento Palmares.

Os camponeses que participaram do desafio de acampar no Alto da Paz, enfrentaram muitos desafios, entre os desafios pode-se citar o fato de viver a margem da rodovia TO 010 sujeitos a acidentes e vulneráveis a diversos tipos de violências, como realmente aconteceu, mesmo todos os problemas enfrentados durante a vida de acampados, eles viam ali a oportunidade e uma alternativa de se conquistar seu pedaço de terra para trabalhar, produzir e viver, nessa esperança de realizar seu sonho de retornar ao campo de forma digna e com seus direitos garantidos, quando se fala em retornar ao campo, é que a maioria dessas famílias ali acampadas, já viviam há tempos trabalhando de agregados nas fazendas das regiões de onde vieram, em específico na região do Bico do Papagaio, outras famílias que vieram das cidade geralmente viviam de forma precária nas partes periféricas da cidades.

O acampamento surgiu na minha vida muito sofrimento por trabalhar e ser explorado nas terras de fazendeiros, porque quando eu trabalhava de roça nas terras deles fazendeiros, eu tinha que fazer uma grande derrubadas na mata atendendo o proporção que garantia o sustento da minha família até ao ano seguinte, eu ainda tinha, paga renda por tá cultivando no solo dele, ou então ter que jogar a semente de capim para gramar a terra pra ele .esse o inverno fosse ruim e eu não conseguisse tira uma boa produção eu tinha paga a renda do mesmo jeito é do mesmo tanto, outras vezes eu conseguia uma roça com o fazendeiro, eu passava muitos dias trabalhando, brocando é derrubando, quando eu pensava em tocar fogo na roça, o fazendeiro ia por detrás é colocava fogo nele primeiro para pernas sapecava roça fica perdida pra mim, ele pode joga a semente é gramar a sua terra é o meu trabalho ficar de graça a isso é fato, foi aí que o lula ganhou pra presidente, pouco tempo depois fui convidado a participar de um acampamento chamado 10 de junho no município de Aguiarnópolis Tocantins, foi aí que eu comecei a conversa com a companheirada e entender que aquele é o meu lugar, lugar de lutar para o futuro da minha família, desse dia para cá descobrir qual o grupo que eu pertenço na sociedade o acampamento foi muito importante pra o fortalecimento das minhas esperanças de viver dias melhores (Entrevista nº 09, 2023).

A grande maioria das famílias acampadas, eram pessoas que vieram dos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Goiás sendo que a grande maioria era do próprio Estado do Tocantins em específico das cidades do bico do papagaio. Antes de vir para o



acampamento, essas famílias residiam nas áreas urbanas e rurais, povoados, trabalhadores agregados em fazendas, vaqueiros e trabalhadores camponeses de fundo de fazenda.

O acampamento Alto da Paz foi palco de diversos conflitos entre os camponeses, um fato marcante do acampamento foi o ataque sofrido em abril de 2007, onde foi um camponês foi assassinado. O trabalhador rural José Reis, de 25 anos, perdeu a vida e foi encontrado num rio após uma saraivada de tiros direcionada a um grupo de acampados que estava pescando. No início de 2007, o site Repórter Brasil<sup>13</sup> divulgou notícias sobre as ameaças que o acampamento vinha sofrendo.

O acampamento Alto da Paz continuou lutando e sofrendo diversas ações violentas até o ano de 2009, quando houve um despejo violento e famílias perdendo parte de suas produções agrícolas, como mostra um relatório divulgado site do jornal Repórter<sup>14</sup> Brasil, após esse despejo o acampamento se desfez, as famílias foram viver com familiares e em outros acampamentos da região, a fazenda continua sendo palco de conflitos até hoje (2023) o MST reivindica a área realizando ocupações, sendo a última no ano de 2015<sup>15</sup> onde ocorreu um novo conflito, segundo o MST-TO a morte do líder<sup>16</sup> camponês no ano de 2023 está ligado aos conflitos ocorrido durante sua vida de fundador e liderança do acampamento Alto da Paz, já mencionado neste trabalho, Cacheado foi idealizador do acampamento.

Diante desses conflitos não só no acampamento Alto da Paz, estava acontecendo em outros acampamentos também na região do Bico do Papagaio, o INCRA desapropriou uma área para criar um assentamento no mesmo ano (2007)<sup>17</sup>, mesmo o órgão reconhecendo que a fazenda pertencia a união, foi desapropriada outra área e não a fazenda em questão, em entrevista concedida ao um site<sup>18</sup> da cidade de Araguatins – TO no dia 04/05/2015, onde a sede da unidade do INCRA estava ocupada pelos camponês que ainda reivindicavam a fazenda, reconhece que área pertence a união e que o processo está em tramitação no STF desde de 2005.

---

13<https://reporterbrasil.org.br/2007/01/cpt-alerta-para-invasao-iminente-de-acampamento-no-bico-do-papagaio/>

14 <https://reporterbrasil.org.br/2009/04/relatorio-de-visita-da-area-do-acampamento-alto-da-paz/>

15 <https://mst.org.br/2015/05/02/sem-terra-e-ferido-a-bala-apos-ocupacao-de-latifundio-grilado-em-to/>

16<https://www.brasildefato.com.br/2022/12/13/assassinato-de-lider-do-mst-pode-ter-ligacao-com-milicias-rurais-no-tocantins>

17[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret\\_sn/2007/decreto-36573-1-fevereiro-2007-550380-publicacaooriginal-66326-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/2007/decreto-36573-1-fevereiro-2007-550380-publicacaooriginal-66326-pe.html)

18 <https://www.folhadobico.com.br/araguatins-incra-condena-ocupacao-do-mst-mas-confirma-que-santa-hilaria-e-grilada/>

Em relação à tentativa de ocupação da Fazenda Santa Hilária, no sábado, 2, o INCRA afirmou que a área é objeto de ação judicial proposta em 2005 e que tramita no Supremo Tribunal Federal, na qual o Instituto requer o cancelamento de títulos expedidos pelo Estado do Tocantins em áreas de domínio da União. O INCRA já adotou todas as medidas judiciais e até decisão final não poderá destinar a área para fins de reforma agrária (Reportagem exibida no dia 04/05/2015 site <https://www.folhadobico.com.br/araguatins-incra-condena-ocupacao-do-mst-mas-confirma-que-santa-hilaria-e-grilada/>).

No ano de 2007 foi criado um novo acampamento denominado Bacaba que ficava na margem direita da TO 010 a 15 km da cidade de Araguatins - TO, esse acampamento tinha como principal objetivo organizar os camponês para serem assentados na área que o INCRA estava em processo de desapropriação, a fazenda Guanabara, essa área é próxima a fazenda Santo Hilário, outro ponto importante desse novo acampamento é que parte das famílias do acampamento Alto Paz não aceitaram a proposta do INCRA de serem assentados em outra área, somente 19 famílias aceitaram o convite para irem para o novo acampamento, o Bacaba.

Segundo o MST-TO (2023) o acampamento Bacaba foi constituído por camponês do acampamento Alto da Paz no município de Araguatins - TO, que estava em conflito constante com latifundiário da fazenda Santo Hilário, o acampamento José Neto, município de Cachoeirinha – TO, que tinha sido despejado da fazenda São Sebastião, o qual estava em conflito com a referida fazenda e o acampamento 10 de Junho que estava em conflito com latifundiários da cidade de Aguiarnópolis- TO, a pistolagem da família Gomes estavam queimando os barracos do acampamento 10 de junho e torturando<sup>19</sup> trabalhadores sem-terra.

A origem do assentamento Palmares se deu pelo conflito no acampamento Alto da Paz (assassinato de José Reis), na mesma época (2006/2007) também estava acontecendo um conflito no acampamento José Neto, que estava reivindicando a fazenda São Sebastião no município de Cachoeirinha – TO que tinha sido despejado da fazenda São Sebastião e do acampamento de junho no município de Aguiarnópolis - TO que estava em conflito com a família Gomes, a pistolagem da família Gomes estavam queimando os barracos do acampamento, então foi juntado os três acampamentos e criado o acampamento Bacaba, e em 2008 foi criado o assentamento Palmares, vindo 19 famílias do acampamento Alto da Paz e as demais famílias dos outros dois acampamentos, então foi assim que surgiu o Palmares. A pressão dos trabalhadores e o trabalho de base através dos acampamentos para que o governo através do INCRA transforma-se um latifúndio improdutivo que estava na época, em área de reforma agrária, então foi a mobilização, o trabalho de base e a reivindicação dos trabalhadores do(s) acampamento(s) para que a fazenda fosse destinada para reforma agrária que era um latifúndio improdutivo (Entrevista nº 10, 2023).

---

19 <https://mst.org.br/2006/04/13/trabalhador-rural-e-torturado-no-tocantins/>

Para o militante a conquista do território do assentamento Palmares foi justamente pelos conflitos ocorridos no acampamento Alto Paz, sendo o mais marcante e triste o assassinato de José Reis, militante do MST-TO com 26 anos de idade dentro da fazenda, encontrado o corpo dentro de um rio, além dos demais conflitos sofridos pelos demais acampamentos como já citado. Os acampados no acampamento Bacaba foram assentados em uma área que o INCRA fez a desapropriação, uma fazenda improdutiva denominada “Fazenda Guanabara”, foram assentadas 51 famílias na área destinada pelo INCRA. O militante deixa claro a importância dos acampamentos nos enfrentamentos dos latifundiários na luta pela reforma agrária, somente com a pressão dos movimentos sociais e com a mobilização dos camponeses que o sonho pode se tornar realidade, que a terra pode matar a fome de quem tem fome de verdade.

O processo de organicidade dos acampados do acampamento Alto da Paz e do Bacaba montado à margem da TO 010, o Alto da Paz foi composto por 83 de famílias camponesas em seu início e chegando até o número de 120 famílias acampadas. Já no acampamento Bacaba, o contingente de família acampadas era de 50 famílias, a participação e organicidade da luta nos acampamentos que unificaram no acampamento Bacaba sempre estavam chegando e saindo constantemente famílias nos acampamentos.

Nesse período, ano (2006/2007) uma parte das famílias moravam permanentemente no acampamento Bacaba e outra parte participavam da luta, permanecendo no acampamento apenas alguns dias da semana entre dois a três dias, conforme as discussões e definição da coordenação do acampamento, essa organização é necessária devido algumas famílias necessitarem do trabalho na cidade para adquirir o básico de sua alimentação, pessoas que trabalhava como diarista, domésticas, pedreiros e ajudantes de obras e que sonhavam em ter seu pedaço de terra.

Essa situação de participação na luta do movimento no acampamento, às vezes geravam conflitos internos entre as famílias que participavam da luta vivendo e trabalhando no acampamento permanentemente e as famílias que participavam da luta residindo na condição de acampado não permanentemente no acampamento, as famílias que ficavam somente entre dois a três dias no acampamento. As famílias que viviam permanentemente no acampamento são as que mais questionavam sob a forma de participação relacionada ao grupo de famílias que não residiam permanentemente no acampamento. Para as famílias que participavam permanentemente, esse outro grupo de

famílias, estavam apenas se aproveitando de sua luta e com pouca contribuição no processo da conquista da terra.

Essas situações, colocava a coordenação do acampamento e o movimento sem terra em situação delicada, fato que o obrigava a coordenação do acampamento juntamente os dirigentes do movimento que atuava no acampamento a discutirem e rediscutirem alternativas que melhor adequassem à realidade vivenciada na ocasião, de modo a resolver as situações desagradáveis que não resultassem na perda de famílias no acampamento e no processo da luta pela terra.

Para o MST era importante mostrar a todos os acampados que, o processo de luta que envolve o retorno do camponês para o campo é bastante complexo e exige de todas as famílias, independentemente da forma de participação na luta sendo morando permanente ou não permanente, sentimento e valores de solidariedade umas com as outras de modo que não perca de vista o objetivo maior, a conquista da terra. Diante da situação as famílias que apresentavam dificuldades em não residir permanentemente no acampamento, costumavam a aderir à proposta da moradia permanente ou resolveram desistir da luta pela terra, que segundo o MST, esse é um processo normal e faz parte do processo de luta pela terra através de acampamentos.

Figura 15: Casa sede da fazenda Guanabara.



Foto: Autor, (2023)

Na segunda etapa de acampamento denominado de pré-assentamento, que é quando as famílias já estão dentro da área destinada para se tornar assentamento, as

famílias camponesas do acampamento Bacaba foi montado exatamente nas imediações da casa (figura 15), sede da fazenda Guanabara. Nesta localidade, as 50 famílias permaneceram um ano (2008) vivendo na condição de acampadas ou pré-assentadas, até o INCRA concluir a demarcação dos lotes.

Durante esse período de pré assentamento (2008) as famílias trabalhavam muito, começaram a fazer as vicinais, contribuíram com o trabalho de topografia ajudando na abertura dos piques, começaram a fazer suas roças no espaço comunitário e outros locais que achavam convenientes, cultivando arroz, milho, feijão, mandioca, abóbora e melancia, tudo que aquilo que achavam necessário para sua alimentação e que podiam cultivar ali. Para eles, os acampados ou pré assentados, essa luta apesar de ser difícil e o fato de já se encontrar na terra pretendida, representava uma grande conquista, nesse período (2008) os acampados, de acordo com a sua organicidade, definiram que seria necessário realizar atividades produtivas em pequenas áreas para o cultivo de produtos básicos da agricultura camponesa.

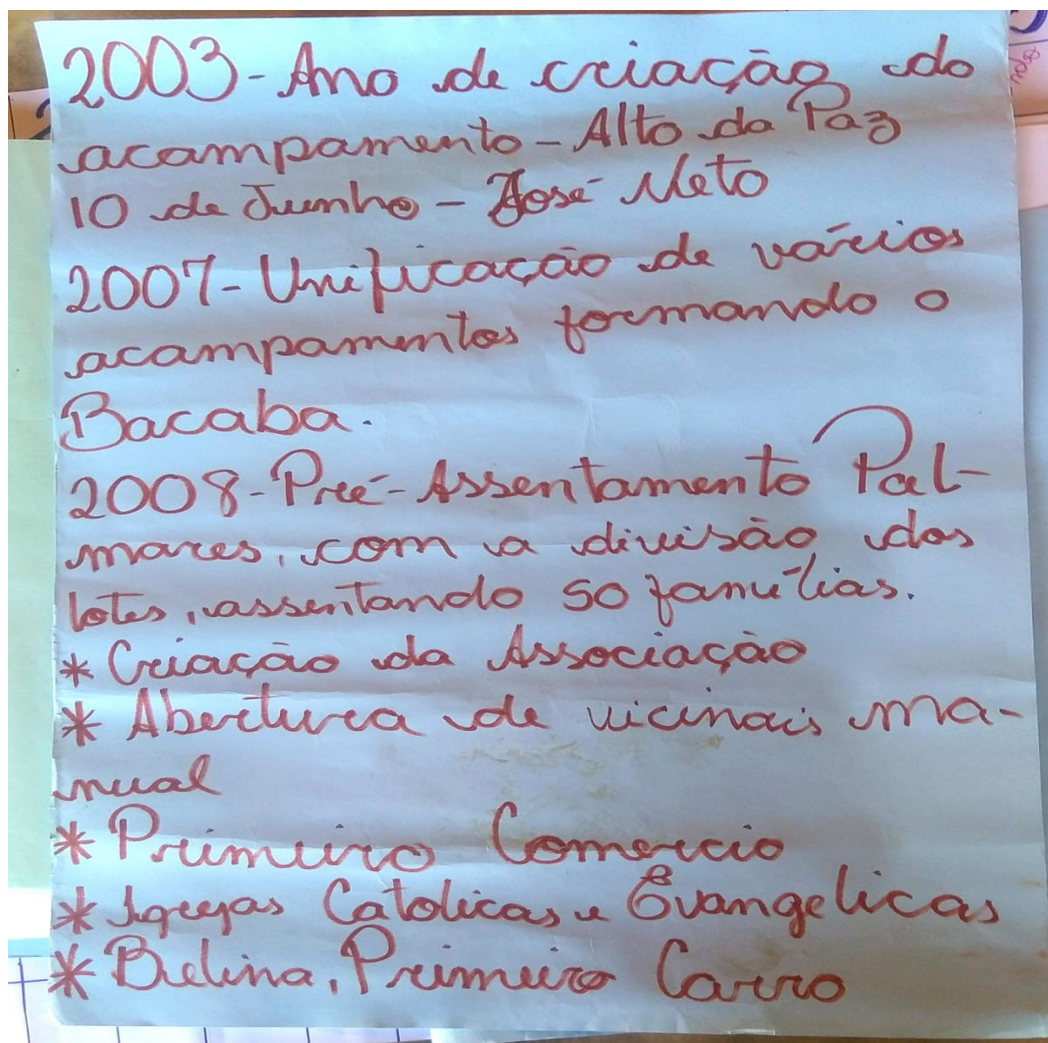
Esse modo de acampar ou pré-assentar, é um processo normal e faz parte do método de organicidade materializada do MST, ação que ocorreu em três etapas: primeiro a etapa da montagem do acampamento à margem da rodovia TO 010, (2003 a 2007) localidade onde as famílias ficaram aguardando o andamento do processo de obtenção-desapropriação da terra. A segunda etapa, refere-se à montagem do acampamento, Bacaba, (2008), ou seja, na área onde iria ser implantado o assentamento, pré assentamento. E por último, a terceira etapa, exatamente o momento em que as famílias foram assentadas em seus lotes em (2008/2009), Barbosa (2016) explica que cada etapa da conquista da terra tem suas dificuldades, sendo a primeira a etapa a mais desafiadora, segue o autor:

Na etapa de acampamento à margem da rodovia, as famílias camponesas, devidamente acampadas, naturalmente encontraram maiores desafios. Pois nessa etapa do processo de luta, exige-se um comprometimento muito forte de cada família e também um esforço de compreensão e paciência por parte do movimento que organiza e representa essa luta. Já na segunda etapa de acampamento, o acampamento na terra, período em que as famílias camponesas começaram a ir se familiarizando e refamiliarizando com a terra. Nesse momento, algumas exigências e limitações que eram mais difíceis na primeira etapa de acampamento, agora se tornaram mais leves porque o processo de definição e redefinição por parte de cada família, já foram superados quando residiram no acampamento à margem da rodovia (Barbosa, 2016, p. 120).

Durante essa vivência de pré assentamento (2008) se constitui num período de carência, um processo que para os camponeses, era importante, eles estavam se familiarizando com a nova vida, enquanto INCRA estava realizando o trabalho mais burocrático de regularização da área, o MST-TO, também estava organizando os camponês e enfrentando divergências internas, nesse período de pré assentamento, vai aparecendo famílias que não participaram da luta em tempos de acampamentos querendo ser assentadas e o movimento juntamente com a coordenação do acampamento vai resolvendo os problemas, geralmente é colocado nas plenárias para uma discussão com todos, outra situação são os políticos locais que tentaram se aproveitar da situação, as vezes dizendo que ajudou na conquista da terra ou indo até a sede do INCRA para solicitar lotes para familiares e aliados, durante essa pesquisa foi identificada uma família que não participou da luta e foi assentada.

Esse período de conquista parcial da terra, conforme mostra a figura 16, exigiu-se de cada família camponesa o desafio e comprometimento ainda maior, pois na ocasião houve necessidade de pensar, planejar, organizar e construir algo que deem conta dos desafios existente no presente e no futuro, neste sentido da organização, foi criada a associação no dia 06/05/2008, com a associação os camponeses estavam organizados juridicamente e começaram a buscar seus direitos sociais.

Figura 16: Parte 01 da linha do tempo do assentamento Palmares, 2023



Fonte: Assentados, organizado pelo autor, (2023)

O INCRA é o órgão responsável pelo processo de desapropriação do imóvel. Segundo o INCRA, a área foi desapropriada no dia 01 de fevereiro de 2007, no dia 03 de dezembro de 2007 foi criado o assentamento Palmares e no dia 13 de fevereiro de 2008 as famílias receberam seus lotes. Esse período entre a desapropriação e a entrega dos lotes, de 01 de fevereiro de 2007 a 13 de fevereiro de 2008, trata-se de um período de carência, para as famílias é processo cansativo devido estarem á muito tempo à espera da terra, ao mesmo tempo é período também de esperança e sonho, as famílias já planejam os locais de suas casas, onde vão fazer suas moradias, nessa etapa os camponeses passam a conhecer melhor o espaço onde seus sonhos vão se tornado realidades. Outro ponto positivo nesse período de carência e de pré assentamento é muito importante por que se desenvolve o processo de seleção das famílias que se enquadraram aos critérios do Programa Nacional de Reforma Agrária- PNRA<sup>20</sup>.

20 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9311.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9311.htm)

Além dos critérios estabelecidos pelo INCRA, como, incapacidade de trabalho que é a aposentaria por invalidez, fator criminal, vínculo empregatícios relacionado ao serviço público fora da área do assentamento, nível de renda pessoal acima de três salários mínimos e nível de renda familiar acima de cinco salários mínimos, além desse critérios institucionalizados, o MST leva também como critérios de seleção o processo de formação de consciência de classe social resgatando a identidade de classe e sua compreensão como luta conjunta e social, o a luta no movimento, é um fator de grande valia nesse momento de seleção independente do período de participação em todas as fases da conquista da terra, o movimento preza muito e considera as famílias dos camponeses que tem um histórico na luta e que compreendem os processos durante toda a trajetória da conquista da terra.

Após o processo de demarcação dos lotes realizado pelo INCRA e com auxílio dos camponeses foi importante, boa parte dos camponeses tinham conhecimento da área, já os técnicos do órgão tinham certas dificuldades em entender o espaço, essa interação contribui para a seleção das áreas destinadas para a produção agrícola, ou seja destinado aos lotes, área comunitária e a área de reserva do assentamento, para Barbosa (2016) esse diálogo entre órgão e os camponeses é importante por que resolve os conflitos que vão surgindo no decorrer desse processo.

O movimento sem-terra passou adotar essa metodologia em seus assentamentos após conhecimento da existência de muitos problemas e conflitos sob a definição de localidades destinadas para parcelas em áreas impróprias para atividades agrícolas. Alguns desses questionamentos se baseiam em função das limitações do INCRA em não ter condição de fazer um levantamento técnico que contemple essa necessidade e acaba propondo uma divisão parcelar dando mais prioridade para as áreas de preservação ambiental do que para as áreas propicia ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Isso acontecia e ainda acontece por que o INCRA, na grande maioria das vezes, fazia e faz o mapa de divisão das parcelas sem conhecimento, participação e consentimento das famílias camponesas a serem assentadas em determinada localidade. Muitas vezes nem o próprio INCRA tem conhecimento da real situação da terra in loco (Barbosa, 2016, p. 125).

Os camponeses receberam seus lotes através de sorteios, materializando assim a conquista da terra, e continuaram suas atividades produtivas já em seus lotes e já sentiram a necessidade de lutar em busca de apoio político social como recursos para estruturação de serviços públicos essenciais para o assentamento como estradas, escola, atendimento à saúde, e assistência técnica para produção e abastecimento de água, começando assim uma nova luta entre camponeses e o estado.

---



Os camponeses do assentamento Palmares, mesmo conquistando o direito ao acesso a terra, enfrentaram e continuam sofrendo as dificuldades de acesso as políticas públicas, para os eles (os assentados) foi muito complicado lidar com o INCRA, as primeiras estradas vicinais foram construídas de forma braçal, somente em 2010 começou a realizar as estradas vicinais com as maquinas, as estradas vicinais eram a necessidade mais urgentes que os acampados necessitava, *“se tem estrada, tudo melhora, tem carro escolar, tem como escoar nossa produção, melhorar tudo”* (Entrevista nº 11, 2023).

Quando a gente chegou aqui no início, foi muito difícil aqui não tinha nada, começou uma nova luta por estrada, escola, transporte escolar e água, ficamos correndo atrás do INCRA tentando resolver as coisas, mais era muito difícil, as vezes deixava de trabalhar na roça para ficar o dia inteiro em reunião tentando resolver as coisas, o governo pensa que só dando a terra a gente vive, não somos minhocas, o MST foi muito importante, se não fosse ele (MST) nós não tinha conseguido nem a terra, eles brigam mesmo pela gente (Entrevista nº 12, 2023).

Essa negação do acesso as políticas públicas por parte do estado, neste caso o INCRA está relacionado à formação político social do sujeito, à opção de defesa da classe em favor da burguesia que ocorre de forma consciente e inconsciente quanto ao caráter de identidade de classe social e pertença à determinada classe social. Entretanto esse posicionamento, orientação ou definição está ligado a algo maior que é o Estado Brasileiro, o poder central que determina o processo de acesso as essas políticas públicas, as vezes vai gerando obstáculos que venham a dificultar aos menos favorecido que chegue até essas políticas, neste sentido o papel dos movimentos sociais, no caso do assentamento Palmares foi crucial mesmo enfrentando muitas dificuldades ainda conseguiu/consegue fazer essa ponte entre camponeses e o estado.

Para o assentado a conquista da terra representa um sonho de liberdade, para ele a importância de ter acesso a terra é um ato de liberdade.

A importância desse pedaço de terra, é de uma enorme satisfação e realização de um sonho, que até pouco tempo estava adormecido, devido a grade mão dos poderosos do governo é dos latifundiários exploradores, onde acabam zerando o nível de oportunidades para que uma pessoa que trabalha com a terra consiga ter o seu próprio pedaço de terra ,onde ele possa criar seus decentes,...muitos anos se passaram de tantas marcas muitas lutas, humilhações , marcas q trazemos na mente na pela, marcas e sofrimento q foram desaparecendo no ano de 2008 quando fomos assentamento no governo Lula, depois de ser assentado e sermos tratados como deveria ser desde início com ser humano ,hoje conseguimos sobreviver da nossa própria terra e me sinto muito grato ao governo Lula por ter nus dado a oportunidade de ser feliz. Hoje aqui nessa terra eu me sinto muito bem,

porque hoje eu posso fazer minha roças do tamanho q eu quiser, sem ter que pagar renda para ninguém, porque quando eu não tinha terra ,e trabalhava nas terras aleias, eu tinha q pagar a renda pro fazendeiro, por isso é uma grande Vitória para mim, trabalho sem humilhação de ninguém vou a hora que eu quero se eu não quiser ir também não tem ninguém que me obriga ai, então é assim estou plantando estou acolhendo é vou sobrevivendo eu e minha família (Entrevista nº 13, 2023).

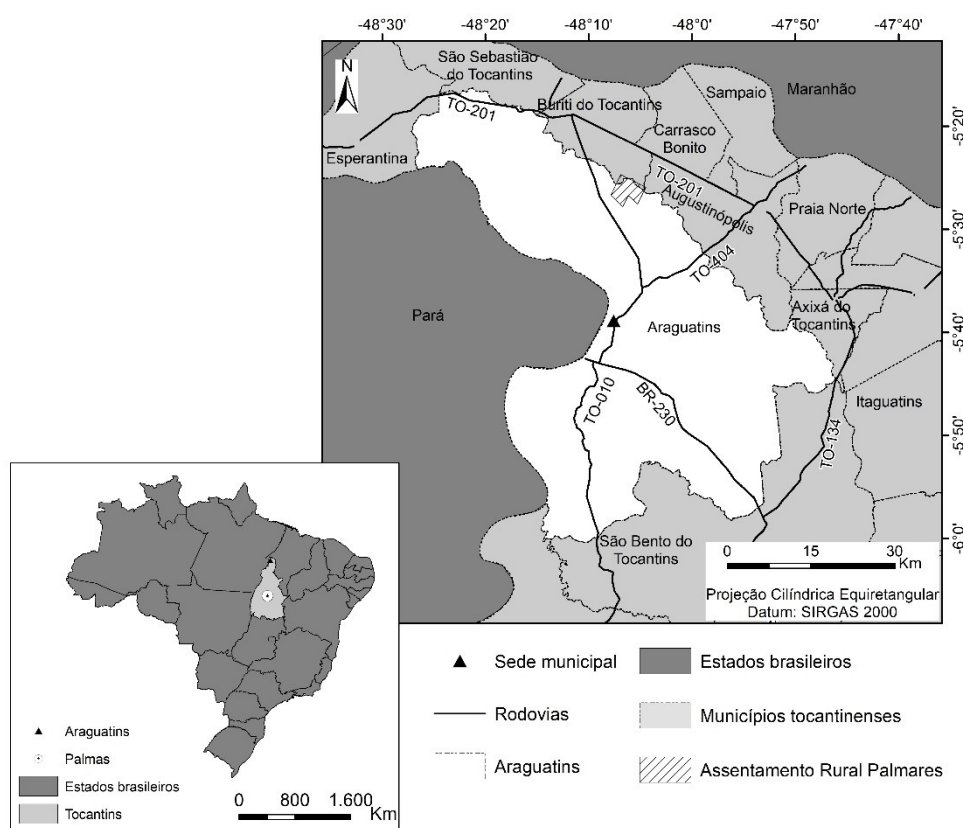
Sobre o assentamento Palmares, a luta e conquista da terra é resultado de uma caminhada de luta e resistência iniciado pelas famílias nos acampamentos à margem da rodovia considerada a primeira etapa de acampamento e dando seguimento na segunda etapa de acampamento, pré assentamento, os grupos, em diferentes etapas, tiveram que passar por vários momentos de tensões mostrando suas resistências, fé e esperança das famílias em busca da terra são provadas, segundo informações das famílias e lideranças do movimento que residiram na condição de acampadas, vivenciando o processo de formação, de organização e de condução da luta até a conquista definitiva da terra, afirma que das 50 famílias assentadas que atualmente (2023) estão permanecendo no assentamento Palmares, poucas são as famílias camponesas que participaram dos diferentes espaços e territórios na época em que foram montado os acampamentos, nesse sentido, os camponeses do assentamento Palmares residentes atualmente, apenas doze (12) famílias tem experiência e conhecimento sob a luta do movimento desde os acampamentos até a conquista da terra, essas famílias ainda estão no assentamento e tem vínculo com o MST.

#### **4.2 Conhecendo o assentamento Palmares**

O Assentamento Palmares está localizado no município de Araguatins (TO), o município fica situado na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, próximo a confluência dos rios Tocantins e Araguaia, ocupando uma área de 2.627 km<sup>2</sup>.

O município tem as seguintes limitações, ao Norte com os municípios de São Sebastião do Tocantins, Esperantina e Buriti do Tocantins; ao Sul com os municípios de Ananás e São Bento do Tocantins; à Leste com Axixá do Tocantins e Augustinópolis e à Oeste com o estado do Pará (IBGE, 2022).

Figura 17: Localização geográfica do município de Araguatins/TO – 2023



Fonte: INCRA (2017). Organização: o autor (2023).

Segundo o IBGE, (2022) a população do município de Araguatins é de 31.918 habitantes e a densidade demográfica era de 12,12 habitantes por quilômetro quadrado. a área do município era de 2.633,278 km<sup>2</sup>, o que o coloca na posição 29 de 139 entre os municípios do estado e 577 de 5570 entre todos os municípios. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 7,81 para 1.000 nascidos vivos.

O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Araguatins é de 0,631e se apresenta abaixo da média do estado do Tocantins, que é de 0,699, ou seja, precisa de melhorias e investimentos na área de educação, saúde e renda para a população local (PNUD, 2010). Em 2021, o salário médio mensal era de 1,9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6,55%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 29 de 139 e 125 de 139, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 46,1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 62 de 139 dentre as cidades do estado (IBGE,2022).

A área rural do município é composta por 21 assentamentos rurais da modalidade Projeto de Assentamento Federal (PA), que abrigam cerca de 1.500 famílias

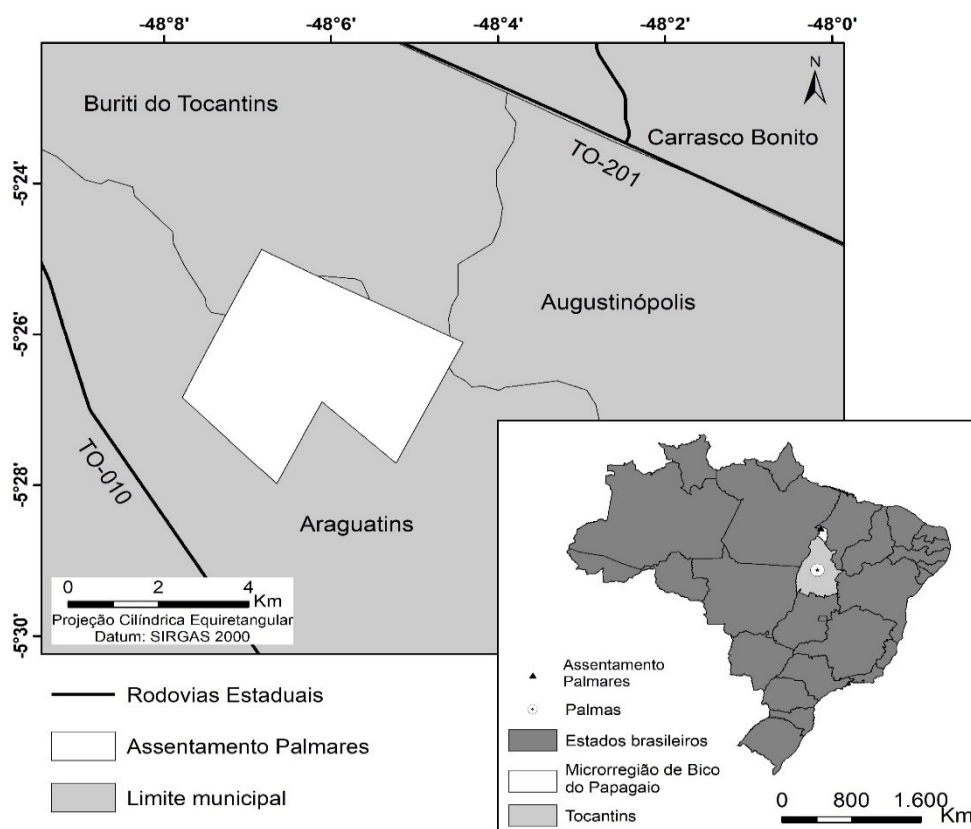
camponesas, segundo dados obtidos através de documentos do Painei dos Assentamentos do INCRA (INCRA, 2017).

O nome do assentamento é uma homenagem ao Zumbi dos Palmares, é uma metodologia do MST em homenagear os mártires das lutas sociais, foi um processo democrático e de estudo para escolha do nome, ainda na época de acampamento, foi um momento de estudo sobre a vida de Zumbi dos Palmares para os camponeses entender a importância e o significado do nome que o assentamento iria carregar, conforme explica um militante que fez parte e orientou o estudo:

O nome do assentamento seu deu devido um militante gostar de homenagear os mártires das lutas sociais, que também é uma prática do MST, o militante estudou juntamente com os camponeses um livreto que contava a história do Zumbi dos Palmares, foi estudada toda a trajetória da vida de Zumbi dos Palmares, então durante três dias de estudos em grupos e muitas discussões foi aprovado o nome de Palmares para o assentamento em uma plenária geral ((Entrevista nº 14, 2023).).

O assentamento Palmares foi implementado em 03/12/2007 (INCRA, 2017), somente em 13/02/2008 as famílias receberam seus lotes, se localiza no Norte do município de Araguatins, fazendo divisa com os municípios de Buriti do Tocantins e Augustinópolis, região conhecida como Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio. O Palmares está há 28 km do perímetro urbano de Araguatins, 30 Km de Buriti do Tocantins e 30 km de Augustinópolis (Figura 2).

Figura 18: Localização geográfica do Assentamento Palmares/ 2023



1. Fonte: INCRA (2017). Organização: o autor (2023).

Quadro 10: Áreas do assentamento (2023)

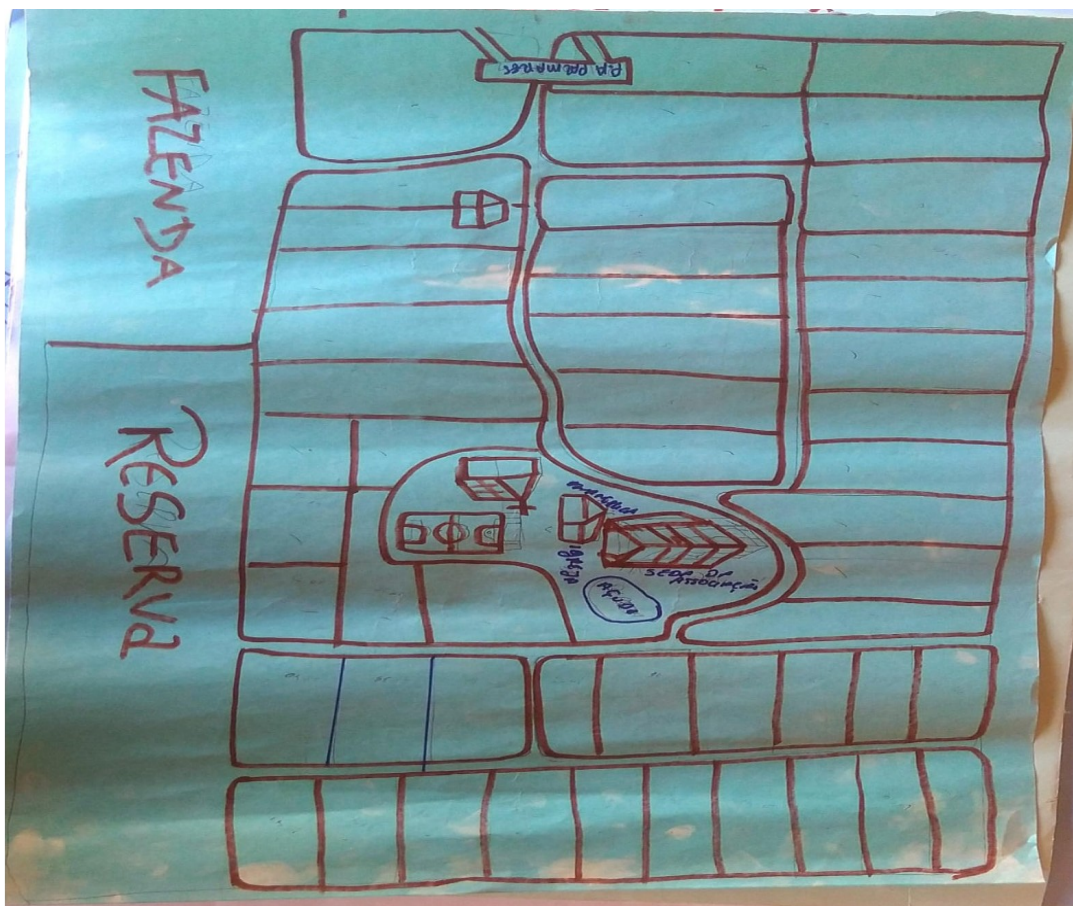
Áreas	Tamanho (hectares)
Reserva legal (lote 51)	671,1374 ha
Comunitária (Lote 52)	32,9783 ha
Preservação permanente	45,2593 ha
Estradas vicinais	29,1884 ha
Município de Araguatins – TO	1.592,3565 ha
Município de Buriti do Tocantins	316,1291 ha
Município de Augustinópolis - TO	08,6851 ha
Área dos lotes	1.887,2859 ha
Perímetro (m)	19.763,65

Fonte: INCRA, 2010, adaptado pelo autor, (2023)

De acordo com a tabela acima, mostra a divisão do assentamento Palmares e quais áreas pertencem aos municípios que fazem parte do assentamento, como o assentamento pertencem ao município de Araguatins – TO, sendo a maior área pertencente a esse município sendo 1.592,3565 hectares, o município de Buriti do Tocantins com 316,1291 hectares e o município de Augustinópolis - TO que tem a menor parte do assentamento apenas 08,6851 hectares, as demais áreas estão dentro do assentamento ficando a maior parte as área dividida em lotes que foram distribuídos para os assentados, 1.887,2859 hectares, a área de reserva lega (lote 51) conta com 671,1374 hectares, áreas de preservação permanente com 45,2593 hectares, área comunitária (lote 52) com 32,9783 hectares e as estradas vicinais com 29,1884 hectares, ficando o perímetro do assentamento em metros com 19.763,65,

O assentamento Palmares possui uma área territorial 1.917,17 hectares, tem capacidade de suporte para atender 50 famílias, sendo que o assentamento atualmente apresenta capacidade máxima, ou seja, todos os lotes estão ocupados por famílias camponesas, onde as mesmas desenvolvem diversas atividades produtivas e sociais, os lotes variam entre 4 a 6 alqueires no total (INCRA, 2017). O tamanho dos lotes tem uma variação de tamanhos, isso se deve, segundo o presidente da associação do assentamento Palmares, pela a geografia do terreno, conforme mostra o mapa do assentamento.

Figura 19: Mapa do assentamento construído pelos assentados do Palmares, 2023.



Fonte: Assentados, organizado pelo auto (2023).

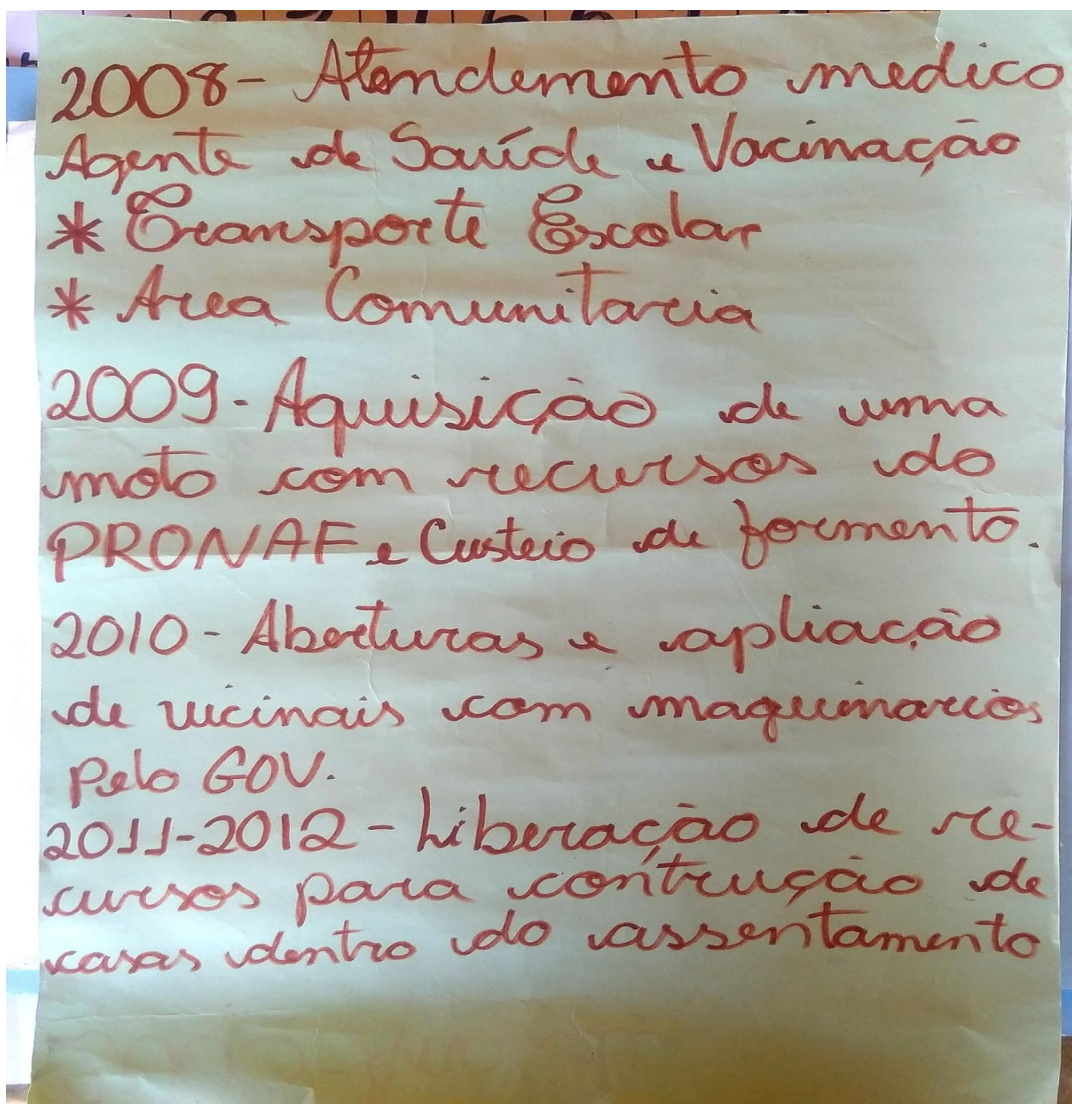
Logo após o recebimento dos lotes pelos camponeses no ano de 2008/2009 iniciou o processo para aquisição do PRONAF custeio, quando as famílias receberam o capital começaram a desenvolver com mais afinco suas atividades camponesa, adquiriram ferramentas, sementes, arames, alimentos e demais utensílios útil na agricultura camponesa, nesse mesmo período iniciou-se o atendimento médico dentro do assentamento, os primeiros atendimentos foram realizados na casa sede da fazenda, e o agente de saúde começou a atuar no assentamento, com incentivo e busca de campanha de vacinação principalmente para as crianças, hoje (2023), ainda não tem posto de saúde dentro do assentamento, os atendimentos são realizados no assentamento Maringá, que fica cerca de 4 km de distância, assim como a escola que não tem no assentamento e os estudantes são transportados para o assentamento Maringá, os estudantes do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e o ensino fundamental do 6º ao 9º e ensino médio vão para a e a sede do município de Araguatins - TO, esse processo se iniciou ainda em 2008.

Ainda no período de pré assentamento, as famílias começaram a organizar o transporte escolar dos estudantes, solicitando apoio da prefeitura, foi um

período muito complicado as estradas eram muito ruins, “A vovó do Valdety levava os estudantes até o assentamento Maringá para estudar o ensino fundamental I e os que estudava o ensino fundamental II e o ensino médio ia para Araguatins ((Entrevista nº 15, 2023).).

Esse período 2008/2009 é considerado pelos assentados como início do desenvolvimento do assentamento, ao definir a área comunitária do assentamento, chamada carinhosamente pelos assentados como patrimônio, ainda sobre coordenação do MST, os assentados começaram a produzir na área comunitária, desenvolvendo sua atividade em formas de mutirão e realizando a divisão entre os envolvidos a produção com um único objetivo, fortalecer e praticar aquilo que discutiam durante a vivência de acampamento, ainda nesse período, era presente os núcleos de bases, (esses pontos sobre área comunitária será tratado no próximo tópico) mesmo com dificuldade, começaram a ter acesso mesmo de forma reduzida de algumas políticas públicas, como está exposto a linha do tempo 02 (figura 20) construída pelos assentados.

Figura 20: Linha do tempo 02 do assentamento Palmares, 2023



Fonte: Assentados, organizado pelo autor (2023).

Já no ano seguinte 2010 começou a abertura das vicinais com máquinas do governo, nem todas as vicinais foram feitas, sendo até hoje (2023) ainda um dos problemas do assentamento, ainda há lotes que o acesso ainda é muito ruim, as vezes a prefeitura manda as máquinas, mas a dificuldade de acesso ao material como o a “piçarra”, segundo o assentado José Carlos, esse problema das vicinais é muito complicado devido não haver material próximo do assentamento para colocar nas vicinais, esse material tem vim de outras localidades e não é perto do assentamento, gerando assim gasto para a prefeitura, neste sentido são arrumadas somente as vicinais principais, e no inverno ainda há problemas.

Figura 21: Estradas vicinais com pavimentação e sem pavimentação do assentamento  
 Palmares, 2023





Fonte: Autor, (2023).

A figura acima mostra que, as vicinais principais têm uma melhor pavimentação, já outra que segue sentido aos demais lotes, não tem essa mesma estrutura, as vicinais do assentamento é um dos problemas raiz do assentamento, com essa necessidade na estrutura facilita a evasão dos assentados, conforme será mostrado na árvore de problema construída pelos assentados, para eles o período mais complicado é no inverno, período que vai de outubro a maio, para eles é muito sofrimentos e muitas das vezes os estudantes ficam sem ir para escola, devido não acesso do transporte escolar, isso favorece também a evasão escolar.

As moradias no assentamento foram construídas através do projeto de moradia no campo, conquistado pelos camponeses e garantido pelo governo Federal. O projeto era gerenciado pelo o INCRA com a participação ativa das famílias camponesas assentadas que sob orientação técnica auxiliaram na construção de suas próprias casas. Essas casas foram construídas entre os anos de (2011 a 2012). Na agrovila do assentamento Palmares foram construídas 19 casas e as demais (31) construídas nos lotes, segundo os assentados as casas foram feitas com materiais de baixa qualidade e inadequado (pouco) como: madeira, areia, cimento e ferro, e a qualidade da mão-de-obra como pedreiro e carpinteiro. A ausência desses elementos, observado grosso modo, pode ter contribuído para a má estruturação das casas, as famílias ainda tinham que oferecer alimentação e em alguns casos ajudar na construção da casa. A maioria das casas possui cinco cômodos interno sendo: uma sala, uma cozinha e dois pequenos quartos. Segundo algumas famílias, eram comuns ocorrer atraso na entrega dos materiais e sempre ficava faltando alguns itens que demorava chegar e em alguns casos

não entregaram mais. Gerando assim suspeita de irregularidades envolvendo as diretorias da associação, a empresa empreiteira, o INCRA e os fornecedores de materiais de construção.

Figura 22: Casa dentro do lote, assentamento Palmares, 2023.



Fonte: Autor, (2023).

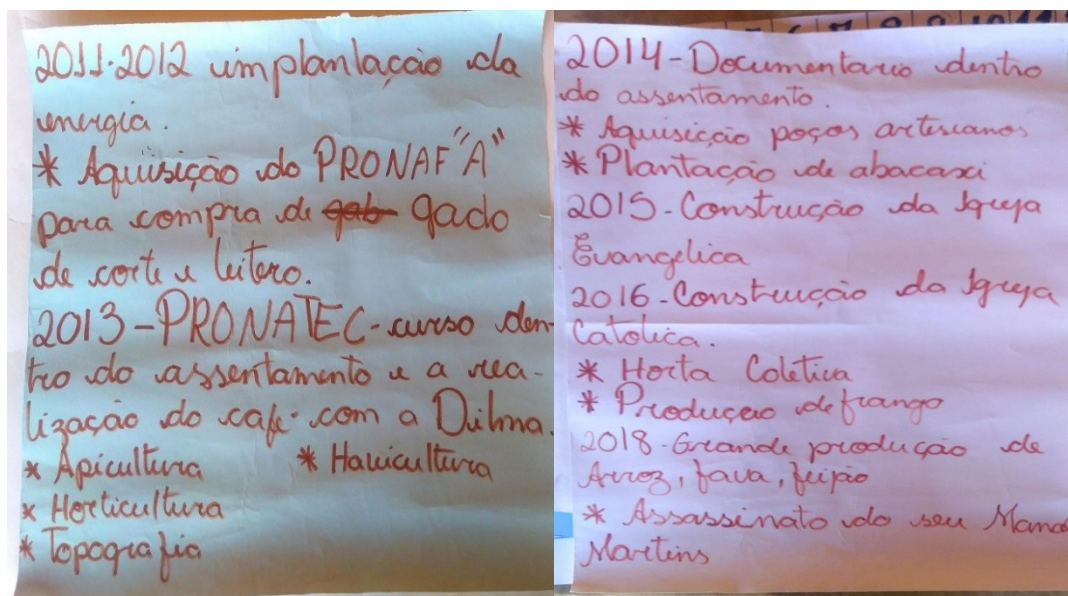
No assentamento há casas abandonadas, na agrovila, segundo os camponeses assentados, este fato ocorreu porque as famílias passaram a residir permanentemente nas em seus lotes, alguns conseguiram construir uma casa melhor dentro de seus lotes. Essa mudança refere-se a uma manifestação espontânea, individual e aleatória por parte da grande maioria das famílias assentadas. Uma opção totalmente contrária da discussão e definição realizada quando residiu no acampamento e no pré assentamento na terra, que era todos viverem em agrovila, muitas das vezes as famílias no momento de acampamento aceitam essa ideia de viver nas agrovilas, mesmo que no acampamento tenham o direito de expressar seus sentimento, esse desejo de morar em seus lotes não é expressado, e chegam a concordar com a decisão de residir na agrovila, mas quando recebe seus lotes vão mudando gradativamente para dentro deles. Barbosa (2016) explica que:

Essa manifestação deixa claro que, os sujeitos na base quando submetida a determinadas normas e regras tem dificuldades de manifestar seu real sentimento. Como o acampamento é um espaço mais de relações coletivas do que individual esses sentimentos costumam ficarem reprimidos o que impede sua real manifestação contra algo que possa contrariar alguém, principalmente quando si tratar de sujeitos investidos de representação social (Barbosa, 2016, p. 140).

Neste sentido ao receber seus lotes as famílias passaram a dedica-se mais às suas atividades camponesas, cuidando de suas roças e animais tendo uma maior relação com social própria e deixando de lado as ações políticas do movimento (MST) se acredita tenha motivado às famílias a definirem-se por conta própria a mudanças de localidades de suas moradias. Outra situação que levou aos assentados mudarem para seus lotes foi a localização dos lotes, alguns são distantes das agrovilas em torno de 01 a 05 km o que dificultava a locomoção diária, e também motivado arrependimento na escolha da opção criação de agrovilas no assentamento contrapondo a opção moradia no lote, a dificuldade de acesso a equipamento de atenção social como escolas que pudesse atender das séries iniciais até o ensino médio, posto de saúde, espaços para atividades esportivas, atividades de lazer e atividades culturais, distribuição adequada e segura relacionada ao abastecimento de água, como na agrovila ainda é deficiente essa questão social e cultural, as famílias preferem ficar mesmo dentro dos lotes, no caso do Palmares ainda há pessoas que moram na agrovila.

A chegada da energia elétrica no período de 2011/2012, figura abaixo (23) e a aquisição do PRONAF “A” foram incentivadores para que as famílias residissem diretamente nos lotes, a energia elétrica, foi muito importante por que começou a melhorar a qualidade de vida dos assentados, Já o com o PRONAF “A” as famílias começaram a comprar seus primeiros animais, em específico bovinos, e queriam estarem próximos de seus animais para cuidar melhor e assim a maioria fez.

Figura 23: Linha do tempo 03 do assentamento Palmares, 2023



Fonte: Assentados, organizado pelo autor (2023).

Os assentados no ano de 2013<sup>21</sup> realizaram o curso do PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, 40 alunos realizaram os cursos de apicultura, holericultura, horticultura e topografia, ministrado pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins (IFTO), campus de Araguatins – TO, para os assentados os cursos forma muito importante, ajudou no desenvolvimento de suas atividades principalmente nas atividades dentro da área comunitária e em suas propriedades.

O assentamento durante todo o período de sua criação (2008 a 2014) vinha (vem) sofrendo com a escassez de água potável, segundo os assentados, eles realizaram um documentário mostrando o sofrimento das famílias devido à dificuldade de acesso a água própria para o consumo humano, as famílias utilizavam água de uma represa (açude) que existem dentro área comunitária para as atividades diárias e a agua para beber era de um poço artesanal (cisterna) que já tinha na fazenda, mas a água é muito ruim, esse trabalho repercutiu e as famílias conseguiram dois poços artesianos, duas caixas D'água de 5000 litros e 22 km de rede de agua (encanação), mas na verdade foi feito somente um poço em que a água é imprópria para o consumo humano e a rede de cano não foi feita toda. As estruturas de abastecimentos de água foram implantadas com recurso do governo federal.

Figura 24: Poços semiartesiano e poço artesanal (cisterna) assentamento Palmares, 2023.



Fonte: Autor, (2023).

---

<sup>21</sup><https://www.folhadobico.com.br/araguatins-pronatec-campo-certifica-alunos-do-assentamento-palmares/>

A distribuição de água no assentamento é realizada por meio de poços semi artesianos (Figura 24) implantados na agrovila do assentamento. Esse poço é composto por uma estrutura que envolve uma bomba elétrica, caixa d'água, encanação. Esse conjunto de equipamentos constituiu o abastecimento de água na agrovila do assentamento. Seu funcionamento e abastecimento não atendem as necessidades das famílias. Os dois poços não conseguem atender as necessidades comunidade e segundo os camponeses a água é imprópria para o consumo sendo confirmado por estudos<sup>22</sup> e análises da água, os camponeses continuam utilizando a água, segundo os mesmos eles não outra alternativa, eles já comunicaram as autoridades competentes e até o momento (2023) ainda não resolveram o problem.

Mantendo a fé a esperança os camponeses continuaram e continuam lutando e enfrentando diversos problemas dentro do assentamento, mais isso não abala a força que o mesmo tem em manter seus sonhos vivos, diante disso eles conseguiram de forma coletiva, um plantio de abacaxi na área comunitária, horta coletiva e criação de frangos, esses produtos segundo os camponeses foram frutos dos cursos que aprenderam no PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), esses resultados deram visibilidade para o assentamento chegando a ser destaque no programa<sup>23</sup> “Café com a Presidenta”, produzido pela Diretoria de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a ex-presidente destacou a importância do PRONATEC para os agricultores familiares do Brasil citando como exemplo o assentamento Palmares.

A religiosidade é muito presente nesse meio de luta e conquista da terra, e nesse período de 2015 a 2018 começou também a construção das igrejas, católica e evangélica, lembrando que as mesmas já se faziam presentes desde a época de acampamentos (2003) fortalecendo o vínculo e o respeito entre os camponeses como um lugar para cultivar e manter sua fé. A igreja católica tem um papel fundamental na luta e conquista da terra, contribuiu muito com os camponeses da região do Bico do Papagaio, fortalecendo a luta juntos aos movimentos sociais.

---

22 <https://drive.google.com/file/d/10WO4xcxzRFI-e6Cecgexmcy4wj0d7-gM/view>

23 <https://www.folhadobico.com.br/araguatins-agricultor-do-pa-palmares-e-citado-por-dilma-rousseff-no-programa-cafe-com-a-presidenta/>

Figura 25: Igreja católica, assentamento Palmares, 2023.

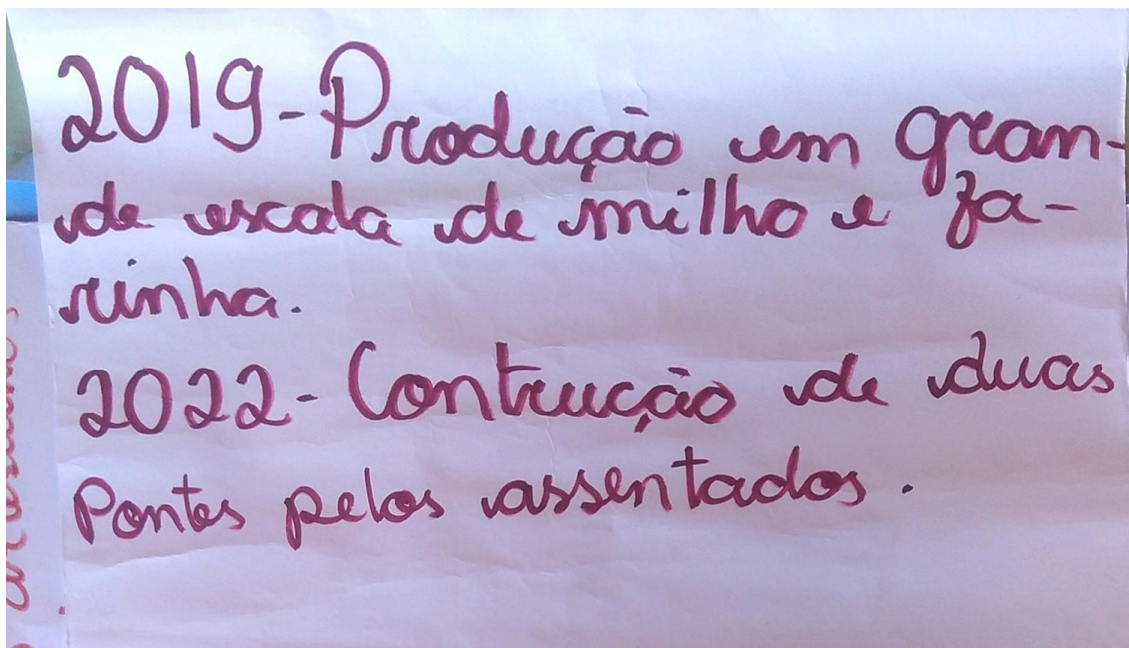


Fonte: Autor, (2023).

Para os assentados os anos de 2018 a 2022, foram marcantes, tiveram uma grande produção de arroz, milho, mandioca, fava, feijão, farinha e demais produtos da agricultura camponesa e estão melhorando a genética do bovino leiteiro, o leite também uma fonte de renda dos camponeses, boa parte tem a venda do leite como complemento de suas rendas. Neste mesmo período aconteceu o assassinato de uma liderança dentro do assentamento, foi um momento muito triste, essa pessoa contribuía com a coordenação do assentamento do MST, participou de toda luta desde o tempo de acampamento, segundo os assentados, algumas famílias venderam seus lotes e foram embora devido a esse acontecimento.

Essa produção de alimentos dentro do assentamento em sua maioria é destinada ao consumo das famílias e os excedentes são vendidos nas feiras locais, segundo os assentados é necessário vender um pouco dos produtos, precisam comprar outros produtos que não produzem no assentamento como roupas, remédios, medicamentos veterinários, pagar alguém para ajudar nas atividades da roça e comprar utensílios agrícolas e até os eletrodomésticos.

Figura 26: Linha do tempo 04 do assentamento Palmares, 2023.



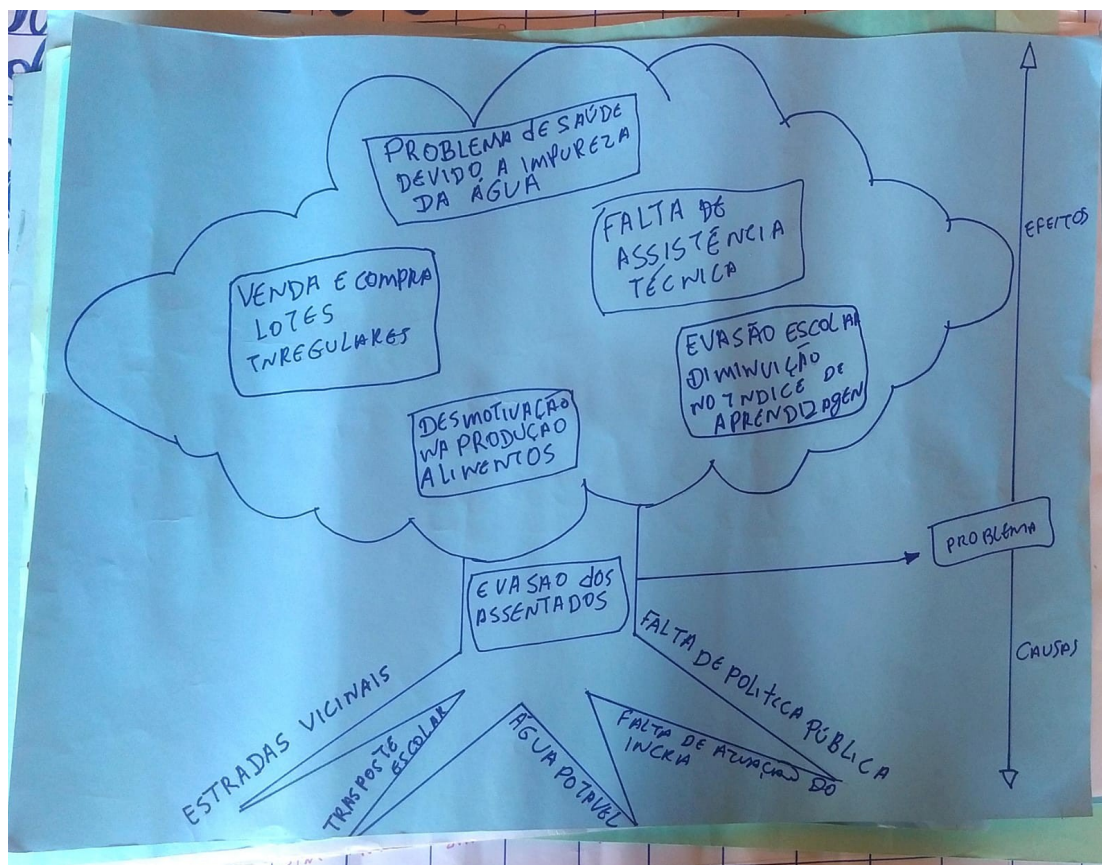
Fonte: Assentados, organizado pelo auto (2023).

Os assentados ainda conservam a prática de mutirões, prática essa que é muito visível no período em que os camponeses viveram nos acampamentos, e pode se perceber que essa cultura ainda está viva dentro do assentamento, ainda há a contribuição do MST dentro do assentamento fortalecendo a luta social em conjunto para resoluções de problemas de cunho social, como no caso das pontes citadas na figura acima, percebe-se também o descaso do poder público com os camponeses do assentamento.

Segundo os assentados, o principal problema do assentamento foi (é) a evasão dos assentados, conforme mostra a figura 26, dos 50 assentados que participaram da luta desde o acampamento, apenas 12 famílias continuam lutando e resistindo no assentamento com vínculo do social com o MST, as demais famílias adquiriram os lotes através de compras, para o movimento, são camponeses que não vivenciaram momentos e situações consideradas delicadas durante as etapas e do processo de luta pela terra durante a vida de acampamentos. Para o MST, parte dessas famílias camponesas são sujeitos que estão no campo por opção de lazer, momentânea, terapêutica, ou utilizar os lotes como item financeiro fazendo empréstimos nos bancos e aplicando os recursos para outros fins, modo de vida aventureiro e não como modo de vida camponesa e nem luta de classe como os demais que viveram nos acampamentos.

Essa evasão dos assentados, segundo os camponeses é causada devido à ineficiência das políticas públicas dentro do assentamento, como educação, saúde, acesso a água potável, morosidade do INCRA no assentamento para resolver demandas que estão dentro de suas jurisdições e as estradas vicinais, como já discutidas anteriormente.

Figura 27: Árvore de problemas do assentamento Palmares, 2023.



Fonte: Assentados, organizado pelo autor (2023).

Os efeitos dessas causas são refletidos nos problemas de saúde devido à má qualidade da água do assentamento, os assentados afirmaram que as crianças sempre apresentam problemas de saúde devido a água, a evasão escolar por parte dos jovens do assentamento também são efeitos da má qualidade das vicinais e a falta de uma escola dentro do assentamento que atenda às necessidades educativas dos camponeses, uma escola do campo e para o campo.

A assistência técnica contribui muito para a evasão dos assentados, para a assistência técnica muitas vezes vão ao contrário de suas vontades impondo aos camponeses a produzir aquilo que eles não têm aptidões, como o incentivo para a criação de bovinos, indo na contra mão daquilo que é discutido e incentivado no período



de acampamentos pelos movimentos sociais, neste caso o MST. Barbosa (2016) afirma que:

Os camponeses envolvidos nessa relação são ludibriados pelos órgãos oficiais (MDA/INCRA) que desenvolvem suas atividades condicionadas à agricultura capitalista que direta e indiretamente influencia as políticas sociais que são destinadas para beneficiar os camponeses. Um dos exemplos dessas ações são os programas e projetos de assistência técnica normalmente estabelecidas pelos órgãos oficiais e instituições financeiras oficiais e privados cujas atividades produtivas a serem desenvolvidas pelos camponeses bem como os produtos, já são e vem previamente definido e impostos pelos órgãos do Estado brasileiro, ou seja, uma espécie de pacote agrícola com vista a beneficiar o mercado (as casas de implementos agrícolas da cidade) e demais sujeitos (produtores ligados à atividade monocultura-soja e outros) presente no campo próximo aos assentamentos rurais (Barbosa, 2016, p. 128).

Neste sentido é implantado um modelo de política agrícola contrária as orientações produtivas do movimento, o momento de observa a aptidão ou vocação econômica local, a característica ambiental local ou regional relacionado ao solo a água, relevo e vegetação e de fato a verdadeira viabilidade técnica das localidades para cada tipo de atividade produtiva e também muitas vezes contra a própria vontade dos camponeses. Outra situação observada no assentamento é a inadimplência dos camponeses com o PRONAF, segundo o presidente da associação, todos os assentados tem dividas dos PRONAF's, mais uma vez isso é o reflexo de uma assistência técnica que não considera as aptidões produtivas dos assentados.

De forma geral os camponeses do assentamento Palmares, mesmos com os problemas destacados, vem resistindo, produzindo e enfrentando um estado que apoia a agricultura capitalista, neste sentido vale entender as estratégias de organização social e produtiva do assentamento Palmares que serão apresentadas no tópico a seguir.

### **4.3 Estratégias de organização social e produtiva do assentamento Palmares**

O assentamento Palmares, conta com mais de 15 anos de criação desenvolve suas atividades produtivas baseado na produção de produtos básico da agricultura camponesa de subsistência com ênfase para a avicultura de pequeno porte, bovinocultura de pequeno porte e suinocultura e na produção de arroz, milho, feijão, mandioca, banana e demais produtos derivados da agricultura camponesa.

No assentamento Palmares a produção que mais se destaca é a produção de milho, os assentados vendem o milho verde nas feiras locais, além do consumo em diferentes receitas, e quando o milho seca, considerado por eles a segunda colheita, é destinado aos animais como os suínos e aves, o excedente do milho seco também é vendido para os produtores que vivem próximos ao assentamento, muitos assentados armazenam o milho seco e deixam para o consumo dos animais no período de entre safra do milho.

Figura 28: Plantio de milho, mandioca e banana, assentamento Palmares, 2023.



Fonte: Autor, (2023).

Os assentados plantam juntamente com o milho outras culturas como a banana, abóbora, mamão e a mandioca, essas culturas tem o ciclo produtivo maior que o milho, é forma de reaproveitamento da área e do período chuvoso, essas culturas geralmente são plantadas no início do período chuvoso, geralmente em outubro e novembro, os tratamentos culturais são realizados com o núcleo familiar, como mostra a figura 30.

Além do milho outro produto muito produzido no assentamento é o arroz, a produção do arroz é destinada apenas para o consumo, geralmente os assentados não vende o arroz, para a produção do arroz os assentados preparam o terreno geralmente entre setembro a novembro e em dezembro inicia o plantio, e demais meses são destinados para limpeza do arroz (capina), colheita e armazenamento do produto.

As roças de arroz são plantadas em terreno no toco, e em área mecanizada (aradada), a roça no toco é uma tradição que os camponeses trazem de suas origens, seguido os seguintes passos, escolha do local, roço, (broque), queimada da roça, limpeza (encoivarar), plantio, limpeza (capinar) e colheita, todo esse processo é

realizado de forma manual e o apoio da família. Essas roças no toco, leva em consideração a rotação, ou seja, se um camponês escolhe um local esse ano, após a colheita esse espaço fica cerca de dois anos ou mais se recompondo, e o camponês escolhe outro local para cultivar, realizando assim um ciclo dentro da propriedade.

Já as roças mecanizadas (aradadas), segue os seguinte passos, os camponeses escolhem o local, geralmente um espaço degradado ou que pretendem transformar em pasto, com o trator, lembrando que o trator é contratado de algum fazendeiro local (o assentamento foi beneficiado com um trator em dezembro de 2023), eles mecanizam a área, sempre no meses de setembro e outubro, esperam as primeiras chuvas e iniciam os plantio e segue o ciclo igual as roças de tocos, o que diferencia é as queimadas que não existem e o reaproveitamento da matéria orgânica.

Figura 29: Roça de arroz em terra aradada, Assentamento Palmares, 2023.



Fonte: Autor, (2023)

Segundo os assentados as roças em terrenos mecanizados (aradados) são melhores, são menos custos e menos trabalhos além de respeitar mais o meio ambiente com o reaproveitamento das amadas mortas que vão transformar em adubos para as culturas ali plantadas. As roças de toco, quando são queimadas mata todos os nutrientes da terra, afirmou um assentado, segundo ele a terra vai morrendo e daqui mais uns anos não tem onde plantar.

Os assentados seguem um calendário agrícola que vai de janeiro a dezembro, as atividades nas propriedades (lotes) não param, as famílias estão desenvolvendo

atividades agrícolas em seus espaços, atividades essas que envolvem todo núcleo familiar, pai, mãe e os filhos, todos têm suas tarefas e ocupações dentro dos ciclos produtivo das diversas culturas que cultivam, como o feijão que inicia seu ciclo em agosto e setembro com o preparo do terreno, outubro e novembro o plantio, e dezembro se inicia o processo de limpeza, janeiro e fevereiro a primeira colheita, março a abril inicia a segunda planta, maio a limpeza do segundo plantio, e junho e julho a segunda colheita, todas essas atividades envolve todos os membros da família, conforme veremos na figura a seguir:

Figura 30: Calendário agrícola, assentamento Palmares, 2023.

MES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ARROZ	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza
FEIJÃO	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza
MILHO	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza
MANDIOCA	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza
LEITE (GADO DE LEITE)	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza
PASTO	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza
ABÓBORA	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza
LARANJA	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza
HORTALIÇAS	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza
MAMÃO	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza
BANANA	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Limpeza

Fonte: Assentados, organizado pelo auto (2023).

A criação de bovinos mesmo sendo uma atividade imposta pelo estado brasileiro através dos pacotes de assistência técnica para extensão rural, que não atende os desejos dos camponeses e que aliado a intenção muitas vezes ingênua por parte dos camponeses, acabam optando pela exploração de uma atividade que em termos técnicos se torna inviável para ser desenvolvido na localidade devido a limitação condicionada dimensão da parcela, isso se dar quando o camponês sem conhecimento técnicos sobre pecuária, quer cria além da capacidade de seu lote, e muitas vezes o pasto também é inadequado para a atividade, mesmo assim, essa atividade é muito presente no assentamento.

No assentamento a bovinocultura de leite é faz parte da rotina dos camponeses, de acordo com o calendário agrícola acima, (figura 30), os camponeses

todos os dias fazem a ordenha, o leite é considerado por eles uma fonte renda e contribui na alimentação das famílias, a venda do leite é realizado nos laticínios da região,(figura 35), existem os atravessadores, eles compram o leite dos camponeses, vão buscar na propriedade e vendem para os laticínios, os camponeses do assentamento Palmares respeitam o calendário de vacinação dos animais, principalmente dos bovinos, sempre preocupados com o bem estar dos animais.

Figura 31: Bovinocultura leiteira no assentamento Palmares, 2023.



Fonte: Autor, (2023).

No período de seca, de maio a outubro, os produtores complementam a alimentação dos bovinos com ração, nem todos os produtores fazem esse manejo da ração, outros chegam a alugar pastos para os animais. Sobre o pasto, os assentados sempre estão organizando os pastos com reforma, roço, plantio e replantio de pastagem e reformando as cercas, esses trabalhos com os bovinos assim como nos pastos são realizados com a família envolvendo na maior parte das vezes com o pai e os filhos.

No assentamento é perceptível o cultivo de hortaliças, essas hortas são cuidadas pelas mulheres, no próximo de construção da horta, o homem cuida da parte pesada, como carregar madeira, fazer o cercado e a irrigação, após a construção as mulheres assume o trabalho de montagem dos canteiros, irrigar, plantar, cultivar e comercializar. O plantio de laranja é pouco, as propriedades existem somente poucos pés de laranja em suas propriedades. Sobre as propriedades, as treze propriedades visitadas nesta pesquisa, apresentam características produtivas diferentes, e outras em

comum, como o solo das propriedades é definido latossolo, sendo a maior parte do assentamento com o mesmo solo, conforme diz SILVA, G. M. (2022).

No assentamento Palmares foram identificados dois tipos de solo, sendo que cobre a maior área é o Latossolos, o que equivale a 1.687,94 hectares (88,04%), o segundo solo identificado foi o Plintossolos, com ocupação de 229,03 (11,96%) (Silva, 2022, p. 24).

Os latossolos são utilização com culturas anuais, no assentamento foi constatado a existência de culturas anuais e perenes, (figura 30) que são cultivadas individualmente e coletivamente pelos camponeses do assentamento Palmares. As culturas anuais identificadas na comunidade nos terrenos em grande quantidade como a mandioca, banana, arroz, milho e feijão, com destaque para o milho e o feijão que são cultivadas tanto nos lotes individuais quanto no espaço comunitário, onde se faz uso ainda de práticas agroecológicas como o plantio direto na palha como por exemplo o feijão que é plantado na palhada do arroz e do milho. Como este solo é propício para pastagens a qual é muito presente no assentamento. O relevo das propriedades visitadas são, levemente onduladas, morros e planície, para SILVA (2022), o assentamento Palmares possui cerca de 93,97% de sua área com declividade, e não apresenta risco de erosão, devido também apresentar relevo plano e levemente ondulado, para o autor apenas 6,03% do assentamento é suscetível a erosão.

A vegetação como capoeira (mato) está presente em oito propriedades das trezes pesquisadas, essa vegetação se mistura com o pasto, o que pode ser observado que em uma mesma propriedade existem parte dela que tem pastos e mato, essa parte de mato os camponeses utilizam como pequena reserva ou para fazer uma roça de toco no futuro. As demais propriedades (quatro) existem pastagens, a pastagem é importante, devido os assentados terem o bovino de leite como uma fonte de renda. Das propriedades pesquisadas, dez (10) tem bovino de leite, e duas (02) propriedades não tem bovino de leite e nem de corte, cultivam apenas suas roças.

Uma propriedade não tem área de mato e nem pastagem, o assentado desenvolve em toda sua propriedade plantio de milho e abobora irrigados, ele tem uma área de preservação permanente e o único do assentamento que tem um poço artesiano em sua propriedade e uma nascente de água, mais duas propriedades tem nascente de água e preservação da área onde tem as nascentes.

Figura 32: Análise das 13 propriedades pesquisadas, assentamento Palmares, 2023.

Propriedades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Solo	latossolo	latossolo	latossolo	latossolo	latossolo	latossolo	latossolo	latossolo	latossolo	latossolo	latossolo	latossolo	latossolo	latossolo
Vegetação	MATO PASTO	AREA PRESERVA DA	PASTO	MATO	MATO PASTO	MATO	PASTO	PASTO MATO	PASTO MATO	PASTO MATO	PASTO MATO	PASTO MATO	PASTO MATO	PASTO MATO
Culturas	LIANHA Laranja amarela	MILHO arroz milho limão manga jaboticaba	MILHO PEREIRA HORRILHA MANDIÇA	mandioca PEREIRA MANDIÇA	PEREIRA BANANA MILHO Laranja	MILHO PEREIRA	MILHO PEREIRA MANDIÇA	MANDIÇA BANANA MILHO	MILHO BANANA PEREIRA	PEREIRA BANANA PEREIRA	PEREIRA MILHO BANANA	BANANA PEREIRA MILHO MANDIÇA	MILHO PEREIRA MANDIÇA	
Posse	ASSENTADO	ASSENTADO	ASSENTADO	ASSENTADO	ASSENTADO	ASSENTADO	ASSENTADO	ASSENTADO	ASSENTADO	ASSENTADO	ASSENTADO	ASSENTADO	ASSENTADO	ASSENTADO
Fontes (ÁGUA)	NASCENTE	NASCENTE	-	-	NASCENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	VACA DE LACTE	-	GRADO DE LACTE	-	GRADO DE LACTE	-	GRADO DE LACTE	GRADO DE LACTE	GRADO DE LACTE	GRADO DE LACTE	GRADO DE LACTE	GRADO DE LACTE	GRADO DE LACTE	GRADO DE LACTE
Problemas	PASTO SECOS DADO	-	-	ACOSO PASTO DADO	PASTO SECOS	ACOSO PASTO DADO	VIUVAL	-	VIUVAL	VIUVAL	VIUVAL	VIUVAL	VIUVAL	-
Poços	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM	
Represas	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
PEQUENOS ANIMAIS	POCOS GALINHAS PATOS	POCOS GALINHAS	CATINHAS PATOS	POCOS GALINHAS	POCOS GALINHAS PATOS	GALINHAS POCOS	POCOS GALINHAS	POCOS GALINHAS	GALINHAS POCOS	GALINHAS POCOS	POCOS GALINHAS	GALINHAS	POCOS GALINHAS	
RELEVO	LEVANTADO ENROLADO	TEM UM MORRO	AREA PLANA	PLANO	TERRA COM MORRO	TERRA COM MORRO PLANO	TERRA COM MORRO PLANO	PLANO	PEQUENO MORRO	PLANO	PEQUENO MORRO	PLANO COM MORRO	LEVANTADO MORRO	
A.P.P	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Outros														

Fonte: Assentados, organizado pelo autor (2023).

Os problemas das propriedades além dos citados na árvore de problemas (figura 27), estão as estradas vicinais ainda existem lotes que o acesso é muito difícil, e a degradações das pastagens e pastos sujos foram outros problemas identificados nos lotes. A maioria dos lotes tem poços feitos manualmente, mesmo assim a qualidade da água não é boa, as principais fontes de água dentro dos lotes são represas/ açudes, todos os lotes do assentamento têm represas, segundo os assentados, houve um recurso do governo federal para construção de represas em todos os lotes do assentamento, foi observado que os assentados tem o cuidado com essas represas, eles sempre deixam uma área de preservação próximos as represas, isso mostra a preocupação dos assentados em preservar essas áreas, para eles, essas represas as vezes é a única fonte de água dentro da propriedade, por isso a importância das áreas de preservação permanente

nas proximidade das represas, a água das represas são utilizadas principalmente para os animais como bovino, suínos e demais animais e eles também utilizam essas represas para piscicultura para alimentação humana.

Figura 33: Represa/açude, assentamento Palmares, 2023.



Fonte: Autor, (2023)

Nas propriedades visitadas identificou-se a criação de animais de grande, médio e pequeno porte, entre eles podemos destacar o bovino e equino; e animais de médio e pequenos como suínos e aves e em uma propriedade o assentado afirmou que está começando a criar pirarucu, esses animais contribuem para geração de renda e segurança alimentar dos camponeses.

Os assentados relataram que a maioria dos animais de pequeno porte como suínos e aves são para alimentação, quase não vendem. *“A gente cria pra gente comer mesmo, principalmente quando junta a família em datas especiais, aniversários, natal e ano novo ou quando a gente dar vontade de comer, a gente mata e come”* ((Entrevista nº 16, 2023).). A criação de suínos (figura 34) são em espaços cercados (chiqueiros) e a alimentação é a base de milho, que é produzido pelos camponeses, soro de leite que recebem dos laticínios, restos de comida humana e frutos produzidos nos lotes. Não existem um processo de comercialização organizado, os camponeses quando necessita vender, vendem para atravessadores ou nas feiras locais.



Figura 34: Criação de suínos e aves, assentamento Palmares, 2023.



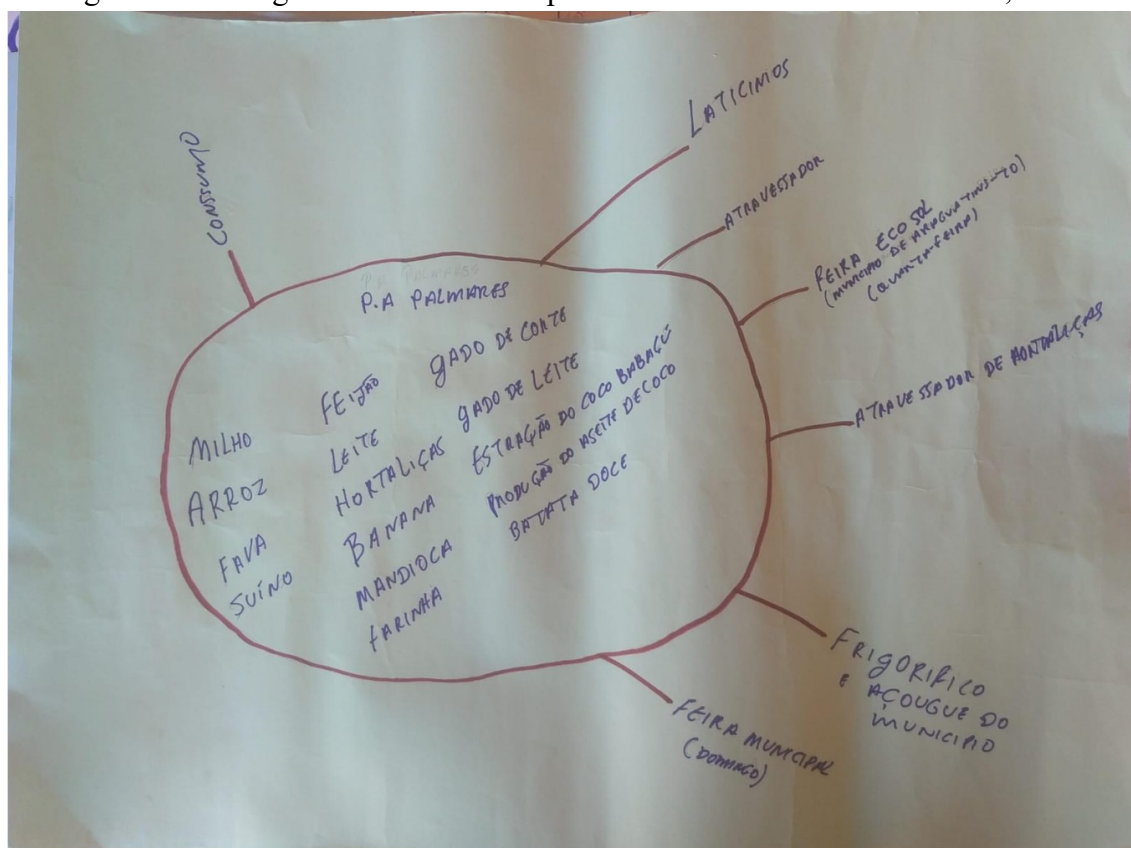
Fonte: Autor, (2023)

A criação de aves, foi observado que os camponeses criam de forma solta e em espaço fechados e alimentação é a base de milho, resto de comida humana e frutos produzidos nos lotes. Essa atividade, criação de aves, é uma atividade desenvolvida pela maioria dos camponeses do assentamento, e não somente do público pesquisado. Por enquanto não existe uma organização definido sob a forma de implementação de criação e comercialização das aves, geralmente vedem para atravessadores ou nas feiras locais. Por em quanto à produção é destinada apenas para subsistência, tanto das aves, suínos e até os bovinos, quando necessitam vender, vendem apenas o excedente.

O fluxo comercial dos produtos excedentes do assentamento, são vendidos nas feiras da cidade de Araguatins – TO, os produtores levam seus produtos e vendem

diretamente aos consumidores, mas há produtos que são vendidos para atravessadores, que ainda é comum no assentamento, por exemplo quando o camponês necessita vender um bovino, geralmente o atravessador compra e revende para os frigoríficos, segundo um produtor isso é normal, porque os frigoríficos só compram em grandes quantidades e eles não tem uma organização neste sentido. É visível a necessidade de uma organização ou reorganização dos assentados para o incentivo a comercialização de seus produtos, para o presidente da associação do assentamento, é muito difícil organizar os camponeses, eles vendem os produtos deles do jeito que eles querem não acreditam na união entre eles.

Figura 35: Fluxograma comercial dos produtos do assentamento Palmares, 2023.



Fonte: Assentados, organizado pelo autor (2023).

Os principais meios de comercialização dos assentados são as duas feiras do município de Araguatins- TO, sendo uma feira aos domingos e na quarta-feira, os camponeses organizam seus produtos como, feijão verde, milho verde, hortaliças e demais produtos que convém vender nas feiras e levam para vender nesses dois dias da semana, e também compram outros produtos que necessitam, o transporte é realizado

em sua maioria em motos e um micro-ônibus que faz a linha entre o assentamento e a cidade de Araguatins – TO.

A venda de bovinos, quando necessitam vender, é realizado para os açougues locais, fazendeiros da região que geralmente compram os bezerros para engorda, os atravessadores que compram para revender para os frigoríficos da região. O leite é vendido para os laticínios da região, existem produtores que entregam o leite direto no laticínio outros vedem para atravessadores que buscam o leite todos os dias nas propriedades e revendem para os laticínios.

O assentamento Palmares mantém uma relação social próxima com o MST e muitos assentados são gratos as lutas do movimento, segundo seu J.L. *“se não fosse o MST não tínhamos terra, e eles deveriam tomar conta desse assentamento, sofreremos muito nos acampamentos para ganhar essa terra”* (Entrevista nº 17, 2023).

O MST, como instituição política social que organizou de todo processo que resultou na conquista do assentamento Palmares, desde a articulação dos acampamentos até a conquista da terra, contribuiu também com organização das instituições jurídicas no assentamento, a associação, criando assim instrumentos para estabelecer correlação de forças diferente do próprio MST, no caso do Palmares não houve (ainda) diversas divergências política entre o MST e associação, o que vai surgindo é um, sujeitos que quando recebe a terra ou compra começa a ficar contra o MST e a própria associação, esse sujeito contrapõem tanto o movimento quanto o Estado.

O MST nunca deixou de ter relação com o assentamento só perdeu sua linha política quer dizer seu processo de organicidade foi desfeito quando um grupo fundou a associação do assentamento desconsideraram as orientações do MST destruíram os núcleos de base e a coordenação coletiva do assentamento (Entrevista nº 18, 2023).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, neste sentido cede as imposições do Estado Brasileiro, devido ao estado ter uma estrutura que desarticula todo o trabalho que foi desenvolvido com os camponeses em todo o processo de luta pela terra, levando os trabalhadores a deixar as ideias do movimento e adere aos do estado no papel da associação.

Essa relação do MST com assentamento ainda é visível quando os próprios assentados ressaltam a importância do movimento e sua organicidade produtiva, mas como é uma imposição do estado a criação da associação o movimento respeita e contribui com associação, mantendo uma reciprocidade entre as duas organizações

sociais. A exemplo pode-se citar a articulação recente (2023) do MST para a o assentamento receber um trator, que já se encontra no assentamento.

A associação está buscando manter a relação com os assentados, desenvolvendo atividades em forma coletiva, através dessa forma de trabalho já foi realizado melhorias no barracão comunitário e estão desenvolvendo atividades agrícola na área comunitária, quinze (15) assentados estão trabalhando na área comunitária com roças de arroz, milho, mandioca, banana e abobora. O atual presidente viveu cinco (05) anos acampados e segundo ele, tem experiência em trabalho coletivo, isso devido a época de acampados de 2003 a 2008, preparavam a terra, plantavam e colhia tudo em forma de mutirões.

Figura 36: Relações sociais do assentamento Palmares, 2023.



Fonte: Assentados, organizado pelo auto (2023).

Outras relações próximas do assentamento Palmares são com a prefeitura, escola e as igrejas, essas instituições fazem parte do cotidiano dos assentados, como a prefeitura que sempre que é solicitada atende as demandas do assentamento, na questão que já foi mencionado anteriormente, a vicinal, a prefeitura sempre faz melhorias mas

não consegue resolver o problema, outros serviços como transporte escolar, mesmo com problemas de acesso, vem atendendo a comunidade, o serviço ainda é carente, precisa melhorar muito, segundo o presidente o gestor do município é aberto ao diálogo e conhecedor dos problemas da comunidade. A relação com escola é bem mais próxima sempre que os pais são solicitados os gestores das unidades escolares as quais seus filhos estudam, comparecem e estão mantendo esse diálogo entre escola e família. Já as igrejas (católica e evangélica) fazem parte do cotidiano da comunidade cultivando sua fé e festejando seus atos culturais.

Já o posto de saúde, polícia, as feiras livres e laticínios as relações são tão próximas, sobre o posto de saúde é devido o atendimento acontecer em um assentamento próximo, assentamento Maringá, cerca de 4 km, mesmo com um agente de saúde na comunidade, os assentados consideram que há uma relação distante com o atendimento à saúde. Sobre a polícia os assentados afirmaram que a presença da polícia só ocorre quando acontece uma ocorrência grave dentro do assentamento. As feiras livres os assentados consideram que há uma relação mais distantes devido acontecer apenas duas vezes na semana e nem todos os assentados participam com a venda de seus produtos e os laticínios também foram considerados com uma relação mais distantes devido os atravessadores que atuam na compra do leite.

Os órgãos como IBAMA, (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), CIPAMA (Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), RUALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins), para os assentados esses órgãos são muito distantes do assentamento mantendo uma relação muito pouca, apenas institucional, desses órgãos os assentados mais sentem necessidades é da atuação do INCRA. Os bancos, a empresa de energia (ENERGISA) e o sindicato dos trabalhadores rurais as relações com o assentamento são muito poucas, ou seja, são muitos distantes do assentamento.

O assentamento tem uma associação que é uma forma organizativa dos camponês, mesmo sendo todos (50) sócios, apenas um grupo de entre dez (10 e quinze (15) assentados são atuantes nas atividades desenvolvidas pela associação, para o presidente só vão procurar a associação quando estão com algum tipo de problemas que a mesma possa resolver, a presença do MST no assentamento vem contribuindo para um debate de segurança do camponês na terra, mesmo com as dificuldades e problemas expostos nesta pesquisa, é importante manter esse debate e buscar uma parceria com os órgãos que estão distante do assentamento no sentido de contribuir com a manutenção

do homem no campo com qualidade e acesso as políticas públicas que estão sendo negadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas considerações finais a pretensão é demonstrar pontos importantes da pesquisa quanto aos objetivos, geral e específicos, os quais foram materializados e atendidos nos desdobramentos da mesma, na produção de quatro capítulos compondo o corpo do desenvolvimento da pesquisa. Assim, o propósito é fazer uma espécie de auto avaliação do próprio percurso da pesquisa em suas metas alcançadas.

A ineficiência de uma reforma agrária popular representa um problema histórico que o Estado e as classes burguesas e dominantes ainda não tiveram interesses em resolverem. Na visão de muitos analistas ligados à questão agraria como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Sousa Martins, Bernardo Mançano Fernandes e João Pedro Stedile defendem a reforma agrária e a transformação na estrutura agrária brasileira que pode ser solucionada por meio de medidas como políticas, econômicas, jurídicas e sociais para que desenvolva agricultura camponesa não só com acesso à terra, mas com políticas públicas que assegure o camponês no campo com dignidade.

Neste sentido é necessário a luta pela terra através dos acampamentos por meio dos movimentos sociais, em específico o MST, sendo uma estratégia de reivindicação que mesmo enfrentando aparato do estado contra a reforma agrária está conseguindo manter a luta da terra, conforme mostrado nesta pesquisa que essas lutas estão dando resultados como a quantidade de assentamentos conquistados a partir dos movimentos sociais e a força unificadas através dos acampamentos.

Ressalto que a luta dos camponeses para a conquista da terra, não finaliza quando são beneficiados com seus lotes é uma luta contínua que mesmo conquistando a terra, recomeça um novo processo para garantia e manutenção com dignidade no campo, enfrentando diversos problemas como a deficiência da estrutura básica como, saúde, educação, saneamento básico e estradas isso favorece a evasão dos assentados,

fazendo com que o assentamento possa voltar a ser um latifúndio novamente, devido a compra e venda de lotes irregulares.

O assentamento Palmares foi concebido através de um processo de luta organizado pelos MST, a conquista não foi fácil, famílias mais de cinco acampadas sofrendo diversos tipos de violência tanto por parte do estado como dos latifundiários da região, a insistência, organização e conscientização por parte movimento, foi possível a conquista da terra.

Neste contexto os camponeses do assentamento Palmares, organizado pelo MST-TO, uma luta e conquista que não se traduz apenas no aspecto da posse da terra em si e nos aspectos produtivos, abrange também questões políticas da luta dos camponeses, tais como, manifestações em busca de recursos para a produção, organicidade do assentamento em associação.

Portanto, verificou-se que com a materialização da luta pela terra, que foi a conquista do assentamento Palmares, mudou a vida dos camponeses que ainda estão resistindo no território, e daqueles que também estão lá que adquiriram suas terras por meio da compra de lotes, esses também vem mudando de vida e se reencontrando com o campo novamente, perceptível nestes camponeses, aqueles que estão no assentamento desde a época de acampamentos e dos demais, a felicidade em produzir seus alimentos, criar seus animais e terem uma moradia, seus produtos excedentes são comercializados nas feiras livres gerando uma renda para as famílias, mesmo que a maioria que hoje (2023) não participaram da luta pela terra desde o início a terra está fazendo sua função social, produzir alimento. De acordo com a organicidade do assentamento através da associação e MST-TO, as ações se materializaram no trabalho familiar e nas relações de solidariedade entre os camponeses.

Esta Dissertação procurou descrever o processo de luta e conquista da terra na região do Bico do Papagaio, mostrando o processo desde os acampamentos até a materialização da conquista da terra através dos movimentos sociais, mostrando essa materialização com estudo de caso do assentamento Palmares, o qual foi fruto de todo esse percurso de luta. Portanto os aspectos, fatores e elementos abordados neste trabalho estão possíveis de aprofundamentos estudos futuros de novas e corajosas pesquisas.

Creio que mesmo apresentado algumas falhas, provocadas por limitações diversas encontradas no decorrer da pesquisa, este trabalho pode contribuir, subsidiando com informações importantes sob os acampamentos e assentamentos da reforma agrária

existentes atualmente no Estado do Tocantins. Este trabalho pretende contribuir também para afirmação e reafirmação da luta dos camponeses que estão nos acampamentos organizados pelos diversos movimentos sociais, assim como os camponeses do assentamento Palmares que através de suas lutas, da autoestima, da valorização e importância das lutas e conquistas conseguiram o direito à terra, a constituição deste assentamento se deu por meio de um processo de luta organizado pelo Movimento Sem Terra, iniciada em 2003 e materializada a conquista em 2008.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Nova forma de luta pela terra: acampar**. Reforma Agraria, v. 15, n. 2, p.55-9, 1985 Tradução. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000748014> Acesso em: maio. 2023.

ALENTEJANO, P. **Estrutura fundiária. Agrária**. In: CALDART, R. S; PEREIRA, Isabel B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Editora Expressão Popular, 2012. p. 354-360.

BANDEIRA, L.M.; SILVEIRA, R.M.G.; MIELE, N. (Orgs.). **Eu marcharei na tua luta: A vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa: editora universitária/UFPB, 1997.

BARBOSA, M. V. **Reforma agrária no Tocantins: uma análise da luta e conquista da terra a partir do assentamento Paulo Freire I e II, Rio dos Bois** – (Dissertação) Tocantins. / Messias Vieira Barbosa. – Porto Nacional, TO: UFT, 2016.

BERGAMASSO, S. M. P. P. NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. **Medida provisória Nº 2.109-50 DE 27 DE MARÇO DE 2001**. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nº s 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 27 de março de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm) . Acesso em: abril de 2023

\_\_\_\_\_. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 30 DE MARÇO DE 2004** Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in\\_15\\_2004.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in_15_2004.pdf). Acesso em: jun. 2023.



BRUMER, A. **Considerações Sobre Uma Década de Lutas Sociais No Campo No Extremo Sul do Brasil (1978-1988)**. REVISTA ENSAIOS, v. 11, n.1, p. 124-142, 1990.

CALADO, A.; et al. (Org.). **Memórias do Povo - João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba**. João Pessoa: Ideia. 2007.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_, **O MST e a ocupação da escola: pedagogia do movimento sem-terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. [tradução de Cristina Yamagami, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

**Dicionário da Educação do Campo** . Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ECKERT, C. **Movimento dos agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Seropédica, 1984. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

FABRINI, J. E. **A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política**. Geografia, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, jan/jun. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10177> .Acesso em: junho de 2023

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. In: Revista NERA Año IX Nº 24 - Outubro de 2008. pp. 73-85.

\_\_\_\_\_. Brasil: 500 de luta pela terra. **Cultura Vozes**, v. 93, n. 2, p. 1-9, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo: Editora. Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Acampamento**. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 21 – 26.

\_\_\_\_\_. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. **Observatório Social de América Latina**, v.16, p.273-284, 2005.

Feliciano, C. A. **Movimento camponês rebelde**. São Paulo: Contexto, 2006.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, jun. 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnica de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRISA, C. **Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais.** *Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural*, Porto Alegre, v.4, n. 1, p. 96-116, jun. 2010.

GOIAS, **Separações – A criação do Tocantins.** Disponível em:

<http://www.goias.gov.br/paginas/conheca-goias/historia/separacoes-a-criacao-do-tocantins>, Acesso em: Janeiro de 2023.

SILVA, G. M. da. Paisagem e agroecologia no assentamento Palmares, Araguatins/to. 2022. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2022.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio.** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1968. O texto “O regime econômico colonial: feudalismo ou capitalismo?” corresponde ao capítulo II da 4ª edição, 1997, pp. 21-40.

\_\_\_\_\_. A. P. **Quatro séculos de latifúndio.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios do Bico do Papagaio.** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/augustinopolis.html>. Acesso em: maio de 2022.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel de Assentamentos do Incra.** 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 16 mar. 2023.

INCRA. <https://www.gov.br/incra/pt-br> , 2023, **Implantação de um assentamento.** Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos> . Acesso em: junho 2023.

KRAFT, M. E.; FURLONG, S. R. **Public Policy: politics, analysis and alternatives.** 3 ed. USA: CQ Press, 2010.

LEITE, S. P. **Assentamento rural.** In: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (organizadores).

LOERA, N.C.R. **Para além da barraca de lona preta: redes de sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST.** In: FERNANDES, B.; MEDEIROS, L.S.; PAULILO, M.I. (orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: EdUNESP: Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. II, p.73-93.

LOERA, N.R. **Tempo de acampamento [online].** São Paulo: Editora UNESP, 2014, 231 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8ycc4> Acesso em: Julho de 2023.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil - As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_, J. S. **O cativo da terra .** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2022.

MENDES, M. F. **Políticas públicas em assentamentos rurais: potencialidades e limitações do PAA e do PNAE em Mato Grosso.** 2017. 234 f. Tese (Doutorado)

Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2017.

MEDEIROS, L. S. de et al., (org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994.

MISNEROVICZ, J. V. **O PAPEL DOS ACAMPAMENTOS NA LUTA PELA TERRA**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 6 – Debatendo a(s) reforma(s) agrária(s) e os assentamentos rurais ISSN: 1980-4555. 2017.

MORAIS, C. S. de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: IATTERMUND, 1997, 92p.

MST. <https://mst.org.br> , 2023, **forma de organização dos acampamentos e seus instrumentos de lutas do MST**. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/#setores> . Acesso em: junho 2023.

MST. <https://mst.org.br> , 2023, **Numero de famílias acampadas no Brasil**. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/> . Acesso em: junho 2023.

OLIVEIRA, A. U. de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados. 2001, v.15, n.43, p. 185-206. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo** – São Paulo: Contexto; EDUSP – 1988.

\_\_\_\_\_. **A política de reforma agrária no Brasil**. 2009. Disponível em: [www.acaoterra.org/IMG/rtf/ariovaldo-umbelino.rtf](http://www.acaoterra.org/IMG/rtf/ariovaldo-umbelino.rtf). Acesso em: 21 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

Pedone, L. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP, 1986.

PODOLESKI, O. S. **Lei de Terras de 1850**. *Revista Santa Catarina em História* – Florianópolis – UFSC – Brasil ISSN 1984 – 3968, V.1, n. 2, 2009.

ROCHA, R. J. de S.; CABRAL, J. P. C. **Aspectos Históricos da Questão Agrária no Brasil**. *Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA* – Vol. 2 N. 1 (JUNHO, 2016), p. 75-86.

ROSA, M. **Sem-terra: sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil**. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n.76, 2009b.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. In: RUA, M. G; CARVALHO, M. I. V. (org.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. Coleção Relações Internacionais e Política. Disponível em: [http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol\\_publicas.PDF](http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF) . Acesso em fev. 2023

SANTOS, M. **Paula Gomes dos. Políticas públicas e sociedade.** – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2016.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SIGAUD, L. **A forma acampamento: notas a partir da versão Pernambucana. Novos**

**Estudos**, n. 58; nov. 2000. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12535895/a-forma-acampamento-notas-a-partir-da-versao-pernambucana>.

Acesso em: 10 ago. 2022.

SIGAUD, L. **As condições de possibilidade das ocupações de terra. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 1, p. 255-280, jun. 2005.

SILVA FILHO, F. C. O. **A Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988 e o desenvolvimento econômico do Brasil – Efetividade e Limites.** 2015.

[http://urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD3\\_files/Francisco\\_SILVA\\_FILHO.pdf](http://urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD3_files/Francisco_SILVA_FILHO.pdf)

Acesso: em 26 jun 2022.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.) **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954 - 1964.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500-1960.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. (org.) **A reforma agrária e a luta do MST.** Vozes, Petrópolis, 1997.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária.** In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 659.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no Território Médio Jequitinhonha - MG.** Brasília: IPEA, 2012.

SILVA, C.L. **Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850.** Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1996.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** *Sociologias*, Porto Alegre, a. 8 n. 16, p. 20-45, jun./dez. 2006.

TOURAINÉ, A. **Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes.** In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977. p.35-60.

\_\_\_\_\_. **Palavra e Sangue.** Campinas: UNICAMP, 1989.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático – DRP.** Brasília: MDA/Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

VIGNA, E.; MINEIRO, A. S. **Soberania, segurança alimentar e liberação comercial.** *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, ano 33, n. 119, p. 4-8, 2009.

ZIMMERMANN, N de C. **Os desafios da organização interna de um assentamento rural.** p.205-224. In: MEDEIROS, L.S.; MEDEIROS.L.; FRANCO.P. M.; ESTERCI.N.; LEITE. S.(org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.* São Paulo: UNESP, 1994.

#### **APÊNDICE - Diálogo com as lideranças dos movimentos sociais, de acampamentos e assentamentos do Bico do Papagaio/TO.**

1. Quanto tempo e onde estas famílias estão acampadas?
2. Quais as organizações (pública, ONG's, privada) que estão presentes Bico do Papagaio?
3. Qual o número de famílias nos acampamentos do Bico?
4. Qual a demanda de famílias para serem assentadas na região do Bico do Papagaio?
5. O INCRA/Estado/Prefeitura tem dado algum apoio aos assentamentos? Se sim, qual(is)?
6. Os acampamentos já sofreram ataques, violência, despejo e conflitos?
7. Os coordenadores dos acampamentos têm um processo de formação?
8. Qual o número de famílias assentadas no Bico do Papagaio?
9. Quais as estratégias de organização social, produtiva dos assentamentos da região do Bico?
10. Quais as políticas públicas que beneficiam estes assentamentos?
11. O que tem sido realizado para ajudar as famílias camponesas a resistirem e permanecerem no território?

12. Quais as estratégias utilizadas para a produção e comercialização de alimentos?
13. Como funciona a organização social do assentamento?
14. Como funcionam os apoios aos acampamentos ou não existe?
15. Como avalia a trajetória do coletivo partindo acampamento até a consolidação/implementação do assentamento?

**Anexo – Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT.**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
TOCANTINS - UNITINS



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

#### **DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE LUTA/CONQUISTA DA TERRA NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO/TOCANTINS

**Pesquisador:** ANTONIO DOS SANTOS SOUSA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 67176622.9.0000.8023

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### **DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.921.306

**Apresentação do Projeto:**

O presente projeto de pesquisa, tem como premissa, analisar a luta pela terra na região do Bico do Papagaio, buscando entender as políticas públicas e o processo de luta/conquista da terra na região do Bico do Papagaio/ Tocantins. Partindo de lutas concretas dos acampamentos da região supracitadas e materializando a luta pela terra, com um estudo de caso do Assentamento Palmares. Esse estudo terá como objetivo analisar o processo de luta e conquista do território na região do Bico do Papagaio, Tocantins, destacando o processo da formação dos acampamentos até a consolidação/implementação dos assentamentos rurais, além de identificar os atores sociais e as instituições envolvidas, bem como as políticas públicas direcionadas a reforma agrária. A pesquisa ocorrerá inicialmente com seis acampamentos da região do Bico do Papagaio e um assentamento, contando com vinte lideranças dos movimentos sociais de luta pela terra, e treze famílias do Assentamento Palmares, será aplicado a técnica denominada DRP (Diagnostico Rural Participativo). Serão compiladas todas as informações coletadas [primárias/secundárias], estas serão analisadas, filtradas e alocadas em um Banco de Dados Geográficos (BDG), que permitirão tecer as análises efetuadas nos capítulos da dissertação, dispostos em tabelas, fotografias e mapas.

**Objetivo da Pesquisa:****OBJETIVO PRIMÁRIO**

Analisar o processo de luta e conquista do território na região do Bico do Papagaio, Tocantins, destacando o processo da formação dos acampamentos até a consolidação/implementação dos assentamentos rurais, além de identificar os atores sociais e as instituições envolvidas, bem como as políticas públicas direcionadas a reforma agrária.

**OBJETIVOS SECUNDÁRIOS**

Discutir e problematizar a incipiência de políticas públicas de acesso a terra no Brasil, sobretudo na região denominada Bico do Papagaio, salientando a não efetivação de uma reforma agrária e a atual conjuntura de desmantelamento dos assentamentos rurais e conquistas dos camponeses;

Investigar os principais conflitos e luta pelos recursos naturais do território, sobretudo a terra; diagnosticando quantos acampamentos se encontram na região do Bico do Papagaio, como estão organizados, há quanto tempo as famílias estão acampadas, quais

as reivindicações e qual o posicionamento do poder público sobre a situação dessas famílias;

Realizar um estudo de caso, a saber o assentamento Palmares, localizado no Bico do Papagaio, destacando o processo de luta pela materialização do território, produção de alimentos e organização social, desde a formação do acampamento até a consolidação/implementação do assentamento.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

#### **RISCOS**

Os riscos ou impactos aos envolvidos não possuem poder de ferir ou denegrir os direitos dos envolvidos, entretanto há o risco de causar algum desconforto aos sujeitos na existência de perguntas que abordam sobre suas condições sociais, culturais, financeiras, patrimoniais, entre outras características que se fizerem presente. Como a metodologia adotada será o Dialogo Rural Participativo, apenas a primeira etapa será de forma individual com as lideranças dos acampamentos as demais etapas serão em grupos. Neste sentido em nenhum momento será citado os nomes das lideranças, devido os riscos de retaliação por parte dos latifundiários da região. Se alguns participantes de sentirem algum desconforto psicológico o pesquisador providenciará apoio psicológico com parceria aos municípios e a universidades para amenizar os riscos.

#### **BENEFICIOS**

Os possíveis benefícios da pesquisa contribuirão com novos trabalhos de divulgação científica voltado pra a questão agraria e a luta pela terra. Assim, os resultados poderão ser utilizados para a busca de propostas com o intuito de suscitar melhorias no desenvolvimento de políticas públicas e o fortalecimento na luta pela conquista da terra e assegurar o homem no campo com dignidade. A pesquisa contribuirá de certa forma a entender os conflitos agrário na região do Bico do Papagaio, servindo como diagnostico dessa problemática histórica nessa região marcada por conflito até o presente momento, ou seja, a pesquisa pode contribuir no combate aos conflitos entre camponeses e latifundiários e pode contribuir também no processo de criação de novos assentamentos, porque vai mostrar a quantidade de famílias que ainda estão vivendo em acampamento na região.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto trata-se de um trabalho de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Apesar de se tratar de assunto polêmico é



de extrema relevância nos dias atuais para que possamos entender o real processo de reforma agrária no situado na área de estudo.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O presente projeto atende as exigências previstas nos termos que segue RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Projeto aprovado, apto a execução.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

1. Conforme item XI (DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL) na Resolução CONEP 466/12, destaca-se aqui apenas como lembrete:

1.2. A execução do Projeto deve seguir na íntegra o Protocolo apresentado e aprovado pelo CEP;

1.2. Enviar ao CEP Relatório Parcial e/ou Final, conforme prazo estabelecido no cronograma do Projeto. Os roteiros que orientam a elaboração dos Relatórios estão disponíveis na página do CEP Unitins;

1.3. Conforme item XI: DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL, f) “manter os dados da pesquisa (exemplo: dados das entrevistas, TCLE assinado) em arquivo físico ou digital sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa”.

1.4. Quando realizadas modificações metodológicas, nos objetivos, equipe de pesquisa ou cronograma, quantitativo de participantes, mudanças no questionário/roteiro de entrevista, estas devem ser informadas ao CEP via Plataforma Brasil através de emendas ou notificações conforme preconizado na Norma Operacional nº 001/2013, alínea H, do CNS.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2029454.pdf	07/02/2023 19:57:05		Aceito

Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DE_COMPROMISSO_DO_PESQUISADOR_RESPONSAVEL.	24/11/2022 09:17:01	ANTONIO DOS SANTOS SOUSA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_DE_INSTITUICAO_E_INFRAESTRUTURA.pdf	24/11/2022 09:16:09	ANTONIO DOS SANTOS SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_BROCHURA_INVESTIGADOR.doc	24/11/2022 09:15:34	ANTONIO DOS SANTOS SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO_TCLE.pdf	24/11/2022 09:15:03	ANTONIO DOS SANTOS SOUSA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PALMAS, 02 de março de 2023

**Assinado por:**  
**Giovanni Bezerra do Nascimento**  
**(Coordenador(a))**